

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE DEMOGRAFIA

CIMAR ALEJANDRO PRIETO APARICIO

**FAMÍLIA E POBREZA SEGUNDO A “PERSPECTIVA
DAS CAPACIDADES”: UMA ANÁLISE DOS DADOS
DA PNAD E DA PCV 2006**

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Demografia
do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual
de Campinas sob a orientação da
Profa. Dra. Elisabete Dória Bilac.

CAMPINAS
Fevereiro 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

Ap12f	<p>Aparicio, Cimar Alejandro Prieto, 1978- Família e pobreza segundo a “ perspectiva das capacidades”: uma análise dos dados da PNAD e da PCV 2006 / Cimar Alejandro Prieto Aparicio . - - Campinas, SP : [s. n.], 2012.</p> <p>Orientador: Elisabete Dória Bilac. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>1. Família. 2. Pobreza. 3. Domicílios. 4. Pesquisa nacional por amostra de domicílios. I. Bilac, Elisabete Dória, II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
-------	---

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Family and poverty according to the “capabilities approach”: an analysis of 2006 PNAD and PCV data

Palavras-chave em inglês:

Family

Poverty

Households

National survey by household sampling

Área de concentração: Demografia

Titulação: Mestre em Demografia

Banca examinadora:

Elisabete Dória Bilac [Orientador]

Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira

Sonia Nahas de Carvalho

Data da defesa: 14-02-2012

Programa de Pós-Graduação: Demografia

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

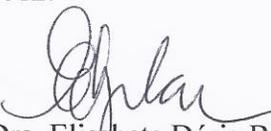
**FAMILIA E POBREZA SEGUNDO A “PERSPECTIVA DAS
CAPACIDADES”: UMA ANÁLISE DOS DADOS DA PNAD E DA PCV
2006.**

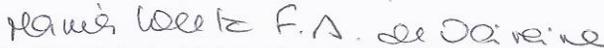
CIMAR ALEJANDRO PRIETO APARICIO

Dissertação de Mestrado em Demografia
apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de Campinas –
UNICAMP, sob a orientação da Profa. Dra.
Elisabete Dória Bilac.

Este exemplar corresponde à redação
final defendida e aprovada em,
14/02/2012.

Banca:


Profa. Dra. Elisabete Dória Bilac


Profa. Dra. Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira


Profa. Dra. Sonia Nahas de Carvalho

Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha – suplente
Prof. Dr. Paulo de Martino Jannuzzi - suplente

CAMPINAS

AGRADECIMENTOS

Ao relembrar todas as pessoas que me ajudaram a realizar este projeto, vejo que há muitos motivos de agradecimentos e fica difícil expor toda a minha gratidão.

Aos meus colegas da Fundação Seade, que contribuíram com a sua amizade e convivência. Entre outros, agradeço em particular a Vagner Bessa pelo seu incentivo permanente, a Luiz Omir e a Mariza Tokie pelos ensinamentos estatísticos, e também a Miguel Matteo, Sonia Nahas, Icléia Alves Cury, Zilda Pereira, Nadia Dini, Paulo Maia e Sarah Maria e a todos da Gerência de Análise Socioeconômica. Também agradeço à Fundação Seade pela autorização dada para a realização do programa de pós-graduação.

Agradeço aos amigos em São Paulo, especialmente a Alexandre Gonçalves, Marcos Paulo, Sergio Sardinha, João Henrique, Adriano e Felipe Gualberto por todo apoio intelectual e espiritual.

Agradeço também a todos os colegas da pós-graduação e aos novos amigos e amigas que fiz em Campinas, pelo excelente convívio, pelas boas conversas e intercâmbio de idéias e ideais: Vinicius, Francine, Marcio, Ednelson, Neiva, Silvana, Julia, Cecília, Kazuo, Kátia, Ângela, Ricardo Dagnino, Henrique, Alex, Sabrina e Carlos Gianetti.

Um agradecimento especial aos professores do Departamento de Demografia da Unicamp Daniel Hogan (*in memoriam*), Roberto do Carmo e Tirza Aidar e a todos os pesquisadores do NEPO pelas aulas e pelos debates. Agradeço também a Maria Coleta Albino de Oliveira, Lilia Montali, Sonia Nahas de Carvalho, Paulo de Martino Jannuzzi e José Marcos Pinto da Cunha por aceitarem o convite para integrar as bancas de qualificação e defesa. Finalmente, exponho a minha gratidão à professora Elisabete Bilac pela sua valiosa orientação e pela confiança que teve comigo ao longo desta jornada.

Por fim, agradeço a Deus e a todos os meus familiares e amigos que me estimularam a empreender este projeto, principalmente aos meus pais Cimar (*in memoriam*) e Maria Teresa, e ao Marcio, meu irmão, pela amizade e compreensão.

RESUMO

Esta dissertação insere-se nos estudos empíricos sobre famílias e pobreza e tem como objetivo geral realizar uma análise multidimensional da pobreza segundo a “perspectiva das capacidades”. Argumenta-se que a pobreza envolve um conjunto de privações de capacidades vivenciadas em um contexto familiar e domiciliar. A partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e da Pesquisa de Condições de Vida (PCV), verifica-se a existência de interdependência entre organização domiciliar e privações de capacidades, sendo que o arranjo domiciliar constitui a unidade de análise.

De modo específico, são discutidos os conceitos de família e domicílio e as possibilidades metodológicas de uso das informações da PNAD e da PCV para uma análise da pobreza conforme a “perspectiva das capacidades”. Assim, desenvolve-se uma comparação metodológica dos planos de amostragem, dos questionários dessas pesquisas domiciliares e dos efeitos de diferentes formas de operacionalização dos conceitos de família e domicílio sobre a estimativa de arranjos domiciliares.

Os resultados da análise da pobreza para o Estado de São Paulo em 2006 evidenciam a existência de privações de capacidades associadas a determinadas formas de organização dos arranjos domiciliares, em ambas as pesquisas. Confirma-se a sobre-representação de arranjos com crianças e adolescentes, pessoas de referência jovens e pessoas portadoras de necessidades especiais entre os arranjos domiciliares pobres. A desigualdade de renda, a limitada participação feminina no mercado de trabalho associada à desigualdade de gênero, uma elevada ocorrência de pessoas de referência sem ensino fundamental completo, o acesso restrito a instituições públicas de educação infantil, a escassez de equipamentos sociais próximos aos domicílios pobres e a falta de garantia legal de posse da moradia constituem componentes importantes da pobreza. No entanto, há uma limitada presença do Estado junto às comunidades pobres em termos do acesso à rede de segurança social e das oportunidades sociais relacionadas a serviços e equipamentos de educação, saúde, esporte, cultura e lazer.

ABSTRACT

This dissertation is connected to the empirical studies about families and poverty and has as general purpose to conduct a multidimensional analysis of poverty according to the “capabilities approach”. It is argued that poverty involves a set of capabilities deprivation experienced in a family and household context. From the data of the National Survey by Household Sampling (PNAD) and from the Research on Living Conditions (PCV), one can observe the existence of interdependence between household organization and capabilities deprivations, with the household arrangement constituting the unit of analysis.

In a specific perspective, the concepts of family and household as well as the methodological possibilities of usage of the information from PNAD and PCV for an analysis of poverty according to the “capabilities approach” are discussed. Thus, a methodological comparison of the sampling plans, of the questionnaires of these household surveys and of the effects of different forms of operationalization of the concepts of family and household on the estimate of household arrangements are developed.

The results of the analysis of poverty for the Brazilian Federal State of São Paulo in 2006 exhibit the existence of capabilities deprivations associated to certain forms of household arrangements’ organization, in both surveys. One can confirm the overrepresentation of arrangements with children and adolescents, young individuals and people with special needs among the poor household arrangements. Income inequality, the limited female participation in the job market associated with gender inequality, a high level of individuals with incomplete elementary education, the restricted access to public institutions of childhood education, the shortage of social equipment near the poor households and the lack of legal guarantee of household possession constitute important components of poverty. However, there is a limited presence of the State along the poor communities in terms of access to the social security network and of the social opportunities related to services and equipment of education, health, sports, culture and entertainment.

Lista de quadros

Quadro 1 - Componentes dos índices de desenvolvimento humano (IDH) e de pobreza humana (IPH).....	17
Quadro 2 - Classificação de famílias em arranjos domiciliares na PNAD e na PCV.....	53

Lista de tabelas

Tabela 1 - Características dos domicílios particulares permanentes no Estado de São Paulo - 2006.....	46
Tabela 2 - Distribuição dos domicílios particulares permanentes segundo classes de renda nominal mensal domiciliar per capita no Estado de São Paulo - 2006	47
Tabela 3 - Proporção de domicílios pobres segundo linhas de pobreza no Estado de São Paulo - 2006.....	47
Tabela 4 - Distribuição dos domicílios segundo tipo de arranjo domiciliar e sexo da pessoa de referência no Estado de São Paulo - 2006	58
Tabela 5 - Número médio de membros por domicílio segundo tipo de arranjo domiciliar e sexo da pessoa de referência no Estado de São Paulo - 2006	60
Tabela 6 - Distribuição dos domicílios segundo tipo de arranjo domiciliar e sexo da pessoa de referência no Estado de São Paulo - 2006	74
Tabela 7 - Distribuição dos domicílios pobres segundo tipo de arranjo domiciliar e sexo da pessoa de referência no Estado de São Paulo - 2006	75
Tabela 8 - Distribuição dos domicílios segundo grupo etário e sexo da pessoa de referência no Estado de São Paulo - 2006	77
Tabela 9 - Distribuição dos domicílios pobres segundo grupo etário e sexo da pessoa de referência no Estado de São Paulo - 2006.....	77
Tabela 10 - Distribuição dos domicílios segundo tipo de arranjo domiciliar e grupo etário da pessoa de referência no Estado de São Paulo - 2006	79
Tabela 11 - Distribuição dos domicílios pobres segundo tipo de arranjo domiciliar e grupo etário da pessoa de referência no Estado de São Paulo - 2006	80
Tabela 12 - Proporção de domicílios segundo condição no domicílio, segundo a PNAD no Estado de São Paulo - 2006.....	81
Tabela 13 - Proporção de domicílios segundo condição no domicílio, segundo a PCV no Estado de São Paulo -2006	82
Tabela 14 - Proporção de domicílios segundo presença de indivíduos selecionados no Estado de São Paulo - 2006	83
Tabela 15 - Rendimento nominal domiciliar per capita médio, segundo tipo de arranjo domiciliar, conforme a pnad no Estado de São Paulo - 2006	84

Tabela 16 - Rendimento nominal domiciliar per capita médio, segundo tipo de arranjo domiciliar, conforme a pcv no Estado de São Paulo - 2006.....	85
Tabela 17 - Composição da massa de rendimento total dos domicílios, segundo tipo de arranjo domiciliar, conforme a PNAD no Estado de São Paulo - 2006	86
Tabela 18 - Composição da massa de rendimento total dos domicílios pobres, segundo tipo de arranjo domiciliar, conforme a PNAD no Estado de São Paulo - 2006	87
Tabela 19 - Composição da massa de rendimento total dos domicílios, segundo tipo de arranjo domiciliar, conforme a PCV no Estado de São Paulo - 2006	89
Tabela 20 - Composição da massa de rendimento total dos domicílios pobres, segundo tipo de arranjo domiciliar, conforme a PCV no Estado de São Paulo - 2006	90
Tabela 21 - Taxa de participação segundo sexo e posição no domicílio, conforme a PNAD no Estado de São Paulo - 2006.....	93
Tabela 22 - Taxa de participação segundo sexo e posição no domicílio, conforme a PCV no Estado de São Paulo - 2006	94
Tabela 23 - Taxa de participação das pessoas de referência do domicílio conforme a PNAD no Estado de São Paulo - 2006	97
Tabela 24 - Taxa de participação das pessoas de referência do domicílio conforme a PCV no Estado de São Paulo - 2006	98
Tabela 25 - Taxa de desemprego segundo sexo e posição no domicílio conforme a PNAD no Estado de São Paulo - 2006	100
Tabela 26 - Taxa de desemprego segundo sexo e posição no domicílio conforme a PCV no Estado de São Paulo - 2006	101
Tabela 27 - Taxa de desemprego total, aberto e oculto segundo sexo e posição no domicílio Estado de São Paulo - 2006	103
Tabela 28 - Taxa de desemprego das pessoas de referência do domicílio, segundo tipo de arranjo domiciliar, conforme a PNAD no Estado de São Paulo - 2006	104
Tabela 29 - Taxa de desemprego das pessoas de referência do domicílio, segundo tipo de arranjo domiciliar, conforme a PCV no Estado de São Paulo - 2006.....	105
Tabela 30 - Acesso a programas de transferência de renda, segundo tipo de arranjo domiciliar, conforme a PCV no Estado de São Paulo - 2006.....	107
Tabela 31 - Acesso a programas de transferência de renda segundo tipo de arranjo domiciliar, conforme a pnav no Estado de São Paulo - 2006.....	108
Tabela 32 - Distribuição das famílias pesquisadas que declaram realizar gastos com itens do orçamento doméstico, por grupos e percepção da capacidade da família em cobrir esses gastos, segundo itens selecionados, no Estado de São Paulo - 2006.....	110
Tabela 33 - Distribuição das famílias pesquisadas, por grupos, segundo participação em redes de apoio à vizinhança nos últimos 12 meses no Estado de São Paulo - 2006.....	111

Tabela 34 - Distribuição das pessoas de referência dos domicílios segundo tipo de arranjo domiciliar e grupos de anos de escolaridade - Estado de São Paulo - 2006.....	113
Tabela 35 - Distribuição das pessoas de referência dos domicílios pobres, segundo tipo de arranjo domiciliar e grupos de anos de escolaridade no Estado de São Paulo - 2006.....	114
Tabela 36 - Proporção de domicílios segundo equipamentos sociais localizados próximos à moradia no Estado de São Paulo - 2006.....	115
Tabela 37 - Proporção dos domicílios segundo participação associativa da pessoa de referência no Estado de São Paulo - 2006.....	118
Tabela 38 - Distribuição dos domicílios, segundo forma de apropriação da moradia, no Estado de São Paulo - 2006.....	119
Tabela 39 - Distribuição dos domicílios próprios ou cedidos, segundo tipo de documentação de posse da moradia e forma de ocupação urbana, no Estado de São Paulo - 2006.....	119
Anexo I.....	127
Anexo II.....	129
Anexo III.....	131

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - A RELAÇÃO FAMÍLIA-POBREZA EM TERMOS DA “PERSPECTIVA DAS CAPACIDADES”	9
1.1 Conceitos de família e domicílio	21
1.2 O estudo da relação família-pobreza no Brasil	27
CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA DE ANÁLISE DA POBREZA SEGUNDO A “PERSPECTIVA DAS CAPACIDADES”	39
2.1 Metodologia de análise multidimensional da pobreza	39
2.1.1 PNAD e PCV como fontes de dados para uma análise multidimensional da pobreza	41
2.2 Metodologia de análise da organização domiciliar	48
2.2.1 Identificação das famílias em um arranjo domiciliar	48
2.2.2 Identificação das relações de parentesco em um arranjo domiciliar	54
2.2.3 Classificação de arranjos domiciliares	56
2.3 Seleção de variáveis das fontes de dados para análise da relação família-pobreza conforme a “perspectiva das capacidades”	61
2.3.1 Instrumentos econômicos	62
2.3.2 Segurança protetora	64
2.3.3 Oportunidades sociais	68
2.3.4 Liberdades políticas e garantias de transparência	70
CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DA POBREZA SEGUNDO A “PERSPECTIVA DAS CAPACIDADES”	73
3.1 Composição dos arranjos domiciliares pobres	73
3.2 Instrumentos econômicos	84
3.3 Segurança protetora	93
3.4 Oportunidades sociais	112
3.5 Liberdades políticas e garantias de transparência	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	133

INTRODUÇÃO

Em um contexto de novas concepções na temática da pobreza, percebe-se no Brasil que os programas sociais de combate à desigualdade ainda adotam métodos de avaliação da pobreza muito relacionados à questão da insuficiência de renda. Alguns dos principais programas governamentais utilizam o rendimento familiar *per capita* como critério de seleção de beneficiários, como se observa no Programa Bolsa Família ou em benefícios assistenciais tais como o Benefício de Prestação Continuada (BRASIL, 2011).

Contudo, constata-se nas últimas décadas um reconhecimento cada vez maior nos meios científicos de que a pobreza não pode ser avaliada somente em termos de privação de renda, mas seria um *processo* de caráter multidimensional, isto é, um fenômeno social com múltiplas facetas e determinantes estruturais e conjunturais. Assim, foram feitas críticas aos indicadores convencionais de pobreza e propostos novos instrumentos de mensuração (FUNDAÇÃO SEADE, 1992).

Entre as grandes linhas de entendimento da pobreza na literatura econômica, podem ser ressaltadas a perspectiva da insuficiência de renda, a perspectiva das necessidades básicas insatisfeitas (NBI) e a “perspectiva das capacidades” (*capabilities*).

A visão da pobreza como insuficiência de renda é uma das abordagens mais conhecidas. Segundo Rocha (2003), os primeiros estudos de medição da pobreza, realizados na Inglaterra no início do século XX, relacionam-se ao cálculo do custo monetário da cesta básica alimentar com os requerimentos nutricionais mínimos para a sobrevivência humana.

Conforme a ética utilitarista que fundamenta a tradicional economia do bem-estar, a pobreza está relacionada com as perdas de bem-estar decorrentes da insuficiência de renda. O nível de renda seria o principal determinante do bem-estar da população (SEN, 2000).

A família é considerada como unidade de análise preferencial da medição da pobreza dentro da perspectiva da insuficiência de renda. Assim, uma família é pobre se a sua renda *per capita* é inferior a um valor monetário – a linha de pobreza – que representa o custo de

uma cesta básica de produtos e serviços considerados essenciais para sobrevivência e consumo de todos os seus membros (JANNUZZI, 2001).

Uma crítica à abordagem da pobreza como insuficiência de renda seria a de que pode haver uma grande variabilidade em termos do grau de satisfação mínimo a ser atingido e da definição do conjunto de bens e serviços básicos entre países desenvolvidos, que contam com a universalização de acesso a diversos produtos e serviços, e países em desenvolvimento, que podem possuir significativos contingentes populacionais sem o mínimo de recursos para garantir uma alimentação adequada (JANNUZZI, 2001). Pode haver também uma enorme desigualdade regional dentro de um determinado território.

Outra crítica à visão monetária da pobreza é a de que, além da cesta básica alimentar, há outras necessidades humanas essenciais, tais como educação, serviços de saúde, saneamento básico e habitação. Isso foi levado em consideração pela perspectiva das necessidades básicas insatisfeitas (NBI) relacionada aos estudos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Nessa abordagem analítica, a pobreza é avaliada em termos do nível de acesso a serviços públicos e privados que seriam necessários à sobrevivência, de modo que são estabelecidos patamares mínimos de satisfação de tais necessidades em termos individuais ou familiares. Assim, a natureza da pobreza segundo a abordagem das NBI é a insuficiência de bem-estar social (ROCHA, 2003).

Segundo Sen (2000), o entendimento de que as pessoas sentem, estão satisfeitas e têm bem-estar é um reconhecimento importante da condição humana, mas os indivíduos não se encontram apenas sãos ou enfermos. De modo particular, a ética utilitarista é muito voltada ao aspecto de bem-estar (*well-being aspect*) da pessoa, mas não valoriza o “aspecto da condição de agente” (*agency aspect*). Compreender o aspecto da condição de agente significa reconhecer os indivíduos como pessoas responsáveis, isto é, que agem ou se recusam a agir e podem optar agir de um modo e não de outro. Essa constatação da capacidade de uma pessoa promover seus objetivos pode ter implicações significativas para a análise de ética social, de modo particular para o estudo do desenvolvimento e da pobreza (SEN, 2000).

A abordagem das NBI é mais ampla que a da insuficiência de renda por considerar um escopo maior de dimensões da pobreza, porém pode ser considerada limitada para uma aná-

lise que leve em conta não somente o bem-estar, mas a ausência de direitos humanos básicos e liberdades individuais (SEN, 2000).

O reconhecimento da condição de agente da pessoa é fundamental para as concepções de desenvolvimento e de pobreza de Amartya Sen. Assim, a “perspectiva das capacidades” considera que o desenvolvimento consiste no processo de expansão das *capacidades (capabilities)* ou das liberdades substantivas das pessoas para promover seus objetivos e escolher um estilo de vida que elas com razão valorizam. Nesse sentido, a pobreza é vista como privação de capacidades (SEN, 2000).

Conforme a “perspectiva das capacidades”, a posse de recursos econômicos é relevante porque constitui um *meio* para expandir as capacidades das pessoas, e não um *fim* em si mesmo. O exercício da condição de agente depende também de outros fatores não econômicos, tais como as oportunidades de acesso a serviços públicos de educação e saúde, as ações de proteção social e as liberdades políticas, tais como a liberdade de participar de discussões públicas e o direito de voto em eleições. Assim, a análise da pobreza segundo a “perspectiva das capacidades” concentra-se no exame das privações de capacidades intrinsecamente importantes para as pessoas, independentemente de seus efeitos sobre o crescimento econômico (SEN, 2000).

Em uma abordagem economicista, é predominante a visão de desenvolvimento como crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), industrialização ou modernização social, em que a pobreza é entendida como um problema de perda de bem-estar material devido à falta de renda e de acesso ao consumo de um conjunto de bens e serviços necessários à sobrevivência. Assim, questões como as liberdades individuais ou a fruição de direitos não integram a avaliação da pobreza ou, no máximo, são consideradas em termos instrumentais. As liberdades políticas, o acesso à educação básica ou a implantação de um sistema público de saúde não são vistos como componentes essenciais do desenvolvimento, mas como instrumentos para o “desenvolvimento econômico”, isto é, meios para se atingir o objetivo principal do crescimento econômico (SEN, 2000).

A crítica de Amartya Sen ao conceito de “desenvolvimento econômico” encontra paralelo em uma discussão feita por Celso Furtado no livro *O mito do desenvolvimento econômico*.

Nessa obra, Furtado comenta que a maior parte da literatura econômica sobre desenvolvimento fundamenta-se na idéia, considerada como evidente, segundo a qual o desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideraram a Revolução Industrial, pode ser universalizado (FURTADO, 2005). Tal concepção seria um dos mitos do pensamento econômico:

Cabe, portanto, afirmar que a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela, tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos, como são os investimentos, as exportações e o crescimento (FURTADO, 2005: 89-90).

Em uma síntese de sua visão de “desenvolvimento”, no lugar de “desenvolvimento econômico”, Furtado afirma:

Como o desenvolvimento traduz a realização das potencialidades humanas, é natural que se empreste à idéia um sentido positivo. As sociedades são consideradas desenvolvidas à medida que nelas o homem logra satisfazer suas necessidades e renovar suas aspirações. O estudo do desenvolvimento tem, portanto, como tema central a criatividade cultural e a morfogênese social, temática que permanece praticamente intocada. Por que uma sociedade apresenta em determinado período de sua história uma grande capacidade criadora é algo que nos escapa (FURTADO, 2005:7).

Portanto, Furtado se afasta da visão de “desenvolvimento econômico” associada ao crescimento econômico e à industrialização e argumenta a favor de uma visão de “desenvolvimento” como realização das potencialidades humanas.

A fim de conhecer melhor as diversas dimensões do desenvolvimento e da pobreza, os organismos vinculados à ONU rediscutiram a sua definição em termos multidimensionais a partir de meados dos anos 1980. Assim, a “perspectiva das capacidades” foi incorporada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), sendo uma das principais referências teóricas para as suas políticas de desenvolvimento e combate à pobreza (PNUD, 1999). Amartya Sen foi convidado pelo PNUD para ajudar a construir um indicador sintético de desenvolvimento alternativo ao Produto Interno Bruto (PIB), o que resultou na criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) divulgado desde 1990 (VEIGA, 2006).

Entre outras instituições do Sistema das Nações Unidas, como exemplo cita-se uma recente definição de pobreza da CEPAL que incorpora elementos da “perspectiva das capacidades”. A pobreza é entendida como

el resultado de un proceso social y económico – con componentes culturales y políticos – en el cual las personas y los hogares se encuentran privados de activos y oportunidades esenciales por diferentes causas y procesos, tanto de carácter individual como colectivo, lo que le otorga un carácter multidimensional (CEPAL, 2004: p. 12).

Assim, o estudo da pobreza segundo a “perspectiva das capacidades” requer uma metodologia de análise multidimensional. Contudo, a análise feita nesta dissertação não é fundamentada em um indicador sintético de pobreza, mas focaliza a interdependência entre privações de diferentes tipos de capacidades tais como oportunidades sociais, liberdades políticas e intitamentos (*entitlements*).

Um elemento importante da análise da pobreza feita nesta dissertação é a temática das famílias, visto que a pobreza é vivenciada em um contexto familiar. Os estudos empíricos de demografia da família mostram que a maior parte dos arranjos domiciliares brasileiros é constituída por grupos de pessoas com relações familiares (GOLDANI, 2004). As estratégias familiares observadas nos domicílios brasileiros podem ser uma resposta a variadas formas de privações enfrentadas pelas pessoas (BILAC, 2003).

Além disso, em uma família podem existir desigualdades relacionadas à conversão da renda familiar em bem-estar e liberdade. A distribuição intrafamiliar da renda e a divisão sexual do trabalho doméstico são estritamente vinculadas às relações de gênero dentro dos arranjos familiares. Nesse sentido, a valorização da condição de agente das mulheres pode promover mudanças nos padrões de gênero que alterariam a vida de mulheres e homens (SEN, 2000).

Nas economias capitalistas, as pessoas obtêm bens e serviços no mercado por meio da renda, cuja fonte principal é a remuneração do trabalho. Em situações de desemprego, a renda disponível pode não ser suficiente para o atendimento das suas necessidades básicas, de forma que os indivíduos recorrem a duas instituições que moldam os sistemas de solidariedade: o Estado e a família (MEDEIROS, 2000).

Por um lado, as famílias promovem uma série de atividades que garantem os serviços de cuidado das pessoas, tais como a preparação das refeições, os cuidados com a saúde e o descanso dos moradores. Em particular, as características de composição dos arranjos domiciliares podem ter um papel relevante para a provisão de renda e de bem-estar dos seus membros, pois as famílias constituem um instrumento de proteção social. Por outro lado, o Estado pode construir um sistema de seguridade social que garanta um nível mínimo de assistência social, especialmente quando a ajuda familiar não consegue cobrir os riscos decorrentes de mudanças na configuração do mercado de trabalho (MEDEIROS, 2000).

No caso brasileiro, as famílias tornaram-se um importante grupo-alvo da política social a partir da Constituição de 1988 (MONTALI; TAVARES, 2008). A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993 estabelece a centralidade da família para concepção e implementação dos benefícios, serviços e programas sociais, o que foi concretizado pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS).¹ Conforme a PNAS, a assistência social é entendida como o direito à proteção ou à seguridade social a fim de desenvolver capacidades para maior autonomia dos indivíduos. Assim, tal política apresenta-se como aliada do desenvolvimento humano e não como tutelar e assistencialista (BRASIL, 2004).

Ainda segundo a PNAS, a proteção social pressupõe a maior aproximação possível da vida cotidiana das pessoas, pois é nesse contexto em que riscos e vulnerabilidades se constituem. Nesse sentido, a construção de uma política pública de proteção social precisa levar em conta três aspectos: as pessoas, as suas circunstâncias e, entre elas, a família, que seria o seu núcleo de apoio primeiro. O estudo dos arranjos familiares permitiria o exame das suas necessidades e dos seus recursos (BRASIL, 2004).

A PNAS estabelece que a elaboração das políticas sociais, ao assumir a centralidade dos arranjos familiares para suas ações, deve reconhecer a dinâmica demográfica e socioeconômica associada aos processos de exclusão e inclusão social e, ao mesmo tempo, a vulnerabilidade a riscos pessoais e sociais dos membros das famílias em cada localidade, de modo particular nos estados e municípios (BRASIL, 2004).

¹ Política Nacional de Assistência Social. Resolução nº145, de 15 de outubro de 2004.

Nesse sentido, a demografia da família pode contribuir para o estudo da relação família-pobreza com o debate a respeito dos conceitos de família e domicílio e da formação dos arranjos domiciliares.

Partindo das ideias de Amartya Sen, esta dissertação insere-se nos estudos sobre famílias e pobreza e tem como objetivo geral realizar uma análise da relação família-pobreza segundo a “perspectiva das capacidades”. Trabalha-se com a hipótese de que a pobreza não se resume a situações de insuficiência de renda, mas envolve um conjunto de privações de capacidades vivenciado em um contexto familiar.

Assim, realiza-se um estudo empírico da organização dos arranjos domiciliares pobres e da sua relação com privações de capacidades por meio dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e da Pesquisa de Condições de Vida (PCV). Estes levantamentos domiciliares são caracterizados por um amplo escopo de temas e variáveis que permitiriam uma análise da pobreza conforme a perspectiva discutida.

De modo específico, procura-se analisar:

- os conceitos de pobreza, família e domicílio.
- as metodologias de operacionalização dos conceitos de família e domicílio das fontes de dados selecionadas: PNAD e PCV. Procura-se verificar como diferentes formas de identificação de famílias em um arranjo domiciliar podem ter efeitos sobre os resultados das configurações das estratégias familiares.

Em termos empíricos serão abordados os seguintes aspectos:

- (1) a organização domiciliar: investiga-se a responsabilidade familiar e domiciliar, as relações de parentesco e as estratégias familiares dos arranjos domiciliares pobres;
- (2) a existência de privações de capacidades;
- (3) a articulação entre organização domiciliar, atividades domésticas de assistência e cuidado e privações de liberdade nos arranjos domiciliares pobres.

O capítulo 1 trata de discutir a definição de pobreza e as formas de mensuração de acordo com a “perspectiva das capacidades”. A fim de aprofundar o estudo da relação entre família e pobreza, são analisados os conceitos de família e domicílio e a relevância das atividades

domésticas para a obtenção de bem-estar e de capacidades dos membros dos arranjos domiciliares pobres. Finalmente, é feita uma contextualização da relação família-pobreza no Brasil contemporâneo.

O capítulo 2 apresenta a metodologia de análise da pobreza aplicada aos dados da PNAD e da PCV. A primeira parte do capítulo justifica a seleção dessas fontes de dados para esta análise e investiga as características dos seus planos de amostragem. A segunda parte discute as formas de identificação de famílias e domicílios nas pesquisas domiciliares. Assim, é feita uma comparação metodológica da PNAD e da PCV em relação à captação de informações sobre famílias em arranjos domiciliares, a fim de verificar se as diferentes formas de operacionalização dos conceitos de família e domicílio teriam efeitos sobre a classificação dos arranjos domiciliares. A terceira parte trata de investigar as variáveis das fontes de dados que podem ser utilizadas para a análise da pobreza segundo a “perspectiva das capacidades”.

A fim de considerar os dados mais recentes de ambas as pesquisas, a análise da pobreza realizada nesta dissertação aplica-se somente aos levantamentos referentes ao ano de 2006, visto ter sido este o último ano para o qual coincide a sua realização. O capítulo 3 apresenta e discute os resultados da análise da pobreza para o Estado de São Paulo nesse ano.

CAPÍTULO 1 – A RELAÇÃO FAMÍLIA-POBREZA EM TERMOS DA “PERSPECTIVA DAS CAPACIDADES”

A análise multidimensional da pobreza segundo a “perspectiva das capacidades” integra um quadro teórico relacionado ao conceito de desenvolvimento. Sen (2000) propõe um conceito de pobreza que vai além dos indicadores de concentração de renda e de satisfação de necessidades básicas.

A “perspectiva das capacidades” estabelece que a expansão da liberdade é tanto o principal fim quanto o principal meio do desenvolvimento. Dentro de uma ética social relacionada aos direitos humanos, a liberdade pessoal para todos é importante para uma boa sociedade. Essa afirmação possui dois componentes básicos: (1) *o valor da liberdade pessoal* e (2) *a igualdade de liberdade*, pois todos importam e a liberdade que é garantida para um deve ser garantida para todos. Assim, a teoria ética da “perspectiva das capacidades” rejeita as avaliações normativas do utilitarismo em que a pessoa é representada por uma medida de seu prazer ou bem-estar. Na literatura econômica neoclássica, o bem-estar é medido pelo comportamento de demanda da pessoa, isto é, pelo pacote de mercadorias adquirido a partir de sua renda disponível (SEN, 2000).

De acordo com Sen (2000), a liberdade é central para o desenvolvimento e para as políticas de combate à pobreza por dois motivos. Primeiramente, a avaliação do desenvolvimento de uma sociedade verifica-se pelo aumento das capacidades ou das liberdades substantivas de todos os seus membros. Em segundo lugar, a realização do desenvolvimento depende totalmente da valorização da condição de agente (*agency aspect*) de cada pessoa. O agente aqui não se refere à visão da teoria dos jogos de uma pessoa que age em nome da outra ou atua para realizar os objetivos de uma estratégia de outrem, mas no sentido de alguém que atua, provoca mudanças em si mesmo e no mundo e cujas realizações podem ser avaliadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de avaliar-se também segundo algum critério externo. Por um lado, a expansão das capacidades amplia o que as pessoas

conseguem realizar efetivamente e, por outro lado, o exercício da condição de agente, em particular nas esferas econômica, política e social, contribui para o progresso da liberdade pessoal (SEN, 2000).

O desenvolvimento é visto como o processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Nesse sentido, o conceito de pobreza na perspectiva discutida consiste na privação de *liberdades substantivas* ou *capacidades individuais*. A pobreza pode ser identificada em termos de elevadas taxas de mortalidade infantil, desnutrição, analfabetismo e outras privações que limitam o grau e o alcance da liberdade pessoal (SEN, 2000).

As liberdades substantivas se referem tanto a *processos* que permitem a liberdade de ações e de tomada de decisões como a *oportunidades reais* que as pessoas têm. A violação do direito de voto em eleições ou de outros direitos políticos seria um exemplo de um processo inadequado que limita a liberdade política das pessoas. A privação de oportunidades para se escolher o estilo de vida que uma pessoa desejaria ter pode ser exemplificada pela incapacidade de escapar de uma situação de fome coletiva devido à falta de recursos econômicos ou de sistemas de proteção social. Pode-se dizer que os desníveis de equidade de gênero encontrados nas diversas instituições sociais – tais como o mercado de trabalho e a família – também constituiriam limitações à liberdade das pessoas, particularmente para as mulheres (SEN, 2000).

Há alguns tipos de capacidades básicas que seriam fundamentais no sentido de contribuir, direta ou indiretamente, para a liberdade global que as pessoas têm para viver como desejariam e têm o efeito de complementar umas às outras: (1) liberdades políticas (*political freedoms*), (2) instrumentos econômicos (*economic facilities*), (3) oportunidades sociais (*social opportunities*), (4) garantias de transparência (*transparency guarantees*) e (5) segurança protetora (*protective security*). As políticas públicas de combate à pobreza que valorizam as liberdades reais das pessoas, em vez de se limitar a questões de distribuição de renda ou de bem-estar social, poderiam ser direcionadas para a promoção desses tipos de liberdades substantivas básicas (SEN, 2000).

Segundo Sen (2000), as liberdades políticas, concebidas em termos amplos, referem-se ao efetivo exercício dos direitos civis. Não importa somente a existência de uma legislação

que estabelece a existência dos direitos civis, mas também a garantia da fruição desses direitos. Aqui é destacada a existência de direitos políticos, tais como o direito de voto, a liberdade de expressão, as oportunidades de diálogo político e de crítica às autoridades (SEN, 2000).

Os instrumentos econômicos constituem as oportunidades de utilizar recursos econômicos para consumo, produção ou troca. Conforme Sen (2000), essas oportunidades podem ser expressas pelo conceito de intitlamento (*entitlement*), isto é, o conjunto de bens que podem ser adquiridos pela renda individual ou familiar. A liberdade associada aos instrumentos econômicos atribui importância aos indicadores de concentração na distribuição de renda, pois a desigualdade de renda restringe o intitlamento dos indivíduos ou das famílias. Por exemplo, uma pessoa passa fome quando a perda de intitlamento provoca um declínio acentuado da liberdade substantiva de comprar alimentos. Nesse sentido, Sen (2000) ressalta que a estabilidade dos preços relativos dos bens e a qualidade do funcionamento dos mercados também são pré-condições para o melhor aproveitamento dos intitlamentos. Houve situações de fome coletiva em países com grande disponibilidade de alimentos. Em alguns casos, o aumento abusivo dos preços de alimentos básicos desencadeou a fome coletiva, o que poderia ser evitado por meio de uma adequada regulamentação dos mercados de bens agrícolas (SEN, 2000).

Em termos dos instrumentos econômicos, também é importante avaliar o acesso a financiamento de bens para a produção, seja para grandes empresas, seja para pequenos empreendedores que podem atuar com a ajuda de microcrédito. Em uma situação de crise econômica, um arrocho no crédito pode afetar gravemente os intitlamentos que dependem desse crédito (SEN, 2000).

As oportunidades sociais são as condições estabelecidas pela sociedade em termos de educação, saúde, lazer e inserção no mercado de trabalho que influenciam a liberdade do indivíduo viver melhor. Essas oportunidades são importantes para que as pessoas exerçam a sua condição de agente, tais como a possibilidade de possuir uma vida saudável por meio do acesso a serviços de saúde e a oportunidade de ter uma ocupação gratificante. Nesse sentido, a expansão dos serviços públicos de saúde e saneamento pode contribuir para uma maior expectativa de vida da população ao reduzir, por exemplo, as taxas de mortalidade infantil.

A expansão da educação básica constitui um elemento fundamental para a participação no mercado de trabalho em economias de mercado abertas e competitivas. De modo semelhante, a melhoria da escolaridade contribui diretamente para a liberdade de participação política (SEN, 2000).

As garantias de transparência se referem à liberdade de lidar uns com os outros de modo sincero e claro. As pessoas agem com base em algum nível de confiança em relação aos demais sobre o que lhes está sendo oferecido e o que podem esperar obter de outrem. As quebras de confiança decorrentes de corrupção, da falta de responsabilidade financeira e das transações ilícitas podem afetar negativamente a vida de terceiros. Assim, a existência de relações de confiança entre os membros de uma comunidade constitui uma importante garantia de transparência (SEN, 2000).

A segurança protetora refere-se à presença de uma rede de segurança social para as pessoas que se encontram em situação de pobreza ou, até mesmo, expostos à fome e à morte devido a mudanças socioeconômicas que podem prejudicar gravemente as suas vidas. De modo particular, as pessoas pobres desempregadas seriam um alvo importante de políticas de proteção social, tais como programas de transferência de renda, de transferências não monetárias e de geração de renda por meio de programas emergenciais de emprego (SEN, 2000).

A abordagem analítica das capacidades ampliaria a compreensão da pobreza ao levar em conta a interação que existe entre insuficiência de renda, bem-estar e liberdades substantivas individuais. A análise da pobreza em termos de insuficiência de renda estabelece a existência de uma relação direta e linear entre renda e bem-estar. No entanto, o bem-estar das pessoas, isto é, o atendimento das suas necessidades de bens e serviços, depende não somente de um dado nível de renda, mas de circunstâncias pessoais e sociais que afetam também a condição de agente. Pode haver, ao mesmo tempo, situações de desigualdade de renda e privação de capacidades, sendo que ambas se retroalimentam (SEN, 2000).

Assim, haveria pelo menos cinco fontes de variação entre a renda e as vantagens individuais obtidas em termos de bem-estar e liberdade: (a) heterogeneidades pessoais, (b) diversidades ambientais, (c) variações no ambiente social, (d) diferenças de perspectivas relativas, (e) distribuição intrafamiliar de renda (SEN, 2000).

As heterogeneidades pessoais são as características dos indivíduos relacionadas a idade, sexo ou doença que, dado um nível de renda, podem levar a diferentes níveis de bem-estar, com efeitos sobre o exercício da condição de agente. Essas disparidades são agravadas em situações de privação de renda (SEN, 2000).

Por exemplo, os cuidados médicos de uma pessoa doente comprometem uma parte da renda domiciliar em um país sem um sistema público de saúde. Mesmo se houver tratamento médico gratuito, essa pessoa pode não desfrutar o mesmo nível de bem-estar que outra pessoa em condições normais de saúde e com idêntico nível de renda. Outro exemplo se refere às pessoas portadoras de necessidades especiais e suas famílias, que possuem demandas específicas em termos de serviços de saúde e de acessibilidade. Nesse caso, as compensações monetárias – por meio de programas de complementação de renda – por si só não seriam suficientes para a recuperação das perdas de bem-estar ou de capacidades, aponta Sen (2000).

Como veremos mais adiante, os aspectos relativos à organização familiar e domiciliar em termos de sexo e condição na família e no domicílio também podem produzir variações sobre o bem-estar e a liberdade real dos seus membros.

As diversidades ambientais estão relacionadas às mudanças do meio ambiente que afetam o bem-estar ou as capacidades que uma pessoa ou uma família pode obter de certo nível de renda. Por exemplo, a presença de doenças infecciosas como a malária ou a poluição do ar altera a qualidade de vida dos moradores de uma região, o que certamente é algo ainda mais problemático quando atinge os segmentos mais desfavorecidos economicamente (SEN, 2000).

As variações no ambiente social se referem à presença de serviços públicos governamentais ou não governamentais que afetam a conversão de renda em qualidade de vida. Entre outras situações, cita-se aqui a presença de escolas, postos de saúde ou postos policiais em um bairro ou em uma comunidade, que pode ter efeitos favoráveis sobre as redes sociais ou as relações comunitárias em termos de capital social (SEN, 2000).

As diferenças de perspectivas relativas se referem a variações de necessidades materiais vinculadas aos padrões de comportamento em comunidades e famílias, de acordo com os costumes locais. Por exemplo, a impossibilidade de adquirir um determinado tipo de vestu-

ário típico em uma comunidade pode dificultar a participação de uma pessoa na vida social (SEN, 2000).

A distribuição intrafamiliar dos rendimentos pode ter efeitos negativos sobre o bem-estar e a liberdade dos membros de um arranjo familiar. O bem-estar e a liberdade dos indivíduos de uma família dependem da forma como a renda é usada na promoção dos objetivos e interesses de cada pessoa, o que pode envolver as relações de gênero no interior dos arranjos. Os critérios de distribuição de renda em uma família associados a sexo, idade ou percepção das dificuldades pessoais podem produzir resultados muito diferentes para cada um dos seus membros (SEN, 2000).

De modo particular, a percepção das contribuições individuais e dos intituleamentos de mulheres e homens teria um papel fundamental na divisão dos benefícios conjuntos da família entre os membros de cada sexo. As circunstâncias que afetam essa percepção – tais como o potencial de ganhos de poder das mulheres derivados de obter uma ocupação e auferir uma renda independente, trabalhar fora de casa, estudar, possuir bens – são crucialmente importantes para essa divisão. Assim, a influência de um poder maior nas decisões familiares e da valorização da condição de agente das mulheres contribui para a redução das iniquidades que prejudicam a liberdade e o bem-estar das mulheres em comparação com a situação dos homens. Nesse sentido, as relações de gênero têm efeito não somente sobre a distribuição intrafamiliar da renda, mas também sobre a divisão intrafamiliar dos alimentos e dos cuidados com a saúde e outras atividades domésticas (SEN, 2000).

Na Índia e em outros países com expressiva desigualdade nas relações de gênero, a maior alfabetização e o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho produziram um aumento do poder de influência das mulheres nas decisões familiares. Há evidências de que a inserção no mercado de trabalho reforçou a condição de agente das mulheres, com efeitos sobre a prioridade ao cuidado com os filhos nas decisões familiares. Assim, o ganho de poder das mulheres nas famílias contribuiu significativamente para a redução da mortalidade infantil em diversos países. Contudo, as mulheres ainda assumem boa parte das tarefas domésticas e têm de enfrentar a dupla jornada do trabalho doméstico e fora de casa, o que pode afetar o nível de pobreza das mulheres e de suas famílias (SEN, 2000).

Essas questões evidenciam a complexidade analítica do estudo da pobreza e a relevância do seu entendimento como um fenômeno multidimensional. Seria importante verificar as possibilidades de mensuração da pobreza segundo a “perspectiva das capacidades”. De acordo com Sen (2000), essa mensuração da pobreza pode ser realizada por meio de métodos diretos, indiretos ou suplementares.

A medição direta da pobreza consiste em examinar diretamente as capacidades dos indivíduos, o que pode ser feito pelo estudo das comparações interpessoais das vantagens de liberdade desfrutadas pelos indivíduos. Nesse tipo de análise, pode ser necessário recorrer a diferentes bases de dados a fim de conseguir informações sobre as privações de liberdade. Algumas capacidades são mais difíceis de medir do que outras, de modo que a avaliação da pobreza pode envolver a comparação de algumas capacidades específicas, sem pretender cobrir todas as capacidades (SEN, 2000). Os indicadores sintéticos de desenvolvimento humano do PNUD são exemplos desse tipo de mensuração.

A mensuração indireta da pobreza de capacidade consiste em medir as capacidades unicamente por meio das medidas de renda com valores “ajustados” ou deflacionados por características dos indivíduos ou das famílias em uma fonte de dados. Por exemplo, se a pessoa de referência do domicílio é analfabeta ou possui alguma deficiência que limita suas oportunidades de trabalho, a renda domiciliar seria “ajustada” para baixo. Diferentemente, se a pessoa de referência possui um maior nível de escolaridade ou de qualificação profissional, a renda domiciliar seria “ajustada” para cima. Nesse caso, seria necessário construir “taxas de conversão” de renda em capacidade, já que a renda é a variável *proxy* neste tipo de análise (SEN, 2000).

Finalmente, a análise suplementar da pobreza consiste em combinar indicadores de renda com avaliações sobre as capacidades. Para um grupo de indivíduos ou de arranjos familiares selecionados por meio de um critério de pobreza em termos de renda – tais como uma linha de pobreza ou os 10% mais pobres da população – seriam examinadas as informações disponíveis sobre capacidades nas fontes de dados (SEN, 2000).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgado desde 1990 pelos Relatórios de Desenvolvimento Humano do PNUD, contribuiu para a difusão de uma nova visão

sobre o desenvolvimento e a pobreza (VEIGA, 2006). Nesse sentido, o próprio Amartya Sen comenta:

Devo reconhecer que não via no início muito mérito no IDH em si, embora tivesse tido o privilégio de ajudar a idealizá-lo. A princípio, demonstrei bastante ceticismo ao criador do Relatório de Desenvolvimento Humano, Mahbub ul Haq, sobre a tentativa de focalizar, em um índice bruto deste tipo - apenas um número - a realidade complexa do desenvolvimento e da privação humanos. (...) Mas Mahbub convenceu-se de que a hegemonia do PIB (índice demasiadamente utilizado e valorizado que ele queria suplantar) não seria quebrada por nenhum conjunto de tabelas. As pessoas olhariam para elas com respeito, disse ele, mas quando chegasse a hora de utilizar uma medida sucinta de desenvolvimento, recorreriam ao pouco atraente PIB, pois apesar de bruto era conveniente (PNUD, 1999: p. 23).

Assim, um dos principais méritos do IDH e dos demais índices internacionais de desenvolvimento humano é propor diferentes pontos de vista que não se centrem somente no crescimento econômico (VEIGA, 2006). Esses indicadores mostram claramente que, por um lado, o desenvolvimento humano pode diferir do crescimento econômico e, por outro, avanços nos indicadores sociais são possíveis mesmo em situações de baixo crescimento econômico, devido a inovações tecnológicas ou a mudanças nas estruturas sociais (PNUD, 1999).

O IDH é um indicador sintético de classificação dos países em termos de desenvolvimento humano, superando a visão tradicional do desenvolvimento avaliado pela taxa de crescimento do PIB (VEIGA, 2006). A unidade básica de análise do IDH é a unidade geográfica, que pode ser o país ou outras unidades locais, como ocorre no Brasil para estados e municípios. O IDH abrange algumas dimensões da vida humana: longevidade, escolaridade e renda (Quadro 1).

Segundo Anand e Sen (2003), tanto o PIB quanto o IDH são índices com uma perspectiva global no sentido de que ambos consideram informações de todos os membros de um país. O PIB utiliza informações de renda para medir a riqueza de um país, enquanto o IDH abrange informações sobre algumas dimensões da vida humana a fim de medir o desenvolvimento humano. No entanto, seria necessário construir um indicador sintético que, segundo a “perspectiva das capacidades”, medisse especificamente a pobreza. Nesse sentido, Anand e Sen

(2003) propuseram a criação dos Índices de Pobreza Humana (IPH): o IPH-1 para os países em desenvolvimento e o IPH-2 para os desenvolvidos (Quadro 1).

Quadro 1 - Componentes dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e de Pobreza Humana (IPH)

Dimensão	Indicador	Índice
Uma vida longa e saudável	Esperança de vida ao nascer	IDH
Nível de conhecimentos	Taxa de alfabetização de adultos	
	Taxa de escolarização bruta	
Um nível de vida digno	PIB <i>per capita</i> (PPC em US\$)	
Uma vida longa e saudável	Probabilidade de não viver até os 40 anos	IPH-1 Países em desenvolvimento
Nível de conhecimentos	Taxa de analfabetismo de adultos	
Um nível de vida digno	Proporção da população sem acesso a água potável	
	Proporção de crianças com baixo peso para a idade	
Uma vida longa e saudável	Probabilidade de não viver até os 60 anos	IPH-2 Países desenvolvidos (OCDE)
Nível de conhecimentos	Taxa de analfabetismo funcional	
Um nível de vida digno	Proporção da população abaixo da linha de pobreza	
Exclusão social	Taxa de desemprego de longo prazo	

Fonte: PNUD (1999).

O IPH – assim como o IDH – é criticado por reunir um conjunto limitado de dimensões e indicadores (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006; VEIGA, 2006). Segundo Anand e Sen (2003), o número restrito de dimensões e indicadores do IPH se deve às limitações de dados estatísticos disponíveis e comparáveis para a maioria dos países. No entanto, mesmo que fosse possível ampliar o número de dimensões avaliadas, esses autores consideram que não seria possível evitar certo grau de arbitrariedade na escolha das dimensões do IPH ou

de qualquer outro índice sintético de pobreza. Um dos méritos da “perspectiva das capacidades” seria o de que, ao levar em conta a importância da participação política das pessoas, a sua aplicação torna necessário expor claramente os critérios políticos e éticos que justificam a escolha de determinadas dimensões e a exclusão de outras em um indicador de pobreza (ANAND; SEN, 2003).

Outra crítica feita ao IPH trata da impossibilidade de desagregar as informações sobre pobreza em termos de pessoas ou domicílios e de seus atributos específicos. O IPH calcula, primeiramente, um indicador para cada dimensão com as informações disponíveis para toda a população de uma localidade e, em uma segunda etapa, obtém-se o indicador sintético global de pobreza pela agregação das dimensões. Contudo, o cálculo dos indicadores para cada dimensão envolve mais de uma fonte de dados. O fato do IPH recorrer a bases de dados variadas pode contribuir para expressar melhor as diferentes dimensões da pobreza e facilitar o cálculo do índice em países com poucas bases de dados. Porém, isso impede que se calcule a pobreza de uma pessoa (ou de uma família) em todas as suas dimensões. Além disso, ainda que seja possível calcular o IPH de um país, um estado ou até um município, não se pode calcular o IPH de pessoas negras, domicílios com idosos ou domicílios chefiados por mulheres em cada uma dessas localidades. Essa é uma crítica importante, pois o fato de um indicador de pobreza ser desagregável em termos de arranjos domiciliares ou de seus atributos específicos ampliaria a sua capacidade de análise (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006).

Uma crítica ainda mais importante aos indicadores sintéticos seria a de que as liberdades substantivas, pela sua natureza, não podem ser completamente captadas por um indicador que sintetize todas as dimensões envolvidas no fenômeno da pobreza, em qualquer nível territorial (VEIGA, 2006). Essa crítica é reconhecida por Anand e Sen (2003).

Qual seria a validade de um índice sintético de pobreza com múltiplas dimensões aplicável a todos os países do mundo, dado que a realidade da pobreza pode diferir muito em termos internacionais e inter-regionais? Os problemas de pobreza referentes à falta de um serviço público de saúde ou de acesso à água potável não podem ser tratados da mesma forma em países tão diferentes como, por exemplo, Bélgica e Angola. Nos países da Europa

Ocidental existe uma boa infra-estrutura de saúde pública e de saneamento básico e a renda *per capita* é muito superior à média africana, mas nesses países existem situações de pobreza relativa que não são captadas por uma linha de pobreza ou pela abordagem das necessidades básicas. Ainda que a renda *per capita* seja muito elevada, os pobres dos países desenvolvidos podem enfrentar o fenômeno do desemprego e do alto custo financeiro da participação de uma pessoa na vida comunitária. Assim, um indicador mundial da pobreza teria sérias dificuldades para conciliar as diversas idiosincrasias encontradas entre os pobres de diferentes países (ANAND; SEN, 2003).

Em termos nacionais, foram realizados alguns estudos de pobreza com indicadores sintéticos. Barros, Carvalho e Franco (2006) propõem um indicador sintético alternativo ao IPH que envolve o uso de uma única fonte de dados e com desagregabilidade em termos de pessoas ou domicílios com atributos específicos. A base de dados utilizada é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e o indicador, calculado para o Brasil, pode ser desagregado em termos de indivíduos ou arranjos domiciliares com atributos específicos.

Outros estudos feitos no Brasil se aproximam da medição suplementar da pobreza conforme a “perspectiva das capacidades”. Hoffmann e Kageyama (2006) consideram que a análise multidimensional da pobreza deveria dar prioridade aos grupos sociais classificados como pobres segundo mais de um critério de avaliação da pobreza e, assim, propõem um estudo da pobreza para as dimensões de renda e de infra-estrutura básica domiciliar com dados da PNAD. Nessa análise, definiu-se uma linha de pobreza em que é pobre a pessoa com rendimento domiciliar mensal *per capita* igual ou inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo. A infra-estrutura é medida em termos de presença de água canalizada em pelo menos um cômodo, banheiro ou sanitário e acesso à rede de energia elétrica (HOFFMANN; KAGEYAMA, 2006).

Segundo a análise de Hoffmann e Kageyama (2006), a pessoa pode ser classificada como de: (1) extrema pobreza se estiver abaixo da linha de pobreza e reside em um domicílio com privação dos três equipamentos domiciliares básicos; (2) pobre tipo I se estiver abaixo da linha de pobreza e possui pelo menos um dos três equipamentos; (3) pobre tipo II se estiver acima da linha de pobreza e possui menos de dois equipamentos (HOFFMANN; KAGEYAMA, 2006).

Por essa metodologia de mensuração, os resultados para o Brasil, com dados da PNAD de 2004, mostraram que a principal forma de pobreza é a do tipo I, que representa 93,1% da população pobre. A pobreza do tipo II responde por 2,7% e a extrema pobreza representa 4,2% da população pobre segundo essa análise. Entre 1992 e 2004, houve uma substancial redução da extrema pobreza e da pobreza por falta de acesso à infra-estrutura domiciliar no país (tipo II). Em termos nacionais, o Estado de São Paulo possuía, em 2004, 12,7% da pobreza do tipo I, somente 0,7% da pobreza do tipo II e a extrema pobreza é praticamente nula, com 0,07% da proporção desse tipo de pobreza (HOFFMANN; KAGEYAMA, 2006).

O estudo de Lopes, Macedo e Machado (2003) vai além dos dados de renda e de equipamentos básicos do domicílio e inclui informações sobre escolaridade e inserção no mercado de trabalho. Esse estudo propõe um indicador para o Brasil, com dados da amostra do Censo 2000, que avalia situação de insuficiência dos seguintes atributos: (1) renda domiciliar *per capita*, (2) infra-estrutura domiciliar, (3) nível de escolaridade domiciliar, (4) percentual de moradores em situação precária em termos de condição de atividade e de ocupação dos indivíduos (LOPES; MACEDO; MACHADO, 2003).

Os resultados revelam que 59,0% da população analisada não possui o nível de escolaridade compatível com a idade, 50,0% da população sofre de insuficiência de renda e 25,0% da população está em situação precária quanto à condição de atividade e ocupação. A infra-estrutura domiciliar é o atributo que possui o menor peso (3,0%) para a pobreza (LOPES; MACEDO; MACHADO, 2003).

Outra forma de mensuração da pobreza é feita pelo estudo de condições de vida de Fundação Seade (1992). Essa metodologia propõe indicadores setoriais de pobreza para diferentes dimensões socioeconômicas a partir de uma única fonte de dados, a Pesquisa de Condições de Vida (PCV). Dessa forma, são construídos indicadores de habitação, renda, escolaridade, mercado de trabalho e acesso a serviços de saúde (FUNDAÇÃO SEADE, 1992). Nesse sentido, esta dissertação adota uma metodologia suplementar de medição da pobreza, o que será discutido no capítulo 2.

Dado que a pobreza é vivenciada em um contexto familiar na maioria dos domicílios, é preciso examinar a relação entre família e pobreza em termos da “perspectiva das capacida-

des”. Constata-se que a maior parte dos arranjos domiciliares brasileiros é constituída por grupos de pessoas com relações familiares, conforme mostram os estudos de demografia da família a partir dos dados dos Censos Demográficos e da PNAD (GOLDANI, 2004). De fato, as principais abordagens de mensuração da pobreza utilizam recorrentemente a família como unidade de análise (JANNUZZI, 2001).

As famílias constituem uma importante unidade de análise da pobreza. As estratégias familiares observadas nos domicílios podem ser uma resposta a variadas formas de privações (BILAC, 2003). Além disso, os arranjos familiares e as redes de parentesco têm um papel relevante para a provisão de renda e de bem-estar para seus membros, constituindo um instrumento de proteção social (MEDEIROS, 2000).

Nesse sentido, a demografia da família pode contribuir para a análise da pobreza segundo a “perspectiva das capacidades” com a discussão a respeito dos conceitos de família e domicílio e sobre a formação dos arranjos familiares e domiciliares no Brasil.

1.1 Conceitos de família e domicílio

Os termos família e domicílio podem ter sentidos ambíguos tanto nas análises de pobreza quanto nas definições de variáveis das fontes de dados, tais como as pesquisas por amostra de domicílios. Algumas análises definem família como um grupo de pessoas ligadas por laços de parentesco e residentes em uma unidade doméstica (CAMARANO *et al.*, 2006). Uma definição semelhante, presente em outro trabalho, considera a família como “um grupo de pessoas conviventes (em um domicílio) relacionadas por laços de parentesco ou adoção” (GOLDANI, 1993: p. 79).

As pesquisas domiciliares possuem conceitos de família que a relacionam com a residência em um domicílio. Isso ocorre na PNAD, que define família como “o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residissem na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que morasse só em uma unidade domiciliar” (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a: p. 22). A PCV define família como o “conjunto de pessoas residentes em um domicílio ligadas por laços de parentesco

(consanguinidade, adoção ou afinidade), assim como a pessoa que vive só” (FUNDAÇÃO SEADE, 2006: p. 7).

Bender (1967) comenta em um artigo da literatura antropológica que a referência básica para o termo “família” é o parentesco, enquanto que para “domicílio” é a residência. Segundo esse autor, o conceito de família compreenderia um fenômeno social estritamente vinculado às relações de parentesco, enquanto o conceito de domicílio é relacionado ao local de residência e às funções domésticas.

Em uma visão sociológica institucional, a família pode ser entendida como uma estrutura social particularista e multidimensional, produto da articulação de relações de gênero e gerações no âmbito de um sistema de parentesco e aliança que as organiza e legitima por meio de valores, normas e expectativas de comportamento. A instituição familiar teria por objetivo tanto a reprodução cotidiana – material e simbólica – de seus membros como a produção de uma nova geração (BILAC, 2003).

Ainda em termos sociológicos, existem diversas formas de classificação de famílias a partir das informações de grupos de pessoas – com relações de parentesco – em um local de residência. Uma das classificações mais conhecidas na sociologia da família é a *família nuclear*, que corresponde ao arranjo formado por pai, mãe e filhos residentes em um domicílio (GOLDANI, 2004).

Sob influência do funcionalismo parsoniano, Goode considera que a família nuclear seria o arranjo predominante nas sociedades urbanas e industriais, pois garantiria a sua reprodução (THERBORN, 2006). As forças sociais da industrialização e da urbanização promoveriam uma tendência das famílias de se organizar como um núcleo familiar em uma casa, com menor relevância para as famílias extensas. Em uma sociedade marcada pela competitividade e pela mobilidade, a família nuclear seria um grupo domiciliar fundamentado no casamento, relativamente isolado do parentesco extenso e com forte diferenciação dos papéis sexuais. Nesse modelo, o homem seria o principal provedor de recursos econômicos e a mulher a mantenedora do bem-estar – ou da qualidade de vida – da residência, dedicada aos serviços domésticos (BILAC, 1991).

O conceito de família nuclear é, portanto, relacionado à residência em um domicílio. Contudo, a família não está restrita a um grupo de pessoas residentes em uma casa, como aponta a literatura demográfica sobre formação de arranjos domiciliares. As dimensões de parentesco e de residência não necessariamente são coincidentes, pois as relações familiares podem estender-se para além da unidade de residência (GOLDANI, 1993; FAVARO, 2009; BURCH, 1995).

Os membros de um arranjo domiciliar podem contar com a ajuda de outros parentes ou de não parentes (vizinhos e amigos) para a manutenção das funções domésticas. Por exemplo, isso ocorre em uma família formada por pai, mãe e filhos, em que um dos seus membros migra para outra localidade e ajuda a sustentá-la por meio de remessas monetárias, ou quando os avôs ou as avós não residentes se oferecem para auxiliar no cuidado das crianças e adolescentes. Além disso, existem grupos de pessoas que residem juntas, mas não formam uma família, conforme mostra a literatura antropológica (BENDER, 1967).

A existência de redes de parentesco além da unidade de residência não é captada pela PNAD nem pela PCV. Contudo, os arranjos domiciliares não são gratuitos e a presença ou ausência de uma figura familiar (pai, mãe, filho, neto) em um domicílio pode refletir múltiplos projetos e contingências. Nesse sentido, apesar dessa limitação, as pesquisas domiciliares seriam uma importante fonte de dados sobre as famílias, seus componentes e suas condições de vida (BILAC, 2003).

A análise das famílias em um domicílio pode ser feita em termos de três características de composição domiciliar: (i) conjugalidade ou monoparentalidade, (ii) isolamento ou ampliação e (iii) presença ou ausência de prole residente (BILAC, 2003).

A primeira característica se refere à composição da unidade mínima de reprodução – casal e prole, grupo formado por pai e prole ou mãe e prole – em termos de presença ou ausência de casal. Quando há um casal residente, a família é chamada de *conjugal* ou *biparental*, e quando somente reside um dos pais é *monoparental* (BILAC, 2003).

A família também pode ser *ampliada* ou *isolada*, o que diz respeito às relações entre a unidade mínima de reprodução e seus parentes (ascendentes, colaterais, descendentes e

afins). Se o grupo residente em um domicílio permanece restrito à unidade mínima de reprodução, é chamado de isolado, e se envolve outros parentes, ampliado (BILAC, 2003).

A terceira característica é a presença ou ausência de *prole*, isto é, de filhos residentes em um domicílio. Esta característica é útil para a identificação do ciclo de vida familiar, como veremos adiante (BILAC, 2003).

De acordo com as características discutidas, um arranjo domiciliar formado por uma família nuclear é avaliado como biparental, isolado e com presença de prole (BILAC, 2003; GOLDANI, 2004).

A análise da composição domiciliar pode ser complementada pelo estudo do ciclo de vida familiar. Um aspecto relevante dessa teoria é mostrar que a família é dinâmica, isto é, modifica-se ao longo do tempo. As fases do ciclo de vida familiar seriam: formação inicial pelo casamento, expansão (com o nascimento dos filhos), consolidação (período em que a família ainda conta com filhos, mas sem o nascimento de novos filhos) e dispersão (a fase do “ninho vazio”, quando os filhos saem de casa). Nesse sentido, uma família sem prole pode ser muito jovem para ter filhos ou pode estar em sua última fase. No entanto, observa-se que as famílias contemporâneas organizam-se em outros arranjos não previstos pela abordagem do ciclo de vida familiar ou que não se comportam de acordo com o modelo da família nuclear (BILAC, 2003).

Em relação à diferenciação conceitual de família e domicílio, Bender (1967) sugere que as ambiguidades relacionadas a esses conceitos devem-se à falta de uma clara distinção entre família, co-residência e funções domésticas. Ainda que seja frequente encontrar pessoas que compartilhem a residência (co-residência), possuam relações de parentesco e realizem as funções domésticas, não necessariamente esses três âmbitos dos arranjos domiciliares são coincidentes (BENDER, 1967).

As funções domésticas seriam as atividades relacionadas às necessidades cotidianas de um domicílio, tais como as tarefas de cuidado de preparação das refeições, saúde, formação das crianças e descanso dos moradores. Além de serem realizadas pelo grupo de pessoas residentes em um domicílio, essas atividades podem ser feitas por pessoas que não pertencem ao domicílio (BENDER, 1967). Por exemplo, os serviços de cuidado das crianças podem ser

realizados diretamente pelos pais, com o apoio de outros parentes, de redes sociais de vizinhos e amigos e por serviços privados ou governamentais de educação infantil.

Em relação à formação de novos arranjos domiciliares, é muito conhecida a visão utilitarista de Gary Becker que compreende as relações familiares como se fossem relações de mercado. Nessa concepção, a provisão de certos bens domiciliares – ou seja, que são obtidos ao se residir em um domicílio – seria um elemento central da escolha de um tipo de arranjo domiciliar. As pessoas escolheriam um arranjo domiciliar a fim de maximizar o acesso a esses bens domiciliares, a partir da sua renda disponível e dos preços de mercado. Esses bens podem ser: abrigo físico; uma forma de administrar a propriedade privada; o fornecimento de serviços domésticos ou de cuidado pessoal; companheirismo; recreação; privacidade; poder ou autoridade; independência (ou autonomia); e, finalmente, economias de escala no seu consumo. Além disso, a decisão de formar um domicílio estaria muito relacionada à redução do custo financeiro da habitação e dos bens domiciliares, obtidos pelo ato de compartilhar a residência com outras pessoas (BURCH, 1995).

A concepção de Becker recebeu diversas críticas. A escolha de um arranjo domiciliar envolve decisões subjetivas que não se restringem a motivações econômicas e pode ser marcada pelas relações intrafamiliares de poder, que não necessariamente são harmônicas. Além disso, essa teoria não leva em conta o dinamismo das estruturas familiares, pois a escolha de um arranjo domiciliar seria mais compreensível como um *processo*, com causas múltiplas, e não como um equilíbrio de mercado típico dos modelos econômicos (BURCH, 1995).

O estudo das relações de gênero dentro dos arranjos domiciliares pode ser integrado a uma análise multidimensional da pobreza em termos da “perspectiva das capacidades”. Para Sen (2000), a vida familiar, isto é, compartilhar um lar e viver conjuntamente, envolve interesses congruentes e interesses conflitantes que são, muitas vezes, resolvidos por meio de padrões de comportamento sobre os quais existe um acordo implícito. Contudo, tais padrões podem não ser igualitários (SEN, 2000).

Nesse sentido, um padrão não igualitário das relações familiares no Brasil é observado em relação à responsabilidade pelo domicílio, isto é, a quem cabe realizar as funções domésticas ou o cuidado da casa. De modo predominante, constata-se que as mulheres assumem

uma parcela considerável das funções domésticas. Essa divisão sexual do trabalho doméstico dificulta gravemente a vida cotidiana das mulheres trabalhadoras, pois experimentam a dupla jornada de trabalho – no mercado e no domicílio –, o que produz perdas de bem-estar e prejudica a independência feminina, conforme apontam os dados da PNAD na década de 2000 (DEDECCA, RIBEIRO, ISHII, 2008). Assim, a falta de equidade de gênero tende a agravar situações de insuficiência de renda, dificuldades de inserção no mercado de trabalho e outras formas de privação de liberdades para os membros dos arranjos domiciliares pobres, particularmente para as mulheres (SEN, 2000).

Além disso, sem deixar de lado a questão das relações de gênero, não se pode desprezar a importância da provisão de renda para o bem-estar e a realização das capacidades dos membros dos arranjos domiciliares pobres (SEN, 2000). A participação no mercado de trabalho é uma das principais fontes de rendimento. Mas em uma situação de crise econômica e elevados níveis de desemprego a existência de uma renda mínima que permita a manutenção das funções domésticas seria um componente básico de uma rede de segurança social e um pré-requisito para a condição de agente das pessoas pobres. Nesse sentido, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) estabelece o direito à proteção social com o fim de desenvolver capacidades para maior autonomia dos indivíduos (BRASIL, 2004). Assim, torna-se necessário analisar os recursos econômicos dos arranjos domiciliares pobres e a efetividade dos programas de proteção social.

Os membros de um arranjo familiar podem compartilhar um orçamento único e, assim, cobrir as despesas de manutenção das funções domésticas. Além disso, a renda domiciliar pode ser complementada com o auxílio de redes sociais formadas por parentes não residentes no domicílio, vizinhos e amigos. Juntamente com a cooperação econômica dos membros do domicílio e das redes sociais, os programas governamentais de transferência monetária e não monetária constituem importantes instrumentos de uma rede de segurança social para as pessoas pobres, particularmente em situações de elevado nível de desemprego (SEN, 2000).

O custo de manutenção das funções domésticas pode ser impactado pela existência de heterogeneidades pessoais, diversidades ambientais, variações no ambiente social, diferenças de perspectivas relativas e desigualdade na distribuição intrafamiliar de renda, o que pode ter

efeitos significativos sobre o bem-estar e as liberdades substantivas dos membros dos domicílios pobres (SEN, 2000).

Aqui pode ser destacada a questão da presença de pessoas dependentes em um arranjo domiciliar, isto é, aquelas pessoas fora do mercado de trabalho pela idade (criança, adolescentes, idosos), por motivo de doença ou porque são portadoras de necessidades especiais. Por exemplo, duas famílias possuem o mesmo nível de renda domiciliar, mas se uma delas tem mais dependentes do que a outra, o nível de bem-estar e de liberdade desfrutado por cada um dos membros dessa família pode ser menor em comparação com a outra (SEN, 2000).

A existência de diversidades ambientais pode representar um custo adicional para a manutenção das funções domésticas, por exemplo, a localização de um domicílio em áreas de risco de enchentes ou de desmoronamento. Nesse caso, o nível de bem-estar e de liberdade dos membros do domicílio com risco ambiental seria relativamente inferior em comparação com o outro domicílio localizado em uma área mais segura, ainda que a renda de ambos os domicílios seja idêntica (SEN, 2000).

A partir desta discussão dos conceitos de família e domicílio, torna-se necessário conhecer a literatura de estudos empíricos sobre a relação família-pobreza no Brasil contemporâneo. Ainda que muitos deles adotem a perspectiva da insuficiência de renda, esses estudos permitem caracterizar a organização e as estratégias familiares dos domicílios e constituem um ponto de partida para uma análise da relação família-pobreza segundo a “perspectiva das capacidades”.

1.2 O estudo da relação família-pobreza no Brasil

A história econômica do Brasil evidencia claramente que o desenvolvimento econômico – em termos do processo de industrialização e de crescimento do PIB – não necessariamente se traduz em desenvolvimento humano. Houve um acelerado período de expansão econômica e de mobilidade social nas décadas de 1960 e 1970, mas a questão da pobreza não foi equacionada. Nas décadas de 1980 e 1990, o instável desempenho econômico ampliou os segmentos populacionais em situação de pobreza (FUNDAÇÃO SEADE, 1992; IPEA, 2010a).

As mudanças institucionais na política social decorrentes da Constituição de 1988 contribuíram para a consolidação de uma rede de proteção social no país. Nesse sentido, a Constituição cidadã redesenhou a política de seguridade social ao reunir as ações de previdência social, assistência social e saúde com os seguintes princípios: universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência de benefícios e serviços para todos; irredutibilidade do valor dos benefícios; descentralização da gestão, com ações intergovernamentais e participação da comunidade. Por conseguinte, houve uma expansão da cobertura da previdência social, da assistência social e da saúde que parece ter amenizado em parte o empobrecimento da população nos períodos críticos da economia brasileira nas últimas décadas (FUNDAÇÃO SEADE, 2008; IPEA, 2011).

O início de uma nova fase de crescimento econômico em 2004, articulada com uma rede de proteção social melhor estruturada, teria resultado em uma importante redução dos níveis de pobreza e extrema pobreza, o que pode ser verificado pela evolução dos indicadores de distribuição de renda e dos indicadores sintéticos multidimensionais (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006; HOFFMANN; KAGEYAMA, 2006; TORRES; BICHIR; CARPIM, 2006; IPEA, 2010a).

Segundo IPEA (2011), os gastos sociais relacionados a programas de educação e saúde pública, Regime Geral de Previdência Social, Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada tiveram um efeito multiplicador sobre a renda das famílias entre 2006 e 2010. Além disso, a política social passou a ser voltada principalmente para o atendimento das famílias pobres conforme a Política Nacional de Assistência Social (MONTALI; TAVARES, 2008). Assim, uma das principais finalidades do Programa Bolsa Família é a emancipação sustentada das *famílias* que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza (BRASIL, 2004).

A mortalidade infantil é considerada como uma variável sensível a mudanças nas condições de vida de uma população. Constatou-se nas últimas décadas uma notável queda da taxa de mortalidade infantil no Brasil, o que teve o efeito de ampliar a expectativa de vida ao nascer (FUNDAÇÃO IBGE, 2003). Essa queda é atribuída principalmente à redução da mortalidade por causas exógenas, tais como doenças infecciosas e parasitárias. A queda da

taxa de mortalidade infantil registrada entre 1990 e 2000 seria o resultado da implantação da Política Nacional de Atenção à Saúde que, entre outras medidas, ampliou o Programa Saúde da Família (PSF) e da expansão do acesso à infra-estrutura básica de água, esgoto e lixo (BRASIL, 2008).

Uma análise da Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS) mostra que a prevalência de desnutrição na população brasileira de menores de cinco anos tem uma diminuição importante entre 1996 e 2007. Esse avanço é atribuído à melhoria do nível de escolaridade das mães, ao aumento do poder aquisitivo das famílias, ao maior acesso à assistência à saúde e a melhores condições de saneamento dos domicílios (MONTEIRO *et al.*, 2009).

Barros, Carvalho e Franco (2006) apresentam um indicador sintético de pobreza com dados da PNAD entre 1993 e 2003 que aponta uma redução da pobreza devido à evolução favorável dos indicadores de adultos com ensino fundamental completo e dos indicadores de condições habitacionais. A queda da pobreza não foi maior devido ao comportamento dos indicadores de mercado de trabalho e de rendimento nesse período.

A retomada do crescimento econômico a partir de 2004 permitiu uma queda na desigualdade de renda por meio da recuperação do rendimento médio real, para a qual dois fatores foram determinantes: os maiores níveis de ocupação e o aumento do salário mínimo em termos reais. A política salarial teria contribuído para o aumento do rendimento médio real não somente por meio da remuneração do trabalho, mas também pelo aumento do valor dos benefícios previdenciários dentro do Regime Geral de Previdência Social (IPEA, 2010a).

Assim, os dados da PNAD entre 2004 e 2009 indicam uma redução da proporção de domicílios com rendimento *per capita* igual ou inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Ao mesmo tempo, há melhoras nos indicadores sociais de educação, saúde, habitação e saneamento básico, o que confirma uma importante redução da pobreza no Brasil na década de 2000 (IPEA, 2010a; 2011).

Em termos das tendências demográficas contemporâneas, a transição da fecundidade no Brasil desencadeou a queda das taxas de crescimento populacional e uma rápida e contínua redução do tamanho médio da família nas últimas décadas (BERQUÓ; CAVENAGHI, 2006). O declínio da fecundidade foi vertiginoso, pois a taxa de fecundidade total (TFT)

diminuiu de 5,8 filhos nascidos vivos por mulher em 1970 para 2,3 em 2000 (CARVALHO; BRITO, 2006).

A taxa de fecundidade total (TFT) no Estado de São Paulo teve uma variação negativa de 50,0% entre 1980 e 2009. A TFT para o Estado passou de 3,4 filhos por mulher para 1,7 filho por mulher, muito abaixo do nível de reposição. Essa mudança teve início nas famílias com maior poder aquisitivo, mas atingiu na década de 2000 os segmentos sociais mais pobres. Nessa década, a maior retração da fecundidade se deu entre as mulheres mais jovens, com idade até 30 anos. Em consequência, aumentou a idade média da fecundidade de 26,4 anos, em 2000, para 27,1 anos em 2009 (FUNDAÇÃO SEADE, 2011).

Os dados de composição domiciliar da PNAD para o Brasil indicam que a maior parte dos arranjos domiciliares possui pessoas na condição de filhos. Além disso, houve redução do número médio de filhos por arranjo nesse período, o que está de acordo com o processo de transição da fecundidade (GOLDANI, 2004; IPEA, 2010b).

Em relação às principais configurações de composição domiciliar no Brasil, constata-se que a família nuclear é o arranjo domiciliar mais freqüente, mas existe uma maior ocorrência de outros arranjos desde a década de 1970 (GOLDANI, 2004).

Conforme os dados da PNAD, os arranjos nucleares (casal e filhos) são os predominantes no país, mas a sua participação reduz-se de 62,8% em 1992 para a metade em 2009. Em contrapartida, a PNAD mostra uma proporção crescente de domicílios formados por mãe e filhos, que passam de 12,3% em 1992 para mais de 15,4% do total de arranjos domiciliares em 2009 (IPEA, 2010b).

Nota-se também um maior peso para os casais sem filhos e para os unipessoais. Entre 1992 e 2009, os casais sem filhos ampliam-se de 11,7% para 16,2% dos domicílios brasileiros. Embora uma parcela considerável dos arranjos formados por casal sem filhos sejam famílias nucleares em fase de dispersão – em que os filhos já saíram da casa dos pais –, percebe-se que nos demais casos isso pode ocorrer pela impossibilidade biológica de ter filhos ou por escolha do casal (BILAC, 2003). Também ocorre uma expansão dos arranjos domiciliares unipessoais de 11,6% para 16,4% (IPEA, 2010b).

Entre 1992 e 2009, observa-se também uma maior presença dos arranjos ampliados na população brasileira, em que se destacam os arranjos monoparentais e biparentais com parentes (IPEA, 2010b). Por um lado, os novos padrões de casamentos, divórcios e recasamentos – associados a mudanças na legislação sobre famílias – tendem a ampliar os limites dos grupos de parentesco de forma a incluir novos membros (GOLDANI, 1993). Por outro lado, os processos de ampliação e de contração dos arranjos domiciliares parecem constituir estratégias familiares que respondem a constrangimentos cambiantes de várias ordens – demográfica, social, cultural, econômica (BILAC, 2003).

Nesse sentido, os arranjos domiciliares ampliados podem ser vistos como estratégias familiares para as pessoas pobres (BILAC, 2003). A cooperação econômica dos membros do domicílio seria um dos principais instrumentos de proteção social para as pessoas pobres. Assim, a incorporação de parentes observada nos domicílios pobres com estrutura familiar complexa pode estar associada, em parte, à manutenção das funções domésticas.

Um exemplo de estrutura familiar complexa seria a presença de núcleos aparentados em um domicílio. Nessa situação, o domicílio possui uma “família principal” ou a família do chefe do domicílio, constituída por casal e filhos, e uma “família adicional” – formada por casal, casal e filhos ou chefe e filhos – que é chefiada por um dos filhos do chefe e/ou do cônjuge do domicílio (BILAC, 2003).

Os arranjos monoparentais – formado por chefe e filhos – podem constituir um grupo isolado ou uma estrutura familiar complexa quando se incorporam a um domicílio de parentes ou quando atraem outros parentes. Uma situação de ampliação pode ocorrer nos arranjos monoparentais de chefia feminina com crianças sem acesso a uma escola pública de educação infantil. Nessa situação, a presença de um parente que possa cuidar das crianças permite que a mulher chefe do domicílio adquira um trabalho remunerado fora de casa (BILAC, 2003).

Assim, a formação das estruturas familiares complexas entre os domicílios pobres estaria relacionada a baixos níveis de renda familiar que levam ao compartilhamento das despesas com habitação por meio da associação de núcleos aparentados. Além disso, políticas públicas de apoio à família pouco efetivas – tais como a transferência de renda ou os programas de apoio ao cuidado de idosos ou das crianças – podem estimular a formação desses arranjos,

visto que os arranjos familiares ou as redes de parentesco têm de fornecer tais cuidados (BILAC, 2003).

Um estudo da população urbana da região Sudeste com dados da PNAD para a década de 1990 aponta que os arranjos domiciliares formados por “famílias conviventes” envolvem basicamente famílias adicionais que possuem relação de parentesco com a pessoa de referência do domicílio. Nessa região, verifica-se que a maior parte das famílias adicionais compreende núcleos reprodutivos aparentados com arranjos monoparentais, em primeiro lugar, e biparentais, em segundo lugar. Tais resultados sugerem que, na maioria dos casos, os domicílios com mais de uma família seriam, na verdade, uma única família ampliada e de estrutura mais complexa (BILAC, 2003).

A questão dos domicílios de organização complexa com mais de uma família ou com “famílias conviventes” foi discutida no âmbito das políticas habitacionais. As metodologias de cálculo das necessidades habitacionais envolvem o estudo dos domicílios com déficit ou inadequação habitacional. O fenômeno do déficit habitacional é considerado uma grave situação de pobreza, pois envolve a existência de condições de moradia tão precárias que exigem a sua substituição. No entanto, algumas metodologias incluem na medição do déficit habitacional todos os domicílios com mais de uma família (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2001), o que é contestado por outros estudos (BILAC, 2003; FUNDAÇÃO SEADE, 2010).

Além disso, o debate sobre a relação família-pobreza foi marcado pela teoria da “feminização da pobreza”. O crescimento dos arranjos domiciliares de chefia feminina em todo o mundo desencadeou uma série de discussões nas instituições internacionais de desenvolvimento e no meio acadêmico sobre a face feminina da pobreza. Segundo essa teoria, existiria uma tendência de pobreza crescente entre as mulheres ou entre os domicílios com famílias chefiadas por mulheres. Em particular, haveria uma maior pobreza nos domicílios com mães sem cônjuge, pois a ausência do provedor masculino seria um fator de empobrecimento (CEPAL, 2004; CHANT, 1999; COSTA *et al.*, 2005).

A situação desfavorável da mulher em diversas áreas da sociedade ajudou a disseminar a idéia da “feminização da pobreza” entre pesquisadores e formadores de opinião pública,

mas estudos empíricos não corroboram essa teoria, tanto no Brasil como em outros países (COSTA *et al.*, 2005).

Um estudo empírico da pobreza no Brasil entre 1983 e 2003 – com base nos dados da PNAD de renda domiciliar *per capita* – não encontrou evidência para tal hipótese. De fato, houve uma importante mudança das estruturas familiares nessas décadas. Vimos anteriormente que se expandiram os domicílios de chefia feminina (pobres e não-pobres) na população brasileira e, devido a esse efeito demográfico, houve um aumento das pessoas em famílias chefiadas por mulheres entre os pobres nesse período (COSTA *et al.*, 2005).

A medição da pobreza em termos da renda domiciliar *per capita* constatou uma sobre-representação de pessoas vivendo em domicílios formados por casais com filhos e por arranjos monoparentais entre os pobres no Brasil. Isso indica que a maior incidência de pobreza nesses arranjos não se relacionaria com o tipo de chefia domiciliar (masculina ou feminina), mas com a presença de filhos (COSTA *et al.*, 2005).

Em outro estudo, verifica-se que o rendimento domiciliar médio total e *per capita* dos arranjos domiciliares nucleares com casais jovens tende a ser menor do que o rendimento daqueles formados por casais de idade mais avançada, devido, por um lado, ao início da vida profissional e da vida reprodutiva da pessoa de referência e de seu cônjuge e, por outro, ao maior peso da renda de benefícios previdenciários para o orçamento dos arranjos com idosos (CAMARANO *et al.*, 2006).

Nessa mesma direção, Goldani (2004) considera que os arranjos domiciliares com maior exposição à pobreza seriam aqueles com filhos, particularmente aqueles em sua fase de expansão quanto ao ciclo de vida, com chefes e/ou cônjuges jovens e filhos menores de 14 anos. Como vimos anteriormente, dadas as suas heterogeneidades pessoais, os serviços de cuidado dos filhos demandariam maior quantidade de recursos econômicos para a manutenção das funções domésticas. No entanto, os membros dos arranjos domiciliares pobres possuem sérias dificuldades de inserção no mercado de trabalho – com maiores proporções de pessoas desempregadas ou com ocupações precárias e menores níveis de rendimento domiciliar *per capita* médio – devido, de modo particular, ao menor grau de escolaridade (LOPES; MACEDO; MACHADO, 2003). Além disso, as taxas de desemprego tendem a ser mais elevadas

para a população jovem (FUNDAÇÃO SEADE, 2007), o que pode ampliar a vulnerabilidade à pobreza de arranjos domiciliares com chefe e/ou cônjuge jovem sem acesso a algum sistema de proteção social.

Outra explicação da relação família-pobreza, de Montali e Tavares (2008), trata dos aspectos relativos ao impacto de mudanças no mercado de trabalho sobre diferentes tipos de arranjos domiciliares nas regiões metropolitanas brasileiras.

A reestruturação produtiva da economia brasileira desde o início dos anos 1990 desencadeou a precarização das relações de trabalho e a queda dos rendimentos do trabalho, com redução do assalariamento regulamentado e crescimento de formas de vinculação menos protegidas, como trabalho autônomo, assalariamento sem carteira assinada e a instauração de novas formas de contratação. Tais mudanças do padrão de emprego decorrentes da reestruturação produtiva tiveram impacto sobre a participação feminina no mercado de trabalho das regiões metropolitanas brasileiras (BORGES, 2006; MONTALI; TAVARES, 2008). Adicionalmente, o baixo crescimento da economia brasileira nos anos 1990 e início dos anos 2000 foi determinante para a fraca criação de postos de trabalho e o maior nível de desemprego até 2004 (MONTALI; TAVARES, 2008).

Conforme aponta Montali (2006) em seu estudo para a Região Metropolitana de São Paulo, até meados da década de 1990 os homens chefes de domicílio e filhos adultos contavam com os maiores níveis de assalariamento regulamentado e as melhores remunerações em comparação com as mulheres, que predominantemente possuíam ocupações mais precárias. A reestruturação produtiva foi mais prejudicial especificamente para os provedores masculinos – devido ao maior nível de desemprego no mercado de trabalho regulamentado – e promoveu a redução dos rendimentos domiciliares médios entre 1990 e 2003. Como forma de enfrentamento do desemprego, houve uma expansão dos níveis de participação e de ocupação das mulheres chefes e cônjuges, o que representou um novo padrão de provisão domiciliar que constitui uma mudança significativa na relação família-trabalho e nas relações de poder na família (MONTALI, 2006). Nesse sentido, os resultados da PNAD confirmam a crescente importância das mulheres como provedoras e co-provedoras no Brasil. O nível

de contribuição das mulheres para o rendimento total dos arranjos domiciliares aumentou de 30,0% em 1992 para 40,0% em 2009 (IPEA, 2010b).

Nas décadas de 1990 e 2000, a reestruturação produtiva da economia brasileira tem efeito especialmente sobre alguns tipos de arranjos domiciliares, que seriam mais vulneráveis ao empobrecimento por apresentar uma composição familiar desfavorável para a inserção dos seus componentes no mercado de trabalho (MONTALI; TAVARES, 2008).

Segundo informações da PNAD para as regiões metropolitanas brasileiras, em 2004 e 2006 verifica-se que os casais com filhos e/ou parentes em fase de expansão e consolidação e os arranjos chefiados por mulheres (sem cônjuge) com filhos e/ou parentes mostram-se os arranjos domiciliares mais vulneráveis ao empobrecimento, porque registram os menores níveis de renda domiciliar *per capita* médio, as mais elevadas concentrações entre os decis inferiores de renda e as menores taxas de geração de renda (em termos de componentes que contribuem para a renda domiciliar) (MONTALI; TAVARES, 2008).

As características de composição e os momentos do ciclo de vida desses arranjos domiciliares mais vulneráveis ao empobrecimento são: (i) casal com idades de até 34 anos com filhos e/ou parentes: quase todos os filhos possuem menos de 14 anos, o que remete à fase de expansão, quando ocorrem os nascimentos; (ii) casal com idades entre 34 e 49 anos com filhos e/ou parentes: os filhos dividem-se entre menores e maiores de 14 anos, o que está mais próximo da fase de consolidação; (iii) arranjos com chefe feminina sem cônjuge e com a presença de filhos e/ou parentes: cerca de um terço possui filhos com menos de 14 anos, um terço com filhos entre 14 e 24 anos e um terço acima de 24 anos. Portanto, todos esses arranjos incluem pessoas na condição de filhos e os dois últimos tipos possuem jovens entre seus componentes (MONTALI; TAVARES, 2008).

A presença de jovens nos arranjos mais vulneráveis ao empobrecimento acaba sendo um agravante para a manutenção das suas funções domésticas devido à crise do emprego jovem verificada a partir da década de 1990 (MONTALI; TAVARES, 2008).

Para os arranjos nucleares em fase de expansão e de consolidação, constata-se que os parentes constituem menos de 10,0% de seus componentes, sendo que metade deles possui

menos de 18 anos. Portanto, a provisão ou a manutenção financeira do domicílio depende basicamente do casal nesses arranjos (MONTALI; TAVARES, 2008).

Os arranjos monoparentais com chefia feminina contam com uma ocorrência maior de parentes. Além da presença de idosos, há um volume maior de parentes menores de 18 anos, sugerindo a presença de famílias extensas. Por um lado, a presença de idosos pode atenuar o empobrecimento, pois podem contribuir com a renda do trabalho ou de pensões e aposentadorias. Por outro lado, a maior presença de parentes menores de 18 anos pode reforçar a vulnerabilidade ao empobrecimento desses arranjos (MONTALI; TAVARES, 2008).

Com a recuperação da economia brasileira, houve certa elevação do nível de emprego e, particularmente, do emprego regulamentado entre 2004 e 2006, mas com pequena recuperação na renda dos ocupados. Para os arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento, constata-se uma menor proporção de domicílios sem rendimento e o crescimento daqueles com rendimento *per capita* até meio salário mínimo e de meio a um salário mínimo. Contudo, apesar dessa pequena recuperação da renda dos ocupados, tanto os programas de transferência de renda quanto as condições do mercado de trabalho ainda possuem efeito limitado em termos de queda da pobreza (MONTALI; TAVARES, 2008).

Entre os arranjos mais vulneráveis ao empobrecimento, a menor taxa de geração de renda foi registrada para os arranjos formados por casal com idades de até 34 anos com filhos e/ou parentes. Em seguida, aparecem os arranjos formados por casal entre 35 e 49 anos com filhos e/ou parentes. A maior taxa de geração de renda foi a dos arranjos monoparentais femininos, o que evidencia o empenho desse arranjo – principalmente da pessoa de referência – para a provisão domiciliar (MONTALI; TAVARES, 2008).

Alguns estudos apontam que o processo de envelhecimento populacional e o aumento da expectativa de vida, em conjunto com a recente expansão da rede de proteção social, têm efeitos favoráveis sobre a distribuição de renda no Brasil, particularmente para os domicílios com pessoas idosas (FUNDAÇÃO SEADE, 2010; GOLDANI, 2004; IPEA, 2009).

Em uma análise do ciclo de reprodução da pobreza, Camargo (2004) considera que os gastos sociais possuiriam um “viés pró-idoso” no Brasil após a Constituição de 1988, pois haveria um volume de despesas maior para programas e ações voltados à população idosa

em detrimento daqueles dirigidos para crianças e adolescentes. Esse autor argumenta que tal padrão de gastos sociais acabaria reproduzindo a pobreza no país. Como os recursos destinados à área social são escassos, a política social pró-idoso estaria restringindo o aumento dos gastos educacionais destinados a crianças e adolescentes, em especial para o ensino fundamental e médio. O Estado brasileiro não conseguiria financiar adequadamente o principal mecanismo de ascensão social e econômica das famílias pobres, que seria a acumulação de capital humano por meio da educação pública. Devido à precariedade educacional, os filhos de famílias pobres enfrentariam maiores dificuldades para ingressar no mercado de trabalho, ou porque completam poucos anos de estudo ou porque a qualidade da educação é menor em comparação com a educação privada. Assim, essa política social provocaria um processo de realimentação da pobreza nas novas gerações (CAMARGO, 2004).

Na década de 2000, a maior parte dos gastos sociais é aplicada em pensões e aposentadorias, sendo menor a parcela aplicada em programas sociais de transferência de renda. No entanto, observa-se nesse período uma ampliação da cobertura dos benefícios previdenciários e dos programas de assistência social, em particular daqueles voltados para a transferência condicionada de renda a famílias pobres, o que teria sido fundamental para a recente redução da pobreza e da concentração de renda no país. Além disso, o impacto da política previdenciária seria reforçado pela atual tendência de crescimento da população idosa no país (IPEA, 2009).

Com efeito, constata-se uma crescente contribuição dos idosos para a provisão da renda domiciliar na década de 2000, em especial nos arranjos domiciliares pobres (IPEA, 2010b). Não somente há uma maior participação da renda de pensões e aposentadorias, mas também os idosos assumem o papel de provedor com a renda derivada de sua participação no mercado de trabalho. Em muitos casos, a existência de arranjos ampliados em que a pessoa de referência possui idade mais avançada estaria relacionada à presença de filhos ou netos desempregados que contam com a ajuda financeira das pessoas idosas (FUNDAÇÃO SEADE, 2010; GOLDANI, 2004; IPEA, 2010b).

Portanto, a relação família-pobreza possui diversas facetas em termos da composição dos arranjos domiciliares, do ciclo de vida familiar, da presença de pessoas dependentes, da

faixa etária dos responsáveis pelo domicílio e da existência de redes sociais de solidariedade. Além disso, em uma situação de políticas de apoio à família pouco efetivas, a cooperação econômica dos membros do domicílio torna-se um dos principais instrumentos de proteção social para as pessoas pobres. Essas questões relacionadas ao estudo das famílias e da organização domiciliar podem ser incorporadas a uma metodologia de análise da pobreza segundo a “perspectiva das capacidades”, o que é discutido no capítulo 2.

CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA DE ANÁLISE DA POBREZA SEGUNDO A “PERSPECTIVA DAS CAPACIDADES”

Neste capítulo, discute-se primeiramente a metodologia de análise da pobreza e justifica-se a escolha das bases de dados da PNAD e da PCV. Em seguida, apresenta-se a metodologia de análise da organização domiciliar, a fim de verificar as diferenças de operacionalização dos conceitos de família e domicílio sobre a estimativa de arranjos domiciliares dessas pesquisas. Finalmente, apresenta-se o critério de seleção das variáveis e indicadores da PNAD e da PCV que integram a análise da pobreza segundo a “perspectiva das capacidades”.

2.1 Metodologia de análise multidimensional da pobreza

Entre as possibilidades metodológicas de análise da pobreza segundo a “perspectiva das capacidades”, esta dissertação adota a metodologia suplementar de medição da pobreza discutida por Sen (2000). Essa metodologia combina o uso de um indicador de renda com a análise de variáveis consideradas como *proxy* para a privação de capacidades a partir de uma única fonte de dados.

Diversos autores apontam a renda como uma variável importante para uma análise multidimensional da pobreza (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006; HOFFMANN; KAGEYAMA, 2006; LOPES; MACEDO; MACHADO, 2003), de modo particular em uma sociedade historicamente marcada pela desigualdade na distribuição de renda (ROCHA, 2003). A análise da pobreza segundo a “perspectiva das capacidades” não pode abdicar da análise da desigualdade de renda, pois é um meio essencial para o exercício da condição de agente (SEN, 2000).

Há duas vantagens na utilização da metodologia suplementar em comparação com os indicadores sintéticos. Primeiramente, esse método de medição permite uma análise desagregada do fenômeno da pobreza, o que contribui para uma visão em profundidade dos vários

tipos de privação de capacidades. Em segundo lugar, o método pressupõe a utilização de uma fonte de dados que seja a mais rica possível em termos de informações sobre as diversas dimensões da pobreza.

Além disso, a identificação de perfis de famílias pobres por meio das pesquisas domiciliares torna necessário o estudo conjunto de informações de renda, infra-estrutura domiciliar, composição familiar e atributos pessoais – tais como escolaridade e inserção no mercado de trabalho – conforme aponta Rocha (1998).

Nesse sentido, as fontes de dados selecionadas são a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e a Pesquisa de Condições de Vida (PCV), pois se caracterizam pelo amplo escopo de temas e de variáveis investigadas.

Esta análise da pobreza considera o arranjo domiciliar como unidade de análise, de modo semelhante a algumas análises discutidas no capítulo 1 (HOFFMANN; KAGEYAMA, 2006; LOPES; MACEDO; MACHADO, 2003). Assemelha-se também ao estudo de Fundação Seade (1992) no sentido de ser um painel de indicadores, com a diferença de que aquele estudo considera somente algumas características de condições de vida relacionadas aos temas de renda, habitação, educação, trabalho e saúde, enquanto que a metodologia aqui adotada amplia o escopo de temas, acrescentando outras variáveis associadas à privação de capacidades tais como segurança protetora, algumas formas de liberdades políticas e garantias de transparência.

Existem pelo menos duas formas de seleção de arranjos domiciliares pobres por meio de indicadores de renda. Uma delas é classificar os domicílios por estratos de distribuição de renda domiciliar ou familiar em termos de decis (ou outras frações) de rendimento, conforme aponta Rocha (2003). Nesse caso, os domicílios ou as famílias pertencentes ao primeiro decil seriam classificados como pobres. Outra forma é a adoção de algum tipo de linha de pobreza em termos de uma faixa de rendimento domiciliar ou familiar mensal *per capita*. O indicador de pobreza absoluta calculado pelo IPEA para análise da PNAD classifica como pobres os domicílios com rendimento nominal mensal *per capita* igual ou inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo (IPEA, 2010a).

Nesta dissertação, a análise se aplica a um conjunto de arranjos domiciliares pobres definidos por meio de uma linha de pobreza aplicada aos dados da PNAD e da PCV para o Estado de São Paulo em 2006.

Assim, os arranjos domiciliares pobres são aqueles com rendimento nominal mensal *per capita* igual ou inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, conforme metodologias similares adotadas por Lopes, Macedo e Machado (2003), Hoffmann e Kageyama (2006) e IPEA (2010a). Tais arranjos domiciliares são caracterizados em termos de variáveis das fontes de dados consideradas como *proxy* para a privação de alguns tipos de capacidades discutidas no capítulo 1: instrumentos econômicos, oportunidades sociais, segurança protetora, garantias de transparência e liberdades políticas.

2.1.1 PNAD e PCV como fontes de dados para uma análise multidimensional da pobreza

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e a Pesquisa de Condições de Vida (PCV) são levantamentos domiciliares por amostragem com amplo escopo de temas, sendo que, em 2006, a PNAD abrange todo o Território Nacional e a PCV investiga o Estado de São Paulo.

Segundo Fundação IBGE (2006a), o sistema nacional de pesquisas domiciliares foi progressivamente implantado no Brasil por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), iniciada em 1967. A sua finalidade é a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a).

A PNAD é uma coleta primária domiciliar que investiga alguns temas em caráter permanente – como as características gerais da população, fecundidade, educação, trabalho, rendimento e habitação – e outros com periodicidade variável – como as características sobre migração, nupcialidade, saúde, nutrição e outros aspectos – de acordo com as necessidades de informação do governo brasileiro (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a).

No início, a PNAD tinha periodicidade trimestral. Desde 1971, a PNAD é anual, sendo que o levantamento de campo é feito no último trimestre de cada ano. A pesquisa não é realizada nos anos em que há Censo Demográfico (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a).

A atual abrangência geográfica da PNAD foi gradativamente alcançada. Quando se tornou um levantamento anual, a PNAD foi feita nas áreas que abrangem o atual Estado do Rio de Janeiro, o Estado de São Paulo e a Região Sul. Em 1973, a pesquisa compreendia as regiões Nordeste, Sudeste e Sul, o Distrito Federal e as áreas urbanas da região Norte e demais unidades da Federação da região Centro-Oeste. Em 1981, a abrangência foi ampliada, excluindo-se somente a área rural da antiga região Norte, com as seguintes unidades da Federação: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Essa abrangência foi mantida até 2003. Em 2004, a área rural dessas unidades foi incluída e a pesquisa alcançou a cobertura completa do Território Nacional (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a).

Assim, a PNAD permite o estudo da população do Estado de São Paulo anualmente desde a década de 1970. Os dados podem ser desagregados unicamente para a Região Metropolitana de São Paulo (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a).

A Pesquisa de Condições de Vida (PCV) da Fundação Seade surgiu em 1990. A partir de uma abordagem multidimensional da pobreza, a pesquisa foi construída a fim de permitir estudos de pobreza urbana não só em relação à renda, mas também em termos de condições habitacionais, educacionais, de saúde e de emprego da população, e contribuir para uma avaliação da intervenção do Estado na área social, conforme Fundação Seade (1992).

Houve três coletas de dados na década de 1990 e uma na década de 2000. A primeira coleta de dados foi realizada em 1990 para a Região Metropolitana de São Paulo. Em 1994, a sua abrangência foi ampliada para o interior do Estado de São Paulo. Nesse ano, a pesquisa foi aplicada na Região Metropolitana de São Paulo e nos municípios do interior do Estado de São Paulo com população urbana igual ou superior a 80 mil habitantes. Em 1998, a sua base amostral foi novamente ampliada para todos os municípios paulistas com população urbana superior a 50.000 habitantes. Em 2006, foi realizada a quarta coleta de dados da PCV em que foram investigados os domicílios dos setores censitários da área urbana e da área rural com características urbanas (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

Em 2006, o levantamento de campo da PCV foi realizado de junho a novembro no Estado de São Paulo. Nesse ano, a amostra permite que os dados sejam desagregados para as regiões administrativas do Estado e suas três regiões metropolitanas: Região Metropolitana de São

Paulo, Região Metropolitana da Baixada Santista e Região Metropolitana de Campinas. Isso confere à PCV a característica de ser a única pesquisa domiciliar com dados para todas as regiões administrativas e metropolitanas do Estado (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

Em relação ao escopo temático, a PNAD de 2006 investiga características dos domicílios e características gerais das pessoas, o que abrange os dados de composição domiciliar, migração, educação, fecundidade, trabalho e rendimento. Para cada membro dos domicílios, são coletadas informações sobre idade, sexo, raça, condição no domicílio e na família, situação conjugal, presença de mãe viva e existência de registro de nascimento. Nesse ano, a PNAD investiga também a temática dos afazeres domésticos e possui um questionário suplementar sobre os programas governamentais de transferência de renda (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a).

Já a PCV de 2006 investiga características dos domicílios particulares permanentes e características gerais das pessoas sobre migração, educação, acesso e utilização de serviços de saúde, participação associativa e acesso a internet, trabalho e rendimento (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

Um dos principais objetivos da PCV de 2006 é a produção de informações sobre a focalização e a cobertura dos programas sociais governamentais destinados a atenuar efeitos perversos da pobreza e miséria na composição do orçamento familiar. Assim, os seguintes programas de complementação de renda de abrangência nacional, estadual e municipal em vigência no Estado de São Paulo são investigados: Programa Bolsa Família (PBF); Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano; Pró-Jovem; Ação Jovem; Renda Cidadã; Benefício de Prestação Continuada (BPC); Frente de Trabalho/Bolsa Trabalho/Operação Trabalho/Capacita Sampa; Programa de Renda Mínima das Prefeituras Municipais e outros programas municipais de transferência de renda (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

A PNAD de 2006 também investiga esse tema, embora com um escopo menor de programas sociais governamentais de transferência de renda em comparação com a PCV. Os seguintes programas são investigados: Programa Bolsa Família (PBF); Benefício de Prestação Continuada (BPC); Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) ou “algum outro programa social do governo federal, estadual ou municipal” (FUNDAÇÃO IBGE, 2006b).

Portanto, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e a Pesquisa de Condições de Vida (PCV) constituem levantamentos domiciliares por amostragem que permitem uma análise multidimensional da pobreza para o Estado de São Paulo devido ao seu amplo escopo temático. As suas variáveis podem servir para a construção de indicadores de pobreza relacionados aos principais tipos de capacidades. Em particular, como veremos adiante, ambas as pesquisas possuem uma abrangente investigação a respeito das características de composição domiciliar, o que reforça sua importância para os estudos empíricos da relação família-pobreza.

Após esta justificativa sobre a escolha da PNAD e da PCV para a análise da pobreza segundo a perspectiva discutida, torna-se necessário examinar as características dos seus planos de amostragem.

O plano de amostragem da PNAD é baseado em uma amostra probabilística de domicílios obtida em três estágios de seleção: unidades primárias – municípios; unidades secundárias – setores censitários; e unidades terciárias – unidades domiciliares (particulares permanentes, particulares improvisados e coletivos). Para a seleção dos municípios e dos setores censitários é considerada a divisão territorial e a malha setorial do Censo Demográfico de 2000 (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a).

Além disso, o plano de amostragem da PNAD não realiza qualquer adaptação que considere os propósitos específicos dos temas suplementares ou determinadas características de populações pequenas em números absolutos ou concentradas geograficamente (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a).

Já a PCV seleciona uma amostra probabilística de domicílios particulares permanentes localizados nas áreas urbanas dos municípios paulistas. A população pesquisada pode ser dividida em conjuntos menores denominados domínios, definidos a partir de um estudo sobre a distribuição das regiões administrativas do Estado segundo o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) elaborado pela Fundação Seade. Esses domínios abrangem as seguintes áreas: Região Metropolitana de São Paulo, Região Metropolitana da Baixada Santista, Região Administrativa de Campinas, Região Administrativa de Sorocaba, Região Administrativa de São José dos Campos, Região Administrativa de Registro, Aglomerado Central

Norte (composto pelas regiões administrativas Central de Bauru, Ribeirão Preto e Franca) e Aglomerado Noroeste (composto pelas regiões administrativas de Barretos, São José do Rio Preto, Araçatuba, Marília e Presidente Prudente). Além disso, a amostra é planejada para fornecer dados para a Região Metropolitana de Campinas (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

O plano de amostragem aplicado a cada um dos domínios da PCV envolve duas etapas. A primeira consiste em uma amostragem por conglomerados em dois estágios, sendo a unidade do primeiro estágio o setor censitário do Censo Demográfico de 2000 e a do segundo estágio o domicílio particular permanente. A segunda etapa refere-se ao uso da técnica de *oversampling* com a finalidade de maximizar a participação de famílias de baixa renda na amostra e, assim, coletar dados daquelas pertencentes ao público alvo dos programas sociais governamentais focalizados de transferência de renda. Dessa forma, os setores censitários são classificados de acordo com o grau de vulnerabilidade à pobreza e a técnica é aplicada aos setores de média, alta e muito alta vulnerabilidade de acordo com o IPVS (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

O tamanho da amostra de domicílios da PCV é maior que o da PNAD nos levantamentos de 2006 para o Estado de São Paulo: 14.228 domicílios pela PNAD e 19.934 domicílios pela PCV, sendo que esta pesquisa apenas é aplicada aos domicílios particulares permanentes. Em relação à amostra da PNAD, em termos da espécie de domicílio, 14.192 são particulares permanentes, 19 são particulares improvisados e 17 são coletivos (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a; FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

Em relação ao número estimado de domicílios particulares permanentes, as amostras equivalem a um volume de 12,2 milhões de domicílios segundo a PNAD e 11,9 milhões segundo a PCV (Tabela 1).

Nesta dissertação, a fim de realizar uma análise empírica mais sólida, são selecionados os dados de domicílios particulares permanentes com informação de rendimento nominal mensal total, aos quais se aplica a linha de pobreza discutida (tabela 1). Para ambas as pesquisas, as estimativas sobre rendimento domiciliar incluem os domicílios com rendimento total declarado igual a zero.

Tabela 1 - Características dos domicílios particulares permanentes no Estado de São Paulo - 2006

Domicílios particulares permanentes	PNAD		PCV	
	Número de domicílios da amostra	Estimativa	Número de domicílios da amostra	Estimativa
Total	14.192	12.253.372	19.934	11.973.622
Número total de domicílios selecionados (com informação sobre rendimento nominal mensal)	13.709	11.833.987	17.433	10.240.243
Número de domicílios pobres (com rendimento nominal mensal <i>per capita</i> até ½ salário mínimo)	1.793	1.548.638	4.422	1.830.532

Fonte: Fundação Seade - PCV 2006; Fundação IBGE - PNAD 2006

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Em termos de erro amostral, as estimativas apresentadas possuem um coeficiente de variação igual ou inferior a 20,0% tanto para a PNAD quanto para a PCV. Assim, de acordo com o cálculo do coeficiente de variação dessas pesquisas para o Estado de São Paulo em 2006, o tamanho das estimativas para um coeficiente de variação de 20,0% corresponde a 30.000 domicílios pela PNAD e 26.200 domicílios pela PCV (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a; FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

A Tabela 2 apresenta a distribuição de domicílios por faixas de renda mensal domiciliar *per capita* em termos de classes de salário mínimo (em valores nominais). Há diferentes proporções de domicílios pobres obtidos pela PNAD e pela PCV. Constata-se que a PCV indica uma proporção de 17,9% de domicílios que seriam pobres, enquanto a PNAD aponta uma proporção de 13,1%, conforme a linha de pobreza adotada nesta dissertação. Inversamente, há uma menor proporção de domicílios da faixa de renda superior na PCV em comparação com a PNAD.

Tabela 2 - Distribuição dos domicílios particulares permanentes, segundo classes de renda nominal mensal domiciliar *per capita* no Estado de São Paulo - 2006

	Em %	
Classes de renda nominal mensal Domiciliar <i>per capita</i>	PNAD	PCV
Total	100,0	100,0
Até ½ salário mínimo (linha de pobreza)	13,1	17,9
Mais de ½ salário até 1 salário mínimo	25,6	28,0
Mais de 1 até 2 salários mínimos	30,1	29,6
Mais de 2 até 3 salários mínimos	13,0	11,7
Mais de 3 salários mínimos	18,2	12,9

Fonte: Fundação Seade - PCV 2006; Fundação IBGE - PNAD 2006

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Essa maior proporção de arranjos domiciliares pobres pela PCV em relação à PNAD poderia estar relacionada à linha de pobreza adotada nesta análise. No entanto, essa diferença também é encontrada ao se aplicar a metodologia de linha de pobreza de Rocha (2011) para o Estado de São Paulo, que propõe um nível de rendimento mensal domiciliar *per capita* inferior a R\$266,15. Conforme tal linha de pobreza, a PNAD registra uma ocorrência de 25,6% de domicílios pobres, enquanto a PCV registra 31,1% (Tabela 3).

Tabela 3 - Proporção de domicílios pobres, segundo linhas de pobreza no Estado de São Paulo - 2006

	Em %	
Linhas de pobreza (1)	PNAD	PCV
Até ½ salário mínimo (R\$175,00)	13,1	17,9
Até R\$266,15	25,6	31,1

Fonte: Fundação Seade - PCV 2006; Fundação IBGE - PNAD 2006

(1) Nível de renda nominal mensal domiciliar *per capita*

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Outra possível explicação seria a de que os diferentes resultados de volumes de domicílios pobres estão associados às características dos planos de amostragem dessas pesquisas. A PCV 2006 tem a finalidade de captar informações sobre a população atendida por programas sociais governamentais focalizados de transferência de renda. Assim, o seu plano de amos-

tragem expandiu a amostra de domicílios de baixa renda, o que teria resultado em uma maior proporção de arranjos domiciliares pobres em comparação com a PNAD nesse ano.

Portanto, a maior ocorrência de domicílios de baixa renda na PCV em comparação com a PNAD seria explicada pelos seus planos de amostragem. Apesar dessa discrepância, os dados sobre domicílios com informação de rendimento mensal domiciliar total e *per capita* são significativos em termos estatísticos e permitem a construção desta análise multidimensional da pobreza.

2.2 Metodologia de análise da organização domiciliar

O estudo da relação entre família e pobreza torna necessário conhecer algumas possibilidades de análise demográfica da organização dos arranjos domiciliares. Inicialmente, verifica-se como ocorre a identificação da existência de relações de parentesco e de famílias em um arranjo domiciliar na PNAD e na PCV. Em seguida, apresenta-se uma comparação metodológica dos resultados de quantificação dos arranjos domiciliares com a adoção de uma classificação de Bilac (2003).

2.2.1 Identificação das famílias em um arranjo domiciliar

Os dicionários de variáveis da PNAD e da PCV apresentam definições específicas de domicílio e família e a operacionalização desses conceitos resulta em formas distintas de contagem das famílias em um domicílio (BILAC, 2003). Essa temática é aqui considerada a fim de compreender melhor as configurações de arranjos domiciliares encontradas no Estado de São Paulo em 2006 conforme cada uma dessas pesquisas.

Em relação ao estudo dos domicílios, existe uma distinção entre unidade de residência e unidade doméstica, que nem sempre é levada em conta nas coletas de dados domiciliares. Uma unidade doméstica é caracterizada por um grupo de pessoas que moram juntas em uma unidade de residência e compartilham um único orçamento, definido basicamente pela partilha das despesas com alimentos (BILAC, 2003).

Uma definição de domicílio recomendada pela ONU classifica os domicílios em unipessoais e multipessoais em termos da existência de unidade doméstica. Assim, os domicílios unipessoais são formados por um único membro que viabiliza a provisão de alimentos e outros bens essenciais, enquanto os multipessoais são formados por duas ou mais pessoas que compartilham a provisão desses bens (KEILMAN, 1995).

No Brasil, tanto a PNAD quanto a PCV adotam uma definição de domicílio como unidade de residência. A PNAD informa que “a pesquisa abrange a população residente nas unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos)” (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a: p. 11). O domicílio é conceituado como o local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. Os domicílios classificados como particulares são os destinados à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou, ainda, normas de convivência. Os domicílios coletivos são os destinados à habitação de pessoas em cujo relacionamento prevalece o cumprimento de normas administrativas, tais como “os destinados a prestar serviços de hospedagem (hotéis, pensões e similares), instituições que possuem locais de residência para pessoas institucionalizadas (orfanatos, asilos, casas de detenção, quartéis, hospitais etc.) e, também, alojamento de trabalhadores em canteiros de obras” (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a: p. 12). Dessa forma, a definição de domicílio não leva em conta o compartilhamento de um orçamento comum por parte dos moradores, mas somente a característica de ser uma unidade de residência.

A PCV investiga a população residente em domicílios particulares permanentes, definidos como “o local de moradia, constituído por um ou mais cômodos, com entrada independente e separação. Entende-se por entrada independente o acesso direto à moradia, sem passagem por cômodos destinados à moradia de outras pessoas, e, por separação, o local de moradia que é limitado por paredes, muro, cerca etc., além de ser coberto por um teto, o que permite às famílias ou às pessoas que o habitam isolarem-se das demais” (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a: p. 7). Essa definição inclui também cortiços, pensões e hotéis (desde que tenham

moradores que residam de forma permanente). Assim, tal como a PNAD, a PCV identifica o domicílio com a unidade de residência.

Em relação ao estudo das famílias, o dicionário de variáveis da PNAD define família como “o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residissem na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que morasse só em uma unidade domiciliar” (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a: p. 22). Entende-se “por dependência doméstica a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família e por normas de convivência as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que morassem juntas sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica” (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a: p. 22).

Quando há mais de uma família em um domicílio, essas famílias são chamadas de “famílias conviventes” pela PNAD. Em um mesmo domicílio, as famílias conviventes são constituídas por, no mínimo, duas pessoas cada uma. Uma delas é a família do chefe do domicílio, que também é o chefe dessa família, identificada como a primeira família (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a). Além disso, uma regra básica de identificação de famílias em um domicílio pela PNAD é a de que uma família pode possuir somente um casal, de modo que a presença de dois ou mais casais implica a existência de famílias adicionais (MEDEIROS; OSORIO; VARELLA, 2002).

Segundo Bilac (2003), citando Fundação IBGE (1990), as famílias conviventes na PNAD podem ser: pai e filho com suas respectivas famílias no mesmo domicílio; irmãos com suas respectivas famílias no mesmo domicílio; parentes com suas respectivas famílias no mesmo domicílio; patrões e empregados com suas respectivas famílias no mesmo domicílio; e amigos ou colegas com suas respectivas famílias no mesmo domicílio.

A PCV define família como o “conjunto de pessoas residentes em um domicílio ligadas por laços de parentesco (consangüinidade, adoção ou afinidade), assim como a pessoa que vive só” (FUNDAÇÃO SEADE, 2006: p. 7). Assim, o conceito de família da PCV é dirigido para as relações de parentesco dos moradores do domicílio, sem considerar a existência de dependência doméstica ou de normas de convivência. Contudo, em alguns casos, os pensionistas, empregados domésticos e parentes do empregado doméstico que moram no domicílio

podem ser incluídos como membros da família principal de um arranjo domiciliar, o que é discutido mais adiante.

Conforme o manual do entrevistador da PCV, a pesquisa identifica uma ou mais famílias em um domicílio a partir de um critério fundamentado no tipo de relação intrafamiliar existente entre os moradores: relações nucleares, relações primárias e relações secundárias. Primeiramente, é identificada a existência de uma relação nuclear ou núcleo familiar, isto é, um casal. A relação nuclear define imediatamente a presença de uma família no domicílio pesquisado. As relações primárias se referem a pai, filho, irmão, neto, etc. do chefe do domicílio e as secundárias a outros parentes do chefe tais como tio, sobrinho e primo. A ocorrência destes dois tipos de relações pode definir a presença de famílias adicionais no domicílio (FUNDAÇÃO SEADE, 2006b).

Quando há mais de uma família no domicílio, o entrevistador distingue a família principal das famílias secundárias, sendo que é considerada como principal a família cujo chefe for, ao mesmo tempo, chefe do domicílio (FUNDAÇÃO SEADE, 2006b).

O manual do entrevistador da PCV (FUNDAÇÃO SEADE, 2006b) exemplifica algumas situações de arranjos domiciliares:

- pai, mãe, filha e marido: duas famílias (duas relações nucleares);
- pai, mãe, filha e neto: uma família (só uma relação nuclear);
- pai, mãe, filha e neto, sobrinho: uma família (o sobrinho integra-se à família por sua relação secundária com os demais);
- pai, mãe, filha e neto, sobrinho, filho do sobrinho: duas famílias (a segunda é constituída pelo sobrinho e seu filho, que têm entre si uma relação primária);
- pai, filha e neto, filho e esposa: uma família (uma relação nuclear; pai e filha têm com o filho uma relação primária, sendo todos integrantes de uma mesma família);
- pai, mãe, filho e esposa, sobrinho e filho do sobrinho: três famílias (o sobrinho e o filho têm relação primária entre si e secundária com os demais membros);

- pai, mãe, filho, agregado ou pensionista: uma família (se o agregado ou pensionista não possuir uma relação nuclear, primária ou secundária com outro morador do domicílio);
- pai, mãe, filho, agregado ou pensionista e filho: duas famílias;
- indivíduos sem relação de parentesco: cada indivíduo uma família.

Assim, a PNAD e a PCV possuem formas distintas de identificação de famílias e relações de parentesco em um arranjo domiciliar. Ao contar o número de famílias em um domicílio, a PNAD atribui importância maior à presença de núcleos reprodutivos do que a PCV. Diferentemente, a PCV prioriza a relação nuclear ou de aliança (ou seja, uma relação de casal) sobre a relação de descendência na contagem de famílias, o que provoca diferentes configurações para os arranjos domiciliares em cada uma dessas coletas, como veremos adiante.

Um conhecido exemplo de presença de famílias secundárias em um domicílio (ou famílias conviventes conforme a PNAD) é aquele com mãe adolescente sem cônjuge que vive com os pais. A PCV consideraria a existência de uma única família, em que a filha (sem cônjuge) do chefe do domicílio possui um filho, classificado como neto do chefe. Assim, a PCV considera que esse grupo domiciliar corresponde a uma família ampliada (neste caso, um arranjo biparental com parentes). Diferentemente, a PNAD consideraria a existência de duas famílias conviventes com relação de parentesco em um domicílio: a primeira família do chefe do domicílio – casal com filhos – e a segunda família formada pela mãe e seu filho – chefe com filhos – devido à existência de dois núcleos de reprodução (BILAC, 2003).

Bilac (2003) resume as diferentes formas de operacionalização da contagem das famílias em arranjos domiciliares nessas fontes de dados (Quadro 2).

Quadro 2 - Classificação de famílias em arranjos domiciliares na PNAD e na PCV

Relação de moradores no domicílio	Classificação de famílias segundo a PCV	Classificação de famílias segundo a PNAD
Pessoa de referência, cônjuge e filho (s)	Uma família (uma relação nuclear)	Uma família
Pessoa de referência, cônjuge, filha e genro	Duas famílias (duas relações nucleares)	Duas famílias
Pessoa de referência, filha e neto	Uma família (uma relação primária)	Uma família
Pessoa de referência, cônjuge, filha e neto	Uma família (uma relação nuclear)	Duas famílias (dois núcleos de reprodução)
Pessoa de referência, cônjuge, filha e neto, s obrinho	Uma família (uma relação nuclear)	Duas famílias (dois núcleos de reprodução)
Pessoa de referência, cônjuge, filha e neto, sobrinho e filho do sobrinho	Duas famílias (a segunda família é constituída pelo sobrinho e seu filho, que têm entre si uma relação primária)	Três famílias (três núcleos de reprodução)
Pessoa de referência, filha e neto, filho e nora	Uma família (uma relação primária que agrega relações primárias)	Duas famílias (dois núcleos de reprodução: pessoa de referência, filha e neto; filho e esposa)
Pessoa de referência, cônjuge, filho e nora, sobrinho e filho do sobrinho	Três famílias	Três famílias
Pessoa de referência, cônjuge, filho, agregado ou pensionista	Uma família (uma relação nuclear)	Uma família
Pessoa de referência, cônjuge, filho, agregado ou pensionista e filho	Duas famílias	Duas famílias
Indivíduos sem relação de parentesco	Cada indivíduo uma família	Cada indivíduo uma família
Pessoa de referência, cônjuge, filho, empregada doméstica que mora na casa	Uma família	Uma família
Pessoa de referência, cônjuge, filho, empregada doméstica que mora na casa, com cônjuge e/ou filhos, ambos trabalhando no domicílio ou cônjuge e/ou filhos inativos	Uma família	Duas famílias
Pessoa de referência, cônjuge, filho, empregada doméstica que mora na casa, com cônjuge e/ou filhos que trabalham fora do domicílio	Duas famílias	Duas famílias

Fonte: Bilac (2003).

2.2.2 Identificação das relações de parentesco em um arranjo domiciliar

A caracterização das relações entre os moradores de um domicílio nas pesquisas amostrais em estudo está intrinsecamente relacionada à identificação da chefia da família e do domicílio. Desse modo, é preciso discutir algumas questões relativas ao conceito de chefia e ao histórico da coleta de dados sobre a condição dos moradores na família e no domicílio na PNAD e na PCV.

A PNAD nas décadas de 1970 e 1980 já investigava a condição dos moradores na família e no domicílio e, especificamente, quem era o chefe (da família e do domicílio). Em 1992, o termo “chefe” foi substituído por “pessoa de referência” da família ou da unidade domiciliar. Desde então, a pessoa de referência é entendida como a pessoa (homem ou mulher) que é a principal responsável (pela família ou pelo domicílio). Essa terminologia também foi adotada pelo Censo em 2000 (MEDEIROS; OSORIO; VARELLA, 2002).

A PCV, desde a sua primeira edição de 1990, investiga os moradores e a sua condição na família e no domicílio. A chefia familiar e domiciliar é identificada pelo termo “chefe” em todos os levantamentos realizados (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

Em 2006, a PCV pergunta quem é o chefe (do domicílio e da família), enquanto a PNAD questiona quem é a pessoa de referência (do domicílio e da família). Em ambas as pesquisas a condição dos moradores é *declarada* pelo informante. Existe, portanto, um aspecto subjetivo da atribuição da chefia tanto na PNAD quanto na PCV, isto é, que depende da opinião do informante da pesquisa. Segundo Medeiros, Osorio e Varella (2002), o entendimento sobre quem seria o principal responsável pelo domicílio não seria exato, pois o morador entrevistado pode entender que a responsabilidade se refere à provisão de renda ou à manutenção da residência, isto é, ao cuidado com os membros residentes. Mais adiante, essa questão será vista na análise da classificação dos arranjos domiciliares.

O dicionário de variáveis da PNAD diz que, dentro de cada unidade domiciliar e de cada família, as pessoas são classificadas em função da relação com a pessoa de referência ou com o seu cônjuge. A pessoa de referência é entendida como a pessoa (homem ou mulher) que é a principal responsável (pela família ou pelo domicílio). Conforme o questionário de 2006,

para se identificar a pessoa de referência do domicílio, o entrevistador realiza duas perguntas ao informante da pesquisa: “Quantas pessoas moram neste domicílio?” e “Qual é o nome da pessoa que é a (principal) responsável por este domicílio?”. Em seguida, o informante declara ao entrevistador quem são os moradores do domicílio e a sua relação com a pessoa de referência do domicílio e da família a qual pertence (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a).

Segundo o dicionário de variáveis da PCV 2006, verifica-se, para cada indivíduo, a sua relação com o chefe do respectivo domicílio e da respectiva família. O chefe do domicílio (ou da família) é o morador (homem ou mulher) considerado pelos demais como o principal responsável pelo domicílio (ou pela família). O questionário exige que a caracterização dos moradores seja feita pelo chefe ou seu cônjuge. Além disso, as informações domiciliares devem ser respondidas pelo chefe do domicílio ou seu cônjuge e as familiares pelo chefe de cada família ou seu cônjuge (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a). Somente em último caso, “na impossibilidade de encontrar o chefe do domicílio, da família ou seu respectivo cônjuge para prestar as informações requeridas nas diferentes partes do questionário em que o mesmo deve ser o informante”, a entrevista pode ser feita com um morador do domicílio ou membro da família maior de idade, conforme esclarece o Manual do Entrevistador (FUNDAÇÃO SEADE, 2006b).

Em relação ao parentesco, a PNAD apresenta oito possíveis condições dos moradores na unidade domiciliar e na família: (a) pessoa de referência; (b) cônjuge: a pessoa que vive conjugalmente com a pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família), existindo ou não o vínculo matrimonial; (c) filho: aquele que é filho, enteado, filho adotivo ou de criação da pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) ou do seu cônjuge; (d) outro parente: aquele que tinha qualquer outro grau de parentesco com a pessoa de referência ou com o seu cônjuge; (e) agregado: a pessoa que não era parente da pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) nem do seu cônjuge e não pagava hospedagem nem alimentação; (f) pensionista: a pessoa que não era parente da pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família) nem do seu cônjuge e pagava hospedagem ou alimentação; (g) empregado doméstico: a pessoa que prestava serviço doméstico remunerado em dinheiro ou somente

em benefícios a membro(s) da unidade domiciliar (ou da família); ou (h) parente do empregado doméstico: a pessoa que era parente do empregado doméstico e não prestava serviço doméstico remunerado a membro(s) da unidade domiciliar (ou da família). O questionário também averigua se cada morador possui mãe viva e se reside no domicílio, perguntando o seu número de ordem (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a).

A classificação da condição dos moradores na unidade domiciliar e na família na PCV envolve uma descrição mais desagregada dos laços de parentesco do que a encontrada na PNAD: (1) chefe: morador (homem ou mulher) considerado pelos demais como o responsável pela família; (2) cônjuge: morador que vive conjugalmente com o chefe da família, independentemente do reconhecimento legal deste vínculo; (3) filho ou enteado: morador(a) filho(a), filho(a) adotivo(a) ou de criação do chefe ou do seu cônjuge; (4) moradores com algum laço de parentesco com o chefe ou seu cônjuge, cuja condição é identificada como neto, sobrinho do chefe, sobrinho do cônjuge, pai/mãe, sogro, irmão, cunhado, genro/nora, avô, tio ou outro parente; (5) não parente: morador, normalmente identificado como agregado, que não é parente do chefe ou do seu cônjuge e que não paga pensão; (6) pensionista: morador não parente que paga hospedagem; (7) empregado doméstico: a pessoa que prestava serviço doméstico remunerado à família do chefe e dorme no domicílio; ou (8) parente do empregado doméstico: aquele que tem laços de parentesco com o empregado doméstico e reside no domicílio, embora não preste serviço à família (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

Os efeitos das diferentes formas de identificar relações de parentesco e de contabilizar famílias em um domicílio podem ser observados por meio da aplicação de uma classificação de arranjos domiciliares às bases de dados da PNAD e da PCV.

2.2.3 Classificação de arranjos domiciliares

A discussão sobre a caracterização dos arranjos domiciliares paulistas em 2006 nas fontes de dados selecionadas para análise da pobreza é feita por meio do estudo da composição e do ciclo de vida, a partir da classificação de Bilac (2003).

A classificação de arranjos domiciliares apresenta nove configurações em termos da posição do morador no domicílio: (a) pessoa sozinha: domicílio onde se encontra somente a pessoa de referência (ou chefe, em termos da PCV); (b) só casal: pessoa de referência e cônjuge; (c) casal e filhos: pessoa de referência, cônjuge e filho (s); (d) monoparental: pessoa de referência e filho (s); (e) monoparental e parentes: pessoa de referência, filho (s) e outros parentes; (f) biparental e parentes: pessoa de referência, cônjuge, filho (s) e outros parentes; (g) outros arranjos com parentes: casal com parentes, pessoa de referência e outros parentes e demais arranjos com parentes e não parentes; (h) núcleos aparentados: domicílio com mais de uma família no qual existe relação de parentesco entre as famílias conviventes conforme a PNAD ou, em termos da PCV, se há relação de parentesco de pelo menos uma das famílias secundárias com a principal; (i) arranjos com não parentes: domicílio com mais de uma família sem relação de parentesco entre elas. Assim, os sete primeiros arranjos envolvem a presença de uma única família residente no domicílio, enquanto os núcleos aparentados e os arranjos com não parentes se referem aos domicílios com mais de uma família (BILAC, 2003).

Essa classificação permite caracterizar alguns aspectos da composição domiciliar. Há diferenças metodológicas em relação à quantificação dos arranjos familiares, da chefia domiciliar e das famílias conviventes em um domicílio.

A Tabela 4 apresenta a classificação dos arranjos domiciliares em termos de chefia masculina e feminina. Os arranjos domiciliares com pessoa de referência ou chefe do sexo masculino correspondem a aproximadamente 70,0% do total de arranjos. Assim, apesar das formas diferentes de investigação da chefia (pessoa de referência pela PNAD e chefe pela PCV), os volumes observados de chefia masculina e feminina para o total dos domicílios são praticamente os mesmos.

De acordo com a classificação apresentada, os arranjos domiciliares podem reunir pessoas com relação de parentesco ou arranjos com não parentes. Os domicílios formados por pessoas com relação de parentesco são preponderantes no Estado de São Paulo. É praticamente nula em termos estatísticos a ocorrência de arranjos com não parentes.

Assim, a imensa maioria dos núcleos aparentados envolve a presença de duas famílias no domicílio tanto na PNAD quanto na PCV, sendo poucos os casos de três ou mais famílias conviventes (Anexo I).

Contudo, há discrepâncias entre a PNAD e a PCV em relação aos volumes dos arranjos ampliados, isto é, núcleos aparentados, arranjos monoparentais com parentes e arranjos biparentais com parentes, que estariam relacionadas às diferentes formas de operacionalização dos conceitos de família e domicílio.

Enquanto a PNAD registra a proporção de 5,8% de domicílios com núcleos aparentados no Estado de São Paulo, a PCV apresenta uma participação de somente 1,3%. Essa variação tem efeitos sobre arranjos monoparentais com parentes e biparentais com parentes (Tabela 4).

Tabela 4 - Distribuição dos domicílios, segundo tipo de arranjo domiciliar e sexo da pessoa de referência no Estado de São Paulo - 2006

Tipo de arranjo domiciliar	Sexo da pessoa de referência					
	PNAD			PCV		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Total	71,2	28,8	100,0	70,7	29,3	100,0
Pessoa sozinha	5,8	6,5	12,3	5,9	7,7	13,7
Só casal	12,1	1,1	13,2	12,5	0,6	13,1
Casal e filhos	41,9	3,5	45,4	40,7	1,7	42,4
Monoparental	1,3	10,1	11,4	1,3	11,6	12,9
Monoparental e parentes	0,3	2,4	2,7	0,5	4,9	5,4
Biparental e parentes	3,2	0,4	3,6	5,4	0,3	5,7
Outros arranjos com parentes	3,1	2,4	5,5	3,2	2,1	5,4
Núcleos aparentados	3,5	2,3	5,8	1,1	0,2	1,3
Arranjos com não parentes

Fonte: Fundação Seade - PCV 2006; Fundação IBGE - PNAD 2006

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

Em termos da relação de parentesco, verifica-se para as famílias adicionais que a PNAD registra cerca de 70,0% de famílias cujo chefe é filho do chefe do domicílio, enquanto essa proporção se reduz para aproximadamente 50,0% na PCV. Nos demais casos, o chefe da família adicional ocupa a posição de outros parentes em relação ao chefe do domicílio (anexo I). Isso parece confirmar a hipótese de que essas famílias adicionais na PNAD constituiriam basicamente núcleos de reprodução aparentados integrando, portanto, um arranjo domiciliar complexo. Nota-se que na PCV esses arranjos familiares adicionais seriam incorporados à família da pessoa de referência do domicílio. Assim, há uma menor presença de núcleos aparentados na PCV em comparação com a PNAD.

Os arranjos biparentais com parentes parecem ser impactados pelas diferenças metodológicas entre as pesquisas. Estes representam 5,7% do total dos domicílios na PCV e 3,6% na PNAD. Possivelmente, a PNAD está classificando parte desses arranjos como núcleos aparentados, o que ocorre nos casos em que há pai, mãe, filho (s) e neto (s). A PCV consideraria a presença de um arranjo biparental com parentes (neto), enquanto a PNAD estaria registrando duas famílias em um domicílio, pois há dois núcleos de reprodução.

Há também uma maior participação de arranjos monoparentais com parentes na PCV (5,4%) em relação à PNAD (2,7%). Como vimos anteriormente, se o domicílio é formado somente pela pessoa de referência com um filho que possui filho (s), a PNAD e a PCV contabilizariam uma família. Porém, quando a pessoa de referência possui mais de um filho, sendo que um deles possui filho (s), a PNAD consideraria a existência de duas famílias, ampliando o volume dos domicílios plurifamiliares, enquanto a PCV registraria uma família monoparental com parentes nesse domicílio.

A Tabela 5 apresenta o número médio de membros por arranjo domiciliar em termos de chefia masculina e feminina. Os arranjos domiciliares com maior número de membros são os núcleos aparentados e os biparentais com parentes em ambas as pesquisas. Contudo, há uma leve diferença para o tamanho médio dos arranjos ampliados. Assim, as diferenças metodológicas referentes à contagem de famílias em um domicílio impactam as estimativas do número médio de membros.

Tabela 5 - Número médio de membros por domicílio, segundo tipo de arranjo domiciliar e sexo da pessoa de referência no Estado de São Paulo - 2006

Em %

Tipo de arranjo domiciliar	Sexo da pessoa de referência					
	PNAD			PCV		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Total	3,4	2,8	3,3	3,4	2,7	3,2
Pessoa sozinha	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Só casal	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
Casal e filhos	3,9	4,0	3,9	3,9	3,9	3,9
Monoparental	2,7	2,7	2,7	2,6	2,8	2,8
Monoparental e parentes	3,7	3,9	3,8	4,4	4,5	4,5
Biparental e parentes	5,0	5,0	5,0	5,3	5,8	5,3
Outros arranjos com parentes	2,8	3,0
Núcleos aparentados	5,9	5,7	5,8	6,0	6,3	6,1
Arranjos com não parentes

Fonte: Fundação Seade - PCV 2006; Fundação IBGE - PNAD 2006

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

Em suma, a PNAD e a PCV possuem discrepâncias importantes em relação às formas específicas de contagem das famílias em um domicílio, o que produz variações na distribuição dos arranjos domiciliares ampliados. Em particular, os arranjos monoparentais e os biparentais com parentes seriam subestimados na PNAD devido à maior proporção de domicílios com núcleos aparentados, ocorrendo o inverso na PCV. Como vimos na bibliografia discutida no capítulo 1, em termos sociológicos, na maioria dos casos, os domicílios com mais de uma família seriam uma única família ampliada e de estrutura mais complexa. Essa hipótese é corroborada pela análise da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) que aponta ser pouco frequente no Brasil a convivência de núcleos familiares em um domicílio sem compartilhamento do orçamento doméstico (BILAC, 2003). Nesse sentido, pode-se dizer que a PCV estaria caracterizando melhor os arranjos domiciliares ampliados em relação à PNAD.

Esta análise da classificação dos arranjos domiciliares remete a algumas características do ciclo de vida familiar. Embora a abordagem do ciclo de vida seja questionada por sua dificuldade em dar conta da diversidade de formas de família presentes na sociedade contemporânea

e da sua variabilidade ao longo do tempo, pode ser um instrumento útil para o entendimento da relação entre família e pobreza (GOLDANI, 2004; MONTALI; TAVARES, 2008).²

Os grupos etários das pessoas de referência dos domicílios podem ser relacionados com os estágios do ciclo de vida familiar: (a) até 34 anos de idade (início e expansão), (b) de 35 a 49 anos (consolidação), (c) de 50 a 64 anos (início do estágio de dispersão), (d) de 65 anos ou mais (etapa de dispersão).

Outra possibilidade de análise do ciclo de vida consiste em verificar a idade dos filhos presentes nos arranjos. As famílias em estágio de expansão seriam aquelas em que o filho mais velho tivesse até 12 anos, aquelas em estágio de consolidação teriam o filho mais velho com idade entre 13 e 17 anos e aquelas em estágio de dispersão contam com filhos de 18 anos ou mais (GOLDANI, 2004).

Assim, a avaliação metodológica da composição domiciliar da PNAD e da PCV pode servir de base para a definição das variáveis selecionadas como *proxy* para esta análise da pobreza segundo a “perspectiva das capacidades”. A discussão mais aprofundada dos resultados da distribuição dos arranjos domiciliares no contexto da análise da pobreza é feita no capítulo 3.

2.3 Seleção de variáveis das fontes de dados para análise da relação família-pobreza conforme a “perspectiva das capacidades”

De acordo com o quadro teórico escolhido, procurou-se selecionar as variáveis da PNAD e da PCV que permitissem uma análise da relação família-pobreza por meio dos dados de composição domiciliar associados a algumas dimensões da pobreza.

Assim, a operacionalização das capacidades ocorre por meio de variáveis que identificam o acesso a alguns tipos de liberdades substantivas básicas que promoveriam a liberdade global dos membros dos arranjos domiciliares. Utiliza-se a classificação de arranjos domiciliares discutida, sendo que, para alguns tipos de liberdades substantivas, a análise se restringe ao número total de arranjos domiciliares pobres ou aos dados de indivíduos pertencentes a esses arranjos.

² A abordagem clássica do ciclo de vida pressupõe uma família nuclear estável, ou seja, em que a união se mantém até a morte de um dos cônjuges, deixando de lado a divisão familiar que pode ocorrer por separação ou divórcio e os recasamentos.

2.3.1 Instrumentos econômicos

O acesso aos instrumentos econômicos (*economic facilities*) é extremamente relevante para o combate à pobreza. Esses instrumentos econômicos são uma pré-condição básica para a realização das liberdades individuais, o que não se limita à mera sobrevivência física, mas se refere à sua efetiva condição de agente (SEN, 2000).

Dadas as características desses bancos de dados e os objetivos deste trabalho, a análise dos instrumentos econômicos se restringe aos recursos monetários dos membros dos arranjos domiciliares pobres. Assim, os indicadores de renda selecionados são a renda mensal domiciliar total, a renda mensal domiciliar *per capita* e a composição da massa de rendimento domiciliar total.

A renda mensal domiciliar total é a soma dos rendimentos auferidos pelos membros de dez anos ou mais do domicílio, com exceção da renda de pensionistas, empregados domésticos e parentes do empregado doméstico. A renda mensal domiciliar *per capita* é obtida pela divisão da renda mensal domiciliar total pelo número de membros do arranjo domiciliar, excluindo-se também aqueles na condição de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a; FUNDAÇÃO SEADE, 2006b).

Os instrumentos econômicos em termos da classificação de arranjos domiciliares são analisados por meio dos dados de rendimento domiciliar *per capita* médio e da composição da massa de rendimento domiciliar da PNAD e da PCV.

Tanto a PNAD quanto a PCV investigam a renda do trabalho e a renda de pensões e aposentadorias, as principais fontes de renda domiciliar no Brasil (DEDECCA, 2007). Além disso, em ambas as pesquisas as questões de características de trabalho e rendimento são individuais e têm de ser respondidas pelos moradores de dez anos e mais (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a; FUNDAÇÃO SEADE, 2006b). No entanto, cabe destacar algumas diferenças metodológicas dessas pesquisas no levantamento de informações sobre composição da massa de rendimento domiciliar.

A variável “renda do trabalho” mede a remuneração de todos os tipos de trabalho realizados pelos ocupados em ambas as pesquisas. A PCV investiga também a renda dos trabalhos

ocasionais recebidos exclusivamente pelos indivíduos na condição de desempregados e inativos por meio da variável “trabalho ocasional” (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a; FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

Ambas as pesquisas estimam a renda recebida de pensões e aposentadorias. A variável “renda de pensões e aposentadorias” da PNAD inclui o rendimento de pensões e aposentadorias de institutos de previdência ou do governo federal e o rendimento obtido de outros tipos de aposentadoria e de pensão. No caso da PCV, essa variável é composta pelo rendimento de pensões e aposentadorias de institutos de previdência pública ou privada, pelos rendimentos de auxílios pagos por institutos de previdência pública ou privada e pela renda recebida de pensão alimentícia paga por não-morador. Esses auxílios, medidos somente pela PCV, referem-se a auxílio-saúde (licença-saúde) ou auxílio por acidente de trabalho pago por institutos de previdência pública (INSS) ou outro instituto oficial de previdência (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a; FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

A renda recebida de pensão alimentícia paga por não-morador, que parece integrar a variável “renda de pensões e aposentadorias” pela PNAD, é um componente que pode ser desagregado na PCV. Esta pesquisa examina a existência de renda derivada de pensão alimentícia, recebida de parentes não moradores do domicílio por decisão jurídica ou por acordo informal. Em relação à idade dos beneficiados, essa pesquisa verifica se a pensão é destinada a pessoas com menos de 10 anos ou com dez anos ou mais (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a). Contudo, como a estimativa da renda recebida de pensão alimentícia não é significativa em termos da classificação de arranjos domiciliares, essa desagregação não é feita nesta análise.

Renda de aluguéis, juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, doações recebidas de pessoa não residente na unidade domiciliar, rendimentos recebidos de programas sociais governamentais de complementação de renda (programas de renda mínima, Bolsa-Escola, Programa Bolsa Família, Benefício Assistencial de Prestação Continuada – BPC-LOAS, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e outros) e demais formas de renda não especificadas integram a variável “outras fontes de rendimento” para ambas as pesquisas (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a; FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

Uma das principais diferenças da PNAD e da PCV se deve ao cálculo da renda de programas sociais governamentais de complementação de renda. Em 2006, a PCV mediu as transferências de renda recebidas pelos domicílios pelos principais programas sociais, o que permite o cálculo da sua contribuição para a renda domiciliar total. No caso da PNAD, em 2006 não foi calculada a renda recebida desses programas, mas somente o acesso a alguns deles (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a; FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

Além disso, o questionário da PCV investiga o acesso a um número maior de programas sociais governamentais de complementação de renda do que a PNAD. A PCV pesquisou amplamente esse tema, de modo que possui uma base de dados mais diversificada que a da PNAD nesse ano (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a; FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

Segundo o dicionário de variáveis da PCV, a variável “transferência de renda de programas sociais” compreende o rendimento monetário recebido pelo domicílio referente a programas sociais de complementação de renda oferecidos por qualquer esfera do governo: municipal, estadual e federal. A PCV também investiga os rendimentos referentes a programas sociais de complementação de renda oferecidos por empresas privadas ou entidades não-governamentais, mas os resultados não são significativos em termos estatísticos (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

Constata-se, portanto, que os dados desagregados das fontes de rendimento da PCV permitem uma análise mais aprofundada das fontes de rendimento dos arranjos domiciliares pobres para o Estado de São Paulo em relação à PNAD.

2.3.2 Segurança protetora

A análise da segurança protetora (*protective security*) não se resume ao estudo do sistema de proteção social, mas inclui o estudo dos fatores que contribuem para aumentar o grau de vulnerabilidade à pobreza em situações de crise econômica (SEN, 2000).

O trabalho, principal fonte de renda domiciliar, confere aos membros dos domicílios recursos econômicos necessários para a manutenção das funções domésticas. Mais especificamente, a posse de uma ocupação é um elemento fundamental de segurança protetora não

somente por ser uma fonte de renda, mas também por contribuir para a autonomia das pessoas, o respeito próprio e a participação na vida comunitária (SEN, 2000).

O desemprego por um período prolongado tende a expor as pessoas a um maior grau de insegurança alimentar, econômica e social ao torná-las vulneráveis à pobreza e à miséria ou, se são pobres, à reprodução da pobreza (LAVINAS, 2008). Ainda que a perda de renda decorrente do desemprego seja compensada por programas de complementação de renda, as pessoas desempregadas enfrentam outros tipos de privações não monetárias, como dano psicológico, perda de habilidades e de autoconfiança e a intensificação da exclusão social (SEN, 2000).

Nesse sentido, realiza-se uma análise dos níveis de participação e de ocupação para os membros dos arranjos domiciliares pobres com os dados da PNAD e da PCV. Tais pesquisas investigam regularmente essas características do mercado de trabalho, mas existem diferenças metodológicas em relação à medição da condição de atividade (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a; FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

A condição de atividade se refere à inserção no mercado de trabalho dos indivíduos de 10 anos e mais (população em idade ativa – PIA) como ocupados, desempregados ou inativos. A taxa de participação representa a proporção do total de indivíduos que estão no mercado de trabalho como ocupados ou desempregados (população economicamente ativa – PEA). Os inativos são os indivíduos em idade ativa que se encontram fora do mercado de trabalho. A taxa de desemprego representa a proporção da PEA em situação de desemprego (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a; FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

Ambas as pesquisas medem o desemprego aberto, isto é, a população em idade ativa que se encontra numa situação involuntária de não-trabalho, por falta de oportunidade de trabalho. No entanto, a PCV segue uma metodologia com uma tipologia de situações de desemprego mais ampla que a da PNAD. Além do desemprego aberto, a PCV estima o desemprego oculto pelo trabalho precário ou pelo desalento e outros motivos. Segundo Fundação Seade (2006a), o desemprego oculto pelo trabalho precário compreende as pessoas que: (a) realizam algum trabalho remunerado eventual de auto-ocupação, ou seja, sem qualquer perspectiva de continuidade e previsibilidade; (b) realizam trabalho não-remunerado em ajuda

de negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás. O desemprego oculto pelo desalento e outro motivos se refere às pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

Pode-se considerar que o desemprego oculto envolve formas de inserção no mercado de trabalho que resultam em renda muito baixa (ou mesmo nula) e são justamente as pessoas mais pobres que tendem a realizar esses trabalhos mais precários, seja devido ao baixo nível de escolaridade que dificulta a inserção no mercado formal de trabalho, seja em períodos de queda da atividade econômica (JANNUZZI, 2004). Desse modo, por incluir uma forma de desemprego frequentemente presente entre as pessoas pobres, os dados de condição de atividade da PCV seriam mais abrangentes do que os dados da PNAD para esta análise da pobreza.

Para a temática da condição de atividade, são consideradas as taxas de participação e de desemprego para as seguintes categorias, em termos do total dos arranjos domiciliares e somente entre os pobres: classificação dos arranjos domiciliares (somente para pessoas de referência), sexo (homens e mulheres) e posição no domicílio (pessoa de referência, cônjuge, filho e outros) (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a; FUNDAÇÃO SEADE, 2006a). Nesta análise, devido ao fato de que nem todas as posições no domicílio são encontradas nos arranjos domiciliares, considerou-se somente a condição de atividade da pessoa de referência por tipo de arranjo domiciliar. Além disso, considera-se relevante o estudo dos níveis de participação e de ocupação especificamente da pessoa de referência porque constitui o principal provedor de renda domiciliar no Estado de São Paulo (FUNDAÇÃO SEADE 2008).

Ainda em relação à temática do trabalho associada à segurança protetora, a desigualdade de gênero que afeta de modo particular a vida das mulheres (LAVINAS, 2008) pode ser verificada tanto pelas características da condição de atividade quanto pelas informações sobre o cuidado dos afazeres domésticos para homens e mulheres.

Somente a PNAD realiza uma investigação a respeito do cuidado parcial ou integral dos afazeres domésticos para todas as pessoas de 10 anos ou mais de idade. Entende-se por afa-

zeres domésticos a realização das tarefas – não enquadradas no conceito de trabalho – de: (a) limpeza total ou parcial da moradia; (b) cozinha ou preparação dos alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outros moradores; (c) orientação ou direção de trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; (d) cuidado de filhos ou moradores menores de idade; (e) limpeza do quintal ou do terreno que circunda a residência (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a).

Outro aspecto relacionado aos temas da segurança protetora e da desigualdade de gênero é o acesso à educação infantil em tempo integral, pois isso facilita a inserção no mercado de trabalho das mulheres pobres com filhos menores de seis anos (LAVINAS, 2008). Nesse sentido, a PCV investiga um conjunto mais amplo de questões sobre educação infantil do que a PNAD. Ambas as pesquisas coletam dados sobre frequência a creche ou pré-escola dos moradores de 0 a 6 anos e verificam se o estabelecimento de ensino é público ou privado (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a; FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

A PCV classifica o estabelecimento de ensino como público, privado sem pagamento ou privado com pagamento. Assim, as unidades educacionais da rede pública municipal, estadual ou federal de ensino são classificadas como públicas. Os estabelecimentos de ensino privado sem pagamento são aqueles sem fins lucrativos que não exigem pagamento como condição de acesso e os estabelecimentos com pagamento são as unidades educacionais da rede privada que exigem pagamento (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

Para as crianças de 0 a 6 anos que não frequentam um estabelecimento de educação infantil, a PCV realiza a seguinte pergunta ao chefe do domicílio ou ao seu cônjuge: “qual é o principal motivo de não frequentar creche ou pré-escola?”. Finalmente, verifica-se o tempo de permanência na unidade educacional das crianças em termos de horas por dia (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

O conhecimento da interdependência entre as características do mercado de trabalho e da composição dos arranjos domiciliares permitiria aperfeiçoar o desenho de políticas públicas de seguridade social voltadas para o combate das desigualdades sociais ou para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade à pobreza (LAVINAS, 2008). Nesse sentido, as redes de proteção social podem ser examinadas por meio das questões da PNAD e da PCV referen-

tes ao acesso a programas sociais governamentais de transferência de renda (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a; FUNDAÇÃO SEADE, 2006a). Isso permite a elaboração de uma tabulação referente ao acesso dos arranjos domiciliares a pelo menos um tipo de programa.

Um dos objetivos principais da PCV é coletar dados sobre os programas sociais governamentais de transferência de renda com retorno por parte dos beneficiários quanto ao cumprimento de condicionalidades decorrentes da participação no programa (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a). Há um maior detalhamento dos programas sociais existentes no Estado de São Paulo no questionário da PCV em comparação com o da PNAD.

Além disso, a PCV avalia o acesso a programas de transferências não monetárias destinados a contribuir para o atendimento de necessidades de subsistência para grupos sociais de baixa renda. Tais ações consistem na distribuição de alimentos, medicamentos e roupas, pois a sua articulação com as transferências de renda permitiriam potencializar os efeitos de segurança social sobre os arranjos domiciliares pobres (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a; 2006c).

Outra informação relevante da PCV em termos da segurança protetora trata dos efeitos dos programas de transferência de renda sobre a percepção de pobreza quanto à capacidade financeira de cobrir gastos com diferentes itens do orçamento doméstico (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

Por fim, a PCV realiza uma investigação sobre a existência de redes sociais de solidariedade que podem atuar como instrumentos de proteção social para os membros dos arranjos domiciliares pobres. Nesse sentido, há um conjunto de questões sobre as ações de apoio à vizinhança em termos de favores, tais como empréstimos de alimentos e mantimentos, dinheiro, utensílios ou equipamentos domésticos, ajuda em reformas e construções, cuidado de crianças, idosos ou doentes (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

2.3.3 Oportunidades sociais

As oportunidades sociais (*social opportunities*) estão muito relacionadas às políticas sociais destinadas à formação do cidadão como agente autônomo em uma sociedade democrática. Este tipo de liberdade abrange as possibilidades oferecidas pela sociedade de acesso a educação, saúde, trabalho, lazer e cultura e as políticas públicas pertinentes (SEN, 2000).

Como a temática do trabalho foi vista na análise da segurança protetora, a avaliação das oportunidades sociais se concentra sobre a escolaridade e a existência de equipamentos sociais próximos aos arranjos domiciliares pobres.

Segundo Lopes, Macedo e Machado (2003), há uma forte interdependência entre pobreza e baixo nível de escolaridade da pessoa de referência do domicílio no Brasil. A falta de acesso à educação básica pode ter efeitos graves sobre a inserção no mercado de trabalho em termos de maiores níveis de desemprego e de ocupações precárias (FUNDAÇÃO SEADE, 2007). Assim, a avaliação das oportunidades sociais dos membros dos arranjos domiciliares pobres utiliza como *proxy* o estudo dos anos de escolaridade da pessoa de referência. Para esse estudo, são construídas distribuições das pessoas de referência por faixas de anos de escolaridade, para o total dos domicílios e entre os pobres, o que permite avaliar se a pessoa de referência é analfabeta ou possui ensino fundamental, médio e superior (completo ou incompleto).

A existência de equipamentos sociais próximos ao domicílio pode contribuir para o desenvolvimento do capital social de uma comunidade pobre (SEN, 2000). De modo particular, os dados da PNAD e da PCV permitem a análise do acesso a serviços de educação e saúde. Por exemplo, a presença de uma escola de educação infantil ou de uma praça *dentro* ou *perto* de uma favela tende a reforçar as redes sociais da comunidade (COSTA, 2003), além de ampliar outras liberdades substantivas tais como a segurança protetora.

O bloco de informações domiciliares da PCV – respondido pelo chefe do domicílio ou pelo cônjuge – investiga a existência no bairro de certos tipos de equipamentos sociais e urbanos e a sua proximidade em relação ao domicílio. A variável avalia a existência dos seguintes equipamentos: creche; escola de ensino fundamental; escola de ensino médio; hospital, pronto-socorro ou clínicas médicas; centro ou posto de saúde; posto policial ou delegacia; agência do correio; agência bancária; hipermercado ou supermercado; comércio em geral (padaria, açougue, quitanda, farmácia, mercado, lojas, etc.); clube esportivo, associação cultural, centro de lazer, cinema, teatro, quadra de escola de samba e outras associações; praça ou parque público; telefone público (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a). Dados os objetivos desta análise das oportunidades sociais, foi construída uma tabulação referente aos equipamentos de educação, saúde, cultura, esporte e lazer.

Ainda em relação à temática da saúde, a PCV coleta dados a respeito da cobertura do Programa Saúde da Família (PSF). O questionário investiga se o domicílio foi visitado por agente comunitário de saúde, enfermeiro, médico ou outro profissional de saúde do PSF nos doze meses anteriores ao dia da entrevista (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

2.3.4 Liberdades políticas e garantias de transparência

As liberdades políticas (*political freedoms*) e as garantias de transparência (*transparency guarantees*) não são temas diretamente investigados pelas pesquisas domiciliares. Contudo, há algumas informações das pesquisas domiciliares que podem ajudar a caracterizar o acesso a essas liberdades.

O tema das liberdades políticas pode ser parcialmente avaliado em termos das informações sobre participação cidadã e da existência de equipamentos de segurança pública próximos aos domicílios, o que contribuiria para a fruição dos direitos civis.

A PNAD possui somente uma questão sobre a existência de associação a sindicatos das pessoas ocupadas no período de referência de 365 dias (FUNDAÇÃO IBGE, 2006a). Diferentemente, a PCV apresenta uma maior diversidade de informações sobre participação cidadã em associações e entidades da sociedade civil, inserida na parte do questionário denominada “educação, participação associativa e acesso a internet” dirigida aos moradores com sete anos ou mais. Dado que a única posição no domicílio encontrada em todos os tipos de arranjo domiciliar é a pessoa de referência, avaliou-se o nível de participação somente para essa posição (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

A PCV avalia a proximidade de postos policiais ou delegacias ao domicílio, o que permitiria identificar a efetiva presença do Estado em termos da fruição dos direitos de cidadania.

Além disso, algumas questões da PCV podem servir de base para o estudo das garantias de transparência na questão habitacional relacionada à documentação de posse do imóvel. As informações domiciliares permitem conhecer a forma de apropriação do domicílio e a existência de garantia de posse da moradia (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a; 2010).

Inicialmente, são verificadas as informações domiciliares sobre a forma de apropriação do imóvel: alugado, próprio, cedido, ocupado ou invadido. Para os domicílios não alugados, pergunta-se a forma de apropriação do domicílio:

(1) próprio e quitado: quando o domicílio é de propriedade da pessoa de referência ou de seu cônjuge, ou de algum dos seus moradores, com pagamento já quitado. Inclui também a aquisição da moradia por “usucapião”, herança, doação ou concessão de usufruto;

(2) próprio e não quitado: quando o domicílio é de propriedade da pessoa de referência ou de seu cônjuge, ou de algum dos seus moradores, com pagamento ainda não quitado;

(3) cedido: quando o domicílio é cedido ou emprestado por seu proprietário, que pode ser o empregador de um dos moradores ou um parente ou amigo de um ou mais moradores;

(4) ocupado ou invadido: quando os moradores vivem em domicílio ocupado ilegalmente, isto é, sem prévio conhecimento ou autorização do seu proprietário legal (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

Considera-se a hipótese de que viver em uma moradia ocupada ou invadida ou em uma moradia própria ou cedida sem documentação de posse indicaria a existência simultânea de privações de instrumentos econômicos, de garantia de transparência em relação à posse do domicílio e de segurança protetora.

Para os domicílios próprios e cedidos, verificou-se o tipo de documentação de posse do imóvel, o que envolve três situações: (a) moradia com escritura registrada em cartório; (b) outro documento de posse; (c) nenhum documento de posse (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

A fim de complementar esta análise dos domicílios pobres classificados como próprios e cedidos, verificou-se também a sua forma de ocupação urbana, isto é, se a moradia é precária ou não-precária. Assim, a moradia é considerada não-precária quando localizada em edificação isolada, condomínio fechado, conjunto habitacional popular ou vila. A moradia é considerada precária se for localizada em uma favela ou um cortiço (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

Conclui-se que a PNAD e a PCV são fontes de dados com um amplo escopo de temas e variáveis investigadas sobre famílias, domicílios e indivíduos, de forma que suas informações podem integrar uma análise multidimensional da pobreza segundo a “perspectiva das capacidades”.

Além disso, a seleção de variáveis dessas pesquisas para esta análise mostra que, para alguns tipos de liberdade, a PCV permite uma avaliação mais abrangente e aprofundada de privação de capacidades do que a PNAD.

Assim, verifica-se que a PCV identifica melhor a composição dos recursos econômicos dos arranjos domiciliares pobres por meio da investigação da renda de trabalhos ocasionais realizados por pessoas desempregadas ou inativas, de pensões alimentícias e de programas sociais governamentais de complementação de renda.

Os dados da PCV de mercado de trabalho, de educação infantil e de acesso a rede de proteção social relativos à segurança protetora possuem um conjunto maior de informações em comparação com a PNAD.

A PCV possui uma tipologia de classificação das situações de desemprego mais ampla que a da PNAD. No entanto, somente a PNAD caracteriza os afazeres domésticos, o que permite avaliar a existência de certas formas de desigualdade de gênero relacionadas à jornada total de trabalho diferenciada para homens e mulheres.

Embora ambas as pesquisas identifiquem a existência de estabelecimentos públicos e privados de educação infantil, pode-se averiguar pela PCV os motivos de não frequência de crianças em creches e pré-escola e o tempo de permanência das crianças em termos de horas por dia. Assim, essas informações ajudam a identificar algumas características das políticas públicas de apoio ao cuidado com crianças.

Constata-se também que a PNAD e a PCV identificam a existência de programas públicos de transferência de renda. No entanto, a PCV investiga o acesso a um número maior de programas no Estado de São Paulo e mede o valor recebido por família ou domicílio de cada modalidade de programa. Além disso, somente a PCV investiga alguns tipos de transferência não monetária e a existência de redes sociais de solidariedade.

Em relação à avaliação das liberdades políticas, a PCV investiga um número maior de ações de participação cidadã em relação à PNAD. Além disso, somente a PCV avalia a presença de equipamentos policiais próximos ao domicílio, uma variável que pode ajudar a compreender a efetiva garantia do exercício dos direitos civis para os membros dos arranjos domiciliares pobres.

Finalmente, as garantias de transparência referentes a formas de apropriação do domicílio e existência de documentação de posse da moradia podem ser analisadas somente pelos dados da PCV.

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DA POBREZA SEGUNDO A “PERSPECTIVA DAS CAPACIDADES”

A pobreza é vivida em um contexto familiar e domiciliar, o que justifica uma análise que leve em conta as estruturas familiares e domiciliares predominantes na população, conforme aponta a literatura sobre o tema (CAMARANO *et al.*, 2006; GOLDANI, 2004; LAVINAS, 2008; MONTALI; TAVARES, 2008).

Este capítulo apresenta os resultados da análise multidimensional da pobreza segundo a “perspectiva das capacidades” aplicada a um conjunto específico de domicílios pobres com informações da PNAD e da PCV. Tais resultados ajudam a responder algumas questões sobre a relação entre família e pobreza. Quais seriam as principais características da pobreza no Estado de São Paulo? As diferenças metodológicas relacionadas à identificação de famílias poderiam ter efeito sobre as estimativas dos arranjos domiciliares pobres? Qual é o nível de acesso dos membros dos arranjos domiciliares pobres às liberdades que promoveriam a sua liberdade global? As circunstâncias pessoais e familiares podem ter efeitos sobre o bem-estar e as liberdades dos membros dos domicílios pobres?

Assim, esta análise dos resultados realiza uma comparação entre a distribuição do total de domicílios e a distribuição dos domicílios pobres em termos da sua composição e do acesso a alguns tipos de capacidades: instrumentos econômicos, oportunidades sociais, segurança protetora, liberdades políticas e garantias de transparência.

3.1 Composição dos arranjos domiciliares pobres

Os resultados observados para o Estado de São Paulo confirmam a hipótese de que a pobreza tende a ser maior em certos tipos de arranjos domiciliares, de modo particular naqueles com pessoas de referência de grupos etários mais jovens, nas etapas de expansão e consolidação quanto ao ciclo de vida e com pessoas na condição de filhos.

Esta análise da relação família-pobreza considera a classificação de arranjos domiciliares e a sua composição conforme a discussão feita no capítulo 2. A Tabela 6 apresenta a classificação de todos os arranjos domiciliares e a Tabela 7 apresenta a mesma classificação somente entre os domicílios pobres. Assim, os arranjos domiciliares podem ser avaliados em termos de características de composição relativas à existência de conjugalidade ou monoparentalidade, de isolamento ou ampliação e de presença ou ausência de prole residente.

Tabela 6 - Distribuição dos domicílios, segundo tipo de arranjo domiciliar e sexo da pessoa de referência no Estado de São Paulo - 2006

Em %

Tipo de arranjo domiciliar	Sexo da pessoa de referência					
	PNAD			PCV		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Total	71,2	28,8	100,0	70,7	29,3	100,0
Pessoa sozinha	5,8	6,5	12,3	5,9	7,7	13,7
Só casal	12,1	1,1	13,2	12,5	0,6	13,1
Casal e filhos	41,9	3,5	45,4	40,7	1,7	42,4
Monoparental	1,3	10,1	11,4	1,3	11,6	12,9
Monoparental e parentes	0,3	2,4	2,7	0,5	4,9	5,4
Biparental e parentes	3,2	0,4	3,6	5,4	0,3	5,7
Outros arranjos com parentes	3,1	2,4	5,5	3,2	2,1	5,4
Núcleos aparentados	3,5	2,3	5,8	1,1	...	1,3
Arranjos com não parentes

Fonte: Fundação Seade - PCV 2006; Fundação IBGE - PNAD 2006

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

A maioria dos arranjos domiciliares é formada por pessoas que mantêm relações de parentesco entre si, em ambas as pesquisas (Tabela 6). Esse resultado é observado também entre os domicílios pobres (Tabela 7). A ocorrência de arranjos domiciliares formados por dois ou mais grupos de pessoas sem relação de parentesco é insignificante em termos estatísticos. Além disso, os dados de condição dos moradores no domicílio da PNAD e da PCV mostram

que é quase nula a presença de “agregados”, “pensionistas”, “empregados domésticos”, “parentes do empregado doméstico” e “outros” nos arranjos domiciliares paulistas.

A análise da chefia domiciliar³ segundo a classificação dos arranjos domiciliares mostra que os arranjos biparentais (isolados e ampliados) e os casais sem filhos são preponderantemente de chefia masculina. Diferentemente, os arranjos monoparentais (isolados e ampliados) são majoritariamente chefiados por mulheres. Não se observa uma variação significativa dos resultados para os domicílios pobres, de modo que a pobreza não necessariamente está associada ao tipo de chefia dos arranjos domiciliares.

Tabela 7 - Distribuição dos domicílios pobres, segundo tipo de arranjo domiciliar e sexo da pessoa de referência no Estado de São Paulo - 2006

Em %

Tipo de arranjo domiciliar	Sexo da pessoa de referência					
	PNAD			PCV		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Total	66,1	33,9	100,0	65,6	34,4	100,0
Pessoa sozinha	2,7	...	4,5	1,9	2,7	4,6
Só casal	4,6	...	5,0	5,9	...	6,1
Casal e filhos	48,7	5,3	53,9	46,7	2,4	49,2
Monoparental	...	14,6	15,8	...	19,4	20,7
Monoparental e parentes	...	4,3	4,6	...	6,8	7,2
Biparental e parentes	3,2	...	3,8	6,3	...	7,0
Outros arranjos com parentes	1,8	2,5	4,4	2,1	1,7	3,8
Núcleos aparentados	3,6	4,4	8,0	1,4
Arranjos com não parentes

Fonte: Fundação Seade - PCV 2006; Fundação IBGE - PNAD 2006

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

Um resultado importante é a maior presença de arranjos domiciliares com pessoas na condição de filhos entre os domicílios pobres (Tabela 7), isto é, casal e filhos, arranjos biparentais com parentes, monoparentais, monoparentais com parentes e núcleos aparentados.

³ Adota-se aqui o termo “chefia domiciliar” para homogeneizar a análise dos dados da PNAD e da PCV.

Esses arranjos domiciliares, cujo núcleo é composto por um casal e filhos ou um dos pais e filhos, respondem por cerca de dois terços dos domicílios. Contudo, entre os domicílios pobres essa proporção aumenta para mais de 85,0%. Esse resultado confirma que a presença de pessoas na condição de filhos nos domicílios pobres pode aumentar as necessidades de recursos econômicos para a manutenção das funções domésticas. A existência de filhos dependentes – particularmente crianças e adolescentes – tende a ampliar a demanda doméstica de serviços de saúde, educação e outros relacionados ao seu cuidado e atenção.

Em contrapartida, os arranjos domiciliares sem a presença de filhos possuem um menor peso entre os domicílios pobres. Enquanto os arranjos com pessoas só e os formados somente por casais respondem por um quarto dos domicílios paulistas (Tabela 6), essa proporção diminui para 10,0% entre os pobres (Tabela 7).

Verifica-se também uma maior presença de arranjos ampliados entre os domicílios pobres no Estado. Enquanto os arranjos ampliados com núcleos de reprodução – isto é, arranjos biparentais com parentes, monoparentais com parentes e núcleos aparentados – respondem por 12,0% dos domicílios (Tabela 6), entre os pobres a proporção é de cerca de 16,0% pela PNAD e pela PCV (Tabela 7).

No entanto, uma desagregação dos arranjos domiciliares ampliados mostra diferentes resultados em ambas as pesquisas. Segundo os dados da PNAD, os núcleos aparentados constituem 8,0% dos arranjos domiciliares pobres e os biparentais e monoparentais com parentes em conjunto respondem por 8,4%. Diferentemente, pela PCV os núcleos aparentados se restringem a 1,4% dos arranjos domiciliares pobres e os biparentais e monoparentais com parentes em conjunto respondem por 14,1%. Assim, as variações nos resultados de volumes de núcleos aparentados na PNAD e na PCV têm efeito sobre a composição interna dos arranjos ampliados pobres, o que estaria relacionado às específicas formas de contagem de famílias por domicílio em cada levantamento, como vimos na discussão feita no capítulo 2.

Nesta análise da relação família-pobreza, é importante verificar em que etapas do ciclo de vida estão as famílias que vivem em domicílios pobres. A Tabela 8 descreve a distribuição dos arranjos domiciliares em termos do grupo etário da pessoa de referência como *proxy* do ciclo de vida familiar e a Tabela 9 apresenta essa distribuição entre os domicílios pobres.

Tabela 8 - Distribuição dos domicílios, segundo grupo etário e sexo da pessoa de referência no Estado de São Paulo - 2006

Em %

Grupo etário	Sexo da pessoa de referência					
	PNAD			PCV		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Total	71,2	28,8	100,0	70,7	29,3	100,0
De 15 a 34 anos	17,7	4,8	22,5	18,8	4,7	23,5
De 35 a 49 anos	26,7	9,7	36,4	26,0	9,2	35,2
De 50 a 64 anos	18,2	8,0	26,2	16,8	8,2	24,9
65 anos ou mais	8,5	6,3	14,8	9,2	7,2	16,4

Fonte: Fundação Seade - PCV 2006; Fundação IBGE - PNAD 2006

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Em ambas as pesquisas, a maior parte dos arranjos domiciliares possui pessoas de referência dos grupos etários de 35 a 49 anos e de 50 a 64 anos, que em conjunto respondem por 62,6% do total pela PNAD e 60,1% pela PCV (Tabela 8). Entre os domicílios pobres, constata-se certo rejuvenescimento, pois existe uma maior presença dos arranjos com pessoas de referência de 15 a 34 anos e de 35 a 49 anos, que correspondem a 76,3% desses domicílios pela PNAD e 73,8% pela PCV (Tabela 9).

Os arranjos domiciliares em que a pessoa de referência possui de 15 a 34 anos – que estariam em fase de expansão quanto ao ciclo de vida – representam um pouco acima de 20,0% do total dos domicílios na PNAD e na PCV (Tabela 8). Contudo, essa proporção se amplia para quase um terço do total de domicílios classificados como pobres (Tabela 9).

Tabela 9 - Distribuição dos domicílios pobres, segundo grupo etário e sexo da pessoa de referência no Estado de São Paulo - 2006

Em %

Grupo etário	Sexo da pessoa de referência					
	PNAD			PCV		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Total	66,1	33,9	100,0	65,6	34,4	100,0
De 15 a 34 anos	23,0	9,3	32,4	23,5	9,2	32,7
De 35 a 49 anos	29,1	14,9	44,0	27,1	14,0	41,1
De 50 a 64 anos	10,9	7,2	18,0	10,6	7,8	18,4
65 anos ou mais	3,1	2,6	5,7	4,4	3,4	7,8

Fonte: Fundação Seade - PCV 2006; Fundação IBGE - PNAD 2006

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Verifica-se que os arranjos domiciliares com pessoa de referência entre 35 e 49 anos – que estariam em fase de consolidação – representam 36,4% pela PNAD e 35,2% pela PCV do total de domicílios, constituindo o principal grupo etário no Estado de São Paulo (tabela 8). Esse nível de ocorrência é ainda maior entre os domicílios pobres: 44,0% na PNAD e 41,1% na PCV (Tabela 9).

À medida que as pessoas de referência dos arranjos tornam-se mais idosas, diminui sensivelmente a sua importância entre os domicílios pobres. Os arranjos chefiados por pessoas de referência com 65 anos ou mais – que possivelmente estão na fase de dispersão – registram a menor participação entre os domicílios pobres, em ambas as pesquisas (Tabela 9). Segundo a PNAD, enquanto quase 15,0% do total de domicílios possuem chefes com essa faixa etária, entre os pobres essa proporção diminui para 5,7%. Os resultados da PCV são similares: 16,4% do total de domicílios com chefes dessa faixa etária e 7,8% entre os domicílios pobres. Esses resultados estão de acordo com a bibliografia discutida no capítulo 1 que indica a crescente contribuição dos idosos para a provisão da renda domiciliar na década de 2000, com efeitos em termos de redução da pobreza.

A fim de aprofundar a análise da composição dos arranjos domiciliares, examina-se a sua classificação em termos do ciclo de vida. Isso é feito, primeiramente, pela análise da distribuição dos arranjos domiciliares por faixa etária da pessoa de referência para o total dos domicílios (Tabela 10) e entre os domicílios pobres (Tabela 11).

Os arranjos com pessoas na condição de filhos e pessoas de referência dos grupos etários de 15 a 34 anos e de 35 a 49 anos representam cerca de 45,0% do total dos domicílios em ambas as pesquisas (Tabela 10). Contudo, tais arranjos respondem por mais de dois terços do total de domicílios pobres (Tabela 11).

Tabela 10 - Distribuição dos domicílios, segundo tipo de arranjo domiciliar e grupo etário da pessoa de referência no Estado de São Paulo - 2006

Em %

Tipo de arranjo domiciliar	Grupo etário									
	PNAD					PCV				
	15-34 anos	35-49 anos	50-64 anos	65 ou mais	Total	15-34 anos	35-49 anos	50-64 anos	65 ou mais	Total
Total	22,5	36,4	26,2	14,8	100,0	23,5	35,2	24,9	16,4	100,0
Pessoa sozinha	2,1	3,0	3,2	4,0	12,3	2,2	3,1	3,2	5,2	13,7
Só casal	3,8	2,5	3,4	3,6	13,2	3,3	2,1	3,8	3,9	13,1
Casal e filhos	11,9	20,8	10,6	2,2	45,4	12,7	19,2	8,3	2,1	42,4
Monoparental	1,6	4,7	3,3	1,9	11,4	2,2	5,4	3,7	1,6	12,9
Monoparental e parentes	0,3	0,8	1,0	0,7	2,7	0,3	1,8	1,9	1,3	5,4
Biparental e parentes	0,9	1,6	0,9	0,2	3,6	1,1	1,9	2,0	0,8	5,7
Outros arranjos com parentes	1,5	1,2	1,5	1,2	5,5	1,4	1,3	1,5	1,2	5,4
Núcleos aparentados	0,4	1,8	2,5	1,1	5,8	...	0,4	0,5	0,2	1,3
Arranjos com não parentes

Fonte: Fundação Seade - PCV 2006; Fundação IBGE - PNAD 2006

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%

Os arranjos com casal e filhos constituem o arranjo mais frequente entre os domicílios pobres. Tais arranjos têm chefia predominantemente masculina (Tabela 7). Enquanto mais de 10,0% desses arranjos possuem pessoa de referência de 15 a 34 anos (tabela 10), entre os pobres essa proporção aumenta para cerca de 20,0% (Tabela 11). O grupo de arranjos com pessoas de referência de 35 a 49 anos representa cerca de 25,0% do total de arranjos domiciliares pobres, acima da participação verificada para o conjunto dos domicílios (em torno de 20,0%). Assim, entre os domicílios pobres nota-se uma sobre-representação dos casais e filhos que estariam em fase de expansão e consolidação quanto ao ciclo de vida. Diferentemente, o volume de tais arranjos com pessoa de referência de 50 a 64 anos e de 65 anos ou mais está sub-representado entre os domicílios pobres.

Tabela 11 - Distribuição dos domicílios pobres segundo tipo de arranjo domiciliar e grupo etário da pessoa de referência no Estado de São Paulo - 2006

Em %

Tipo de arranjo domiciliar	Grupo etário									
	PNAD					PCV				
	15-34 anos	35-49 anos	50-64 anos	65 ou mais	Total	15-34 anos	35-49 anos	50-64 anos	65 ou mais	Total
Total	32,4	44,0	18,0	5,7	100,0	32,7	41,1	18,4	7,8	100,0
Pessoa sozinha	1,0	1,6	1,7	...	4,5	...	1,3	1,4	1,2	4,6
Só casal	2,2	1,4	5,0	2,1	2,3	6,1
Casal e filhos	21,6	26,5	5,1	...	53,9	20,4	23,2	5,1	...	49,2
Monoparental	4,4	7,8	2,6	...	15,8	6,9	9,6	3,3	0,9	20,7
Monoparental e parentes	...	1,7	1,3	...	4,6	...	2,7	2,6	1,1	7,2
Biparental e parentes	1,6	1,5	3,8	2,0	2,6	1,8	...	7,0
Outros arranjos com parentes	1,7	...	4,4	1,4	...	3,8
Núcleos aparentados	...	3,4	2,8	...	8,0	1,4
Arranjos com não parentes

Fonte: Fundação Seade - PCV 2006; Fundação IBGE - PNAD 2006

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%

O arranjo monoparental é o segundo mais frequente entre os domicílios pobres. Esse tipo de arranjo é predominantemente chefiado por mulheres (tabela 7). Observa-se que a maior sobre-representação de domicílios pobres ocorre para os arranjos com pessoa de referência de 15 a 34 anos e de 35 a 49 anos, isto é, aqueles que estariam em fase de expansão e consolidação (tabela 11). Verifica-se uma pequena sub-representação para os arranjos com pessoa de referência de 50 a 64 anos e de 65 anos ou mais (Tabela 11).

Em menor proporção entre os domicílios pobres, os arranjos domiciliares formados por casal sem filhos são predominantemente compostos por pessoas de referência com 50 anos ou mais. Nota-se que as pessoas de referência dos casais sem filhos pertencem às duas faixas

etárias mais idosas e estariam mais relacionados ao estágio de dispersão do ciclo de vida familiar (tabela 11). Isso também parece ocorrer em uma parte dos arranjos unipessoais, o que pode envolver a presença de viúvos ou viúvas (Tabela 11).

Portanto, constata-se uma importante sobre-representação de arranjos com filhos e com pessoa de referência dos grupos etários mais jovens, isto é, com menos de 50 anos, entre os domicílios pobres.

Conforme Montali e Tavares (2008), os arranjos formados por casal e filhos em suas fases de expansão e consolidação e os arranjos monoparentais com chefia feminina foram considerados os mais vulneráveis ao empobrecimento nas regiões metropolitanas brasileiras em 2004 e 2006. De modo semelhante, os resultados desta análise da PNAD e da PCV para o Estado de São Paulo em 2006 mostram que, entre os domicílios pobres, constata-se uma importante sobre-representação dos arranjos com casal e filhos e dos monoparentais com pessoa de referência das faixas etárias mais jovens ou que estariam em suas fases de expansão e consolidação quanto ao ciclo de vida.

Essa sobre-representação de arranjos domiciliares com prole e pessoa de referência jovem entre os domicílios pobres também é verificada em termos das condições habitacionais segundo Fundação Seade (2010). Há uma maior proporção de domicílios com necessidades habitacionais para os arranjos com presença de filhos e para aqueles que possuem pessoa de referência até 29 anos, conforme dados da PCV. Verifica-se também que existem maiores necessidades habitacionais nos arranjos domiciliares ampliados em relação aos isolados.

Em outra possibilidade de análise do ciclo de vida, verifica-se também a maior ocorrência de crianças e adolescentes entre os domicílios pobres (Tabelas 12 e 13).

Tabela 12 - Proporção de domicílios, segundo condição no domicílio segundo a PNAD no Estado de São Paulo - 2006

	Em %	
Condição no domicílio	Domicílios pobres	Total dos domicílios
Filhos	86,2	69,0
Filhos de 0 a 6 anos	43,0	20,8
Filhos de 7 a 14 anos	54,2	28,1
Filhos de 15 a 17 anos	20,0	13,0
Filhos de 18 e mais	24,8	33,6

Fonte: Fundação IBGE - PNAD 2006

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Os resultados das pesquisas são muito semelhantes. Assim, observa-se uma proporção duas vezes maior de filhos das faixas de 0 a 6 anos e de 7 a 14 anos nos domicílios pobres em relação ao total, o que corresponderia aos arranjos biparentais e monoparentais em fase de expansão e consolidação. Há também um maior peso para os filhos jovens de 15 a 17 anos entre os domicílios pobres. Diferentemente, existe uma menor ocorrência de filhos de 18 anos e mais entre os domicílios pobres em comparação com o total.

Tabela 13 - Proporção de domicílios, segundo condição no domicílio, segundo a PCV no Estado de São Paulo -2006

	Em %	
Condição no domicílio	Domicílios pobres	Total dos domicílios
Filhos	85,8	68,6
Filhos de 0 a 6 anos	42,6	21,7
Filhos de 7 a 14 anos	52,7	27,5
Filhos de 15 a 17 anos	21,4	14,0
Filhos de 18 e mais	24,1	33,1

Fonte: Fundação IBGE - PNAD 2006

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

De acordo com a bibliografia discutida no capítulo 1, uma parte importante dos esforços dos arranjos domiciliares pobres é dirigida para os serviços de cuidado das pessoas dependentes, que podem ser mais custosos conforme algumas heterogeneidades pessoais. De fato, os resultados confirmam que isso ocorre nos domicílios com filhos, principalmente naqueles com crianças e adolescentes até 14 anos. Torna-se necessário verificar se isso ocorreria também nos domicílios com pessoas idosas e naqueles com pessoas portadoras de necessidades especiais.

Nota-se uma clara diferença em relação aos idosos. Verifica-se uma sub-representação de idosos entre os domicílios pobres no Estado de São Paulo, em ambas as pesquisas (tabela 14). Segundo a PNAD, 8,0% dos domicílios pobres contam com uma pessoa idosa, enquanto que para o total essa proporção é de 19,1%. Para a PCV, há 10,1% de domicílios com idosos entre os pobres e 20,6% no total dos domicílios.

Conforme a discussão feita no capítulo 1, desde a década de 1990 observa-se a ampliação da cobertura do sistema de seguridade social no país. Um dos principais efeitos dessa política

social é a redução da pobreza para os arranjos domiciliares com pessoas idosas nas últimas décadas. Além disso, é crescente a participação da população idosa no mercado de trabalho, o que permite que os idosos contribuam ainda mais para a provisão de renda nos arranjos domiciliares. No entanto, em termos de elaboração de programas de combate à pobreza, não pode ser desprezado o fato de que pessoas idosas estão presentes em aproximadamente 10,0% dos arranjos domiciliares pobres no Estado de São Paulo.

Tabela 14 - Proporção de domicílios, segundo presença de indivíduos selecionados no Estado de São Paulo - 2006

Condição no domicílio	PNAD		PCV	
	Domicílios pobres	Total dos domicílios	Domicílios pobres	Total dos domicílios
Idosos	8,0	19,1	10,1	20,6
Filhos	86,2	69,0	85,8	68,6
Portadores de necessidades especiais	(1)	(1)	10,2	6,7

Fonte: Fundação Seade - PCV 2006; Fundação IBGE - PNAD 2006

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

(1) Informação não investigada pela PNAD 2006.

Finalmente, há uma maior presença de pessoas portadoras de necessidades especiais entre os domicílios pobres (10,2%) em relação ao total (6,7%) no Estado (tabela 14). Em um estudo da PCV feito por Fundação Seade (2008), constata-se que os arranjos domiciliares pobres com pessoas portadoras de necessidades especiais possuem predominantemente as seguintes características: renda *per capita* inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, presença de crianças e adolescentes menores de 18 anos e moradia com insuficiência de espaço físico.

Nesse sentido, não se pode afirmar que o fato de um arranjo domiciliar ter crianças e adolescentes, idosos ou pessoas portadoras de necessidades especiais seja a única ou a principal causa da pobreza. Há também causas associadas a diversas formas de privação de capacidades que afetam a vida dos membros dos arranjos domiciliares pobres.

3.2 Instrumentos econômicos

A análise dos instrumentos econômicos (*economic facilities*) realiza uma caracterização dos recursos econômicos disponíveis nos arranjos domiciliares pobres. As tabelas 15 e 16 apresentam os resultados da distribuição dos arranjos domiciliares discutida anteriormente e do nível de rendimento *per capita* médio conforme a PNAD e a PCV.

Tabela 15 - Rendimento nominal domiciliar *per capita* médio, segundo tipo de arranjo domiciliar, conforme a PNAD no Estado de São Paulo - 2006

Tipo de arranjo domiciliar	Domicílios pobres		Total	
	Distribuição dos domicílios (em %)	Rendimento médio (em R\$)	Distribuição dos domicílios (em %)	Rendimento médio (em R\$)
Total	100,0	114	100,0	788
Pessoa sozinha	4,5	39	12,3	1.299
Só casal	5,0	127	13,2	1.130
Casal e filhos	53,9	116	45,4	671
Monoparental	15,8	111	11,4	639
Monoparental e parentes	4,6	110	2,7	505
Biparental e parentes	3,8	129	3,6	580
Outros arranjos com parentes	4,4	...	5,5	...
Núcleos aparentados	8,0	125	5,8	422
Arranjos com não parentes

Fonte: Fundação IBGE - PNAD 2006

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

O rendimento *per capita* médio observado entre os domicílios pobres é extremamente inferior ao valor médio para o conjunto dos domicílios, em ambas as pesquisas. Em termos da classificação dos arranjos domiciliares, tanto a PNAD (tabela 15) quanto a PCV (tabela 16) apontam que, para o conjunto dos domicílios, os menores níveis de rendimento domiciliar *per capita* médio são observados nos arranjos com prole. Acima do rendimento domiciliar *per capita* médio estadual encontram-se os arranjos com pessoa sozinha e só casal.

Entre os domicílios pobres, constata-se que os arranjos monoparentais isolados e ampliados e com pessoa sozinha possuem os menores níveis de rendimento *per capita* médio. Acima da média estadual encontram-se os casais sem filhos, casais e filhos e arranjos biparentais com parentes. No caso da PNAD, os núcleos aparentados também registram um maior nível de rendimento *per capita* e próximo aos dos arranjos biparentais com parentes. Conforme a discussão anterior sobre a composição dos núcleos aparentados, uma parcela considerável deles seria classificada pela PCV como arranjo biparental com parentes, o que justificaria esse maior nível de rendimento domiciliar *per capita*.

Tabela 16 - Rendimento nominal domiciliar *per capita* médio, segundo tipo de arranjo domiciliar, conforme a PCV no Estado de São Paulo - 2006

Tipo de arranjo domiciliar	Domicílios pobres		Total	
	Distribuição dos domicílios (em %)	Rendimento médio (em R\$)	Distribuição dos domicílios (em %)	Rendimento médio (em R\$)
Total	100,0	106	100,0	630
Pessoa sozinha	4,6	37	13,7	1.108
Só casal	6,1	126	13,1	814
Casal e filhos	49,2	113	42,4	523
Monoparental	20,7	98	12,9	514
Monoparental e parentes	7,2	100	5,4	403
Biparental e parentes	7,0	114	5,7	406
Outros arranjos com parentes	3,8	...	5,4	...
Núcleos aparentados	1,4	...	1,3	...
Arranjos com não parentes

Fonte: Fundação Seade - PCV 2006

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

A fim de caracterizar os recursos econômicos dos diferentes tipos de arranjos domiciliares, os resultados da composição da massa de rendimento domiciliar total são analisados.

As principais fontes de renda dos arranjos domiciliares são, primeiramente, a remuneração do trabalho e, em segundo lugar, a renda de pensões e aposentadorias. Essas fontes de renda representam mais de 95,0% da massa de rendimento do total dos domicílios, conforme as duas pesquisas (Tabela 17 com dados da PNAD e Tabela 19 com PCV). O trabalho responde por 78,9% da massa de rendimento domiciliar para a PNAD e 74,2% pela PCV. As

pensões e aposentadorias contribuem com 17,3% da massa de rendimento domiciliar pela PNAD e 20,5% pela PCV.

Tabela 17 - Composição da massa de rendimento total dos domicílios, segundo tipo de arranjo domiciliar, conforme a PNAD no Estado de São Paulo - 2006

Em %

Tipo de arranjo domiciliar	Fontes de rendimento			Total
	Renda do trabalho	Renda de pensões e aposentadorias	Outras fontes de rendimento	
Total	78,9	17,3	3,7	100,0
Pessoa sozinha	61,6	31,3	7,0	100,0
Só casal	70,5	24,4	5,1	100,0
Casal e filhos	87,7	9,4	2,9	100,0
Monoparental	69,8	25,4	4,8	100,0
Monoparental e parentes	68,0	28,9	3,0	100,0
Biparental e parentes	79,0	18,5	2,4	100,0
Outros arranjos com parentes	65,7	30,3	4,0	100,0
Núcleos aparentados	73,2	24,0	2,8	100,0
Arranjos com não parentes	100,0

Fonte: Fundação IBGE - PNAD 2006

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

Entre os domicílios pobres, as rendas do trabalho e de pensões e aposentadorias respondem por cerca de 90,0% da massa de rendimento domiciliar em ambas as pesquisas (tabela 18 com dados da PNAD e tabela 20 com PCV). O trabalho é a principal fonte de renda, mas existe um menor peso para a renda de pensões e aposentadorias. A fim de analisar a composição interna dessas fontes de rendimento, pode-se recorrer aos dados mais desagregados de composição da massa de rendimento domiciliar da PCV.

Existem diferenças metodológicas relativas à medição da remuneração do trabalho na PNAD e na PCV, conforme vimos no capítulo 2. A PNAD inclui nessa variável o rendimento mensal de todos os trabalhos dos ocupados, enquanto a PCV mede o rendimento recebido sob a forma de salário ou retirada mensal referente ao trabalho principal e ao trabalho adicional realizado pelos ocupados.

Além dessa variável da renda do trabalho, a PCV mede o rendimento de trabalhos ocasionais recebidos exclusivamente pelos indivíduos na condição de desempregados e inativos. Assim, os dados da PCV (Tabelas 19 e 20) permitem ver que existe uma maior relevância da renda originária de trabalhos ocasionais entre os domicílios pobres (4,8%) em comparação com o total dos domicílios (0,9%). Esse resultado pode ser associado à bibliografia que indica que o desemprego e a precarização atingem principalmente os membros dos arranjos domiciliares pobres, o que explicaria os menores níveis de rendimento desses arranjos.

Tabela 18 - Composição da massa de rendimento total dos domicílios pobres, segundo tipo de arranjo domiciliar, conforme a PNAD no Estado de São Paulo - 2006

Tipo de arranjo domiciliar	Fontes de rendimento			Total
	Renda do trabalho	Renda de pensões e aposentadorias	Outras fontes de rendimento	
Total	78,8	13,5	7,8	100,0
Pessoa sozinha	45,5	3,2	51,3	100,0
Só casal	37,6	53,4	9,1	100,0
Casal e filhos	89,7	3,7	6,6	100,0
Monoparental	56,2	30,7	13,1	100,0
Monoparental e parentes	58,8	31,5	9,7	100,0
Biparental e parentes	80,2	14,2	5,6	100,0
Outros arranjos com parentes	44,9	45,0	10,1	100,0
Núcleos aparentados	74,3	19,8	5,9	100,0
Arranjos com não parentes	100,0

Fonte: Fundação IBGE - PNAD 2006

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

A renda de pensões e aposentadorias representa, entre os domicílios pobres, 13,5% da massa de rendimento domiciliar pela PNAD e 16,4% pela PCV. Segundo ambas as pesquisas, a ocorrência dessa variável entre os pobres é inferior em comparação com a observada para o total dos domicílios devido, principalmente, ao menor peso relativo dos benefícios previdenciários. Esse resultado é consistente com a literatura que aponta a continuidade da expansão

da cobertura previdenciária na última década como um fator de redução da pobreza, pois há um menor volume de arranjos domiciliares com pessoas idosas entre os domicílios pobres, conforme a Tabela 14.

Em contrapartida à menor relevância da renda de pensões e aposentadorias, amplia-se o peso das “outras fontes de rendimento” entre os domicílios pobres, em ambas as pesquisas (Tabela 18 com dados da PNAD e Tabela 20 com PCV). Conforme discutido no capítulo 2, nessa variável a PNAD agrega a renda de aluguéis, aplicações financeiras, programas sociais de complementação de renda, doações em dinheiro e demais rendimentos. No caso da PCV, essa variável inclui a renda de trabalhos ocasionais.

Segundo a PCV (Tabela 20), o principal componente da variável “outras fontes de rendimento” para os domicílios pobres são as transferências de renda dos programas sociais. Enquanto para o total de domicílios o seu peso é de 0,4%, essa fonte responde por 5,1% da massa de rendimento entre os domicílios pobres, o que indica que o conjunto dos programas sociais de complementação de renda está focalizado na população pobre do Estado. Os resultados da PNAD permitem inferir que as transferências de renda constituem o principal componente das “outras fontes de rendimento” entre os domicílios pobres.

Tais resultados confirmam o impacto efetivo dos programas sociais de complementação de renda sobre a massa de rendimento total dos domicílios pobres. No entanto, é necessário verificar o nível de acesso dos arranjos domiciliares pobres a esses programas, o que será visto mais adiante na análise da segurança protetora.

Após esta análise das fontes de rendimento, pode-se retomar o exame dos recursos econômicos conforme a classificação dos arranjos domiciliares para a PNAD (Tabelas 17 e 18) e a PCV (Tabelas 19 e 20).

Ainda que a renda do trabalho seja relevante para todos os tipos de arranjo, o seu maior peso ocorre nos domicílios formados por arranjos biparentais isolados e ampliados, sendo menor a sua importância para os arranjos monoparentais isolados e ampliados, pessoas solteiras e casais sem filhos.

Tabela 19 - Composição da massa de rendimento total dos domicílios, segundo tipo de arranjo domiciliar, conforme a PCV no Estado de São Paulo - 2006

Em %

Tipo de arranjo domiciliar	Fontes de rendimento						Total
	Renda do trabalho	Renda de pensões e aposentadorias	Outras fontes de rendimento			Total	
			Trabalho ocasional	Transferência de renda de programas públicos	Aluguéis, doações em dinheiro e outros rendimentos		
Total	74,2	20,5	0,9	0,4	3,9	5,2	100,0
Pessoa sozinha	52,8	38,8	0,7	0,1	7,6	8,4	100,0
Só casal	61,5	34,0	0,7	0,1	3,7	4,5	100,0
Casal e filhos	85,9	9,6	1,0	0,4	3,1	4,5	100,0
Monoparental	65,8	26,1	0,9	1,1	6,0	8,1	100,0
Monoparental e parentes	62,8	32,1	1,0	0,7	3,4	5,1	100,0
Biparental e parentes	72,4	23,9	1,1	0,6	2,0	3,7	100,0
Outros arranjos com parentes	63,6	30,2	0,5	0,1	5,6	6,2	100,0
Núcleos aparentados	76,3	19,0	1,1	0,5	3,1	4,7	100,0
Arranjos com não parentes	100,0

Fonte: Fundação Seade - PCV 2006

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

Tabela 20 - Composição da massa de rendimento total dos domicílios pobres, segundo tipo de arranjo domiciliar, conforme a PCV no Estado de São Paulo - 2006

Em %

Tipo de arranjo domiciliar	Fontes de rendimento						Total
	Renda do trabalho	Renda de pensões e aposentadorias	Outras fontes de rendimento			Total	
			Trabalho ocasional	Transferência de renda de programas públicos	Aluguéis, doações em dinheiro e outros rendimentos		
Total	71,0	16,4	4,8	5,1	2,7	12,6	100,0
Pessoa sozinha	46,3	0,4	45,1	1,2	7,0	53,3	100,0
Só casal	29,0	63,0	1,5	2,9	3,6	8,0	100,0
Casal e filhos	81,7	5,4	6,1	4,4	2,5	12,9	100,0
Monoparental	58,7	25,7	3,1	9,1	3,3	15,6	100,0
Monoparental e parentes	55,4	34,6	2,1	4,1	3,9	10,0	100,0
Biparental e parentes	71,0	19,3	2,5	5,8	1,4	9,7	100,0
Outros arranjos com parentes	100,0
Núcleos aparentados	100,0
Arranjos com não parentes	100,0

Fonte: Fundação Seade - PCV 2006

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

Entre os domicílios pobres (Tabelas 18 e 20), os arranjos com casal e filhos são aqueles que mais dependem da renda do trabalho, em ambas as pesquisas. Uma parcela considerável desses arranjos estaria nas fases de expansão e consolidação quanto ao ciclo de vida, sendo formados predominantemente por pessoas de referência e cônjuges mais jovens, de modo que é reduzido o peso da renda de benefícios previdenciários.

Além disso, os arranjos de casais e filhos entre os domicílios pobres possuem um maior contingente de membros inativos ou desempregados que exercem trabalhos ocasionais, pois a contribuição dessa fonte de renda para a massa de rendimento é proporcionalmente maior

para esse arranjo em comparação com os demais (Tabela 20). Conforme será visto adiante, há uma elevada taxa de desemprego para as pessoas de referência deste tipo de arranjo entre os pobres. Assim, a renda obtida por trabalhos ocasionais responde por 6,1% da massa de rendimento desses arranjos, o que supera o peso da contribuição das pensões e aposentadorias (5,4%) e das transferências de renda (4,4%).

Para os arranjos monoparentais isolados entre os domicílios pobres, a maior parte deles estaria nas fases de expansão e consolidação quanto ao ciclo de vida e possui chefia feminina. Em particular, há uma maior ocorrência de domicílios com pessoas de referência de 35 a 49 anos. Tais arranjos contam basicamente com um único provedor, o que restringe as suas possibilidades de ampliação da renda do trabalho. Além disso, o peso dos recursos dos programas de transferência de renda (9,1%) na massa de rendimento dessa configuração domiciliar supera o observado para os demais tipos de arranjos (Tabela 20).

Segundo Lavinias (2008), há um menor nível de participação e uma maior ocorrência de ocupações precárias para as mulheres chefes em comparação com homens chefes, com remuneração média inferior à registrada em ocupações regulamentadas, o que estaria associado à falta de políticas públicas que contribuam para a articulação trabalho-família, o que será discutido no estudo da segurança protetora. Isso explicaria o menor peso da renda do trabalho na massa de rendimento e, conseqüentemente, o baixo nível de rendimento *per capita* médio para esse tipo de arranjo domiciliar.

Os arranjos biparentais ampliados entre os pobres contam com uma proporção maior de pessoas de idade mais avançada (por exemplo, pai ou mãe da pessoa de referência) em comparação com os isolados, de modo que a contribuição da renda de pensões e aposentadorias é maior para esse tipo de arranjo (Tabela 20). No entanto, possivelmente por possuir um maior número de membros, os benefícios previdenciários não são suficientes para a provisão domiciliar, de modo que esses arranjos dependem do auxílio de programas de transferência de renda (5,8% da massa de rendimento).

Constata-se que a renda de pensões e aposentadorias (34,6%) é uma importante fonte de renda para os arranjos monoparentais com parentes entre os pobres (tabela 20). Os dados de composição domiciliar mostram que há uma maior ocorrência de pessoas de referência com idade de 50 anos ou mais nesse arranjo ampliado, o que justifica a maior participação

da renda de benefícios previdenciários para a provisão domiciliar desse tipo de arranjo em comparação com o arranjo isolado (Tabela 20).

Em relação aos núcleos aparentados pobres, os dados da PNAD (tabela 18) mostram que a sua principal fonte de renda é o trabalho (74,3%). Esses arranjos apresentam níveis de participação da renda do trabalho na massa de rendimento semelhantes aos observados para os arranjos biparentais com parentes (80,2%). Conforme a bibliografia discutida no capítulo 1, esse resultado parece reforçar o entendimento de que os núcleos aparentados da PNAD seriam melhor compreendidos, em termos sociológicos, não como um agrupamento de diferentes famílias residentes em um domicílio, mas como uma única família ampliada.

Verifica-se que os arranjos de casal sem filhos possuem o maior nível de rendimento domiciliar *per capita* médio entre os domicílios pobres (tabelas 15 e 16). Esses arranjos encontram-se na fase de dispersão do ciclo de vida, sendo formados preponderantemente por pessoas de referência e cônjuges de idade mais avançada, de forma que o peso da renda de pensões e aposentadorias é mais importante que o da renda do trabalho (tabelas 18 e 20).

Finalmente, ainda que representem menos de 5,0% do total de domicílios pobres, os arranjos unipessoais tiveram o menor nível de rendimento domiciliar *per capita* médio entre esses domicílios (tabelas 15 e 16). Conforme a PCV, os trabalhos ocasionais recebidos pelos indivíduos na condição de desempregados e inativos respondem por 45,1% da massa de rendimento (tabela 20), o que revela uma frágil manutenção das funções domésticas para esses arranjos. A sua estrutura etária evidencia a maior participação de indivíduos de 35 a 49 anos e de 50 a 64 anos. Desse modo, parece haver um considerável volume de pessoas em situação de desemprego nesse tipo de arranjo. Além disso, em termos das condições habitacionais, nota-se que entre as pessoas sozinhas há uma maior ocorrência de domicílios inadequados, o que parece decorrer da insuficiência de renda para adquirir ou alugar um domicílio adequado (FUNDAÇÃO SEADE, 2010).

Nesse sentido, a bibliografia discutida no capítulo 1 evidencia que o desemprego e a precarização do mercado de trabalho repercutem diretamente sobre o rendimento domiciliar. Adicionalmente, a inserção no mercado de trabalho pode variar de acordo com atributos pessoais, tais como sexo, idade ou grau de escolaridade. De modo particular, a divisão sexual do

trabalho doméstico dificulta gravemente a vida cotidiana das mulheres, com efeitos sobre a segurança protetora dos arranjos domiciliares pobres, conforme será discutido adiante.

3.3 Segurança protetora

A análise da privação de instrumentos econômicos está muito relacionada ao exame da existência de instrumentos de segurança protetora (*protective security*) para os arranjos domiciliares pobres. Conforme foi visto na bibliografia discutida no capítulo 1, esta capacidade é examinada por meio da condição de atividade e do acesso a mecanismos de proteção social.

Em termos de mercado de trabalho, há um menor nível de participação (Tabelas 21 a 24) e um maior nível de desemprego (Tabelas 25 a 29) entre os membros dos domicílios pobres, em ambas as pesquisas. Essa situação pode representar uma importante falta de segurança protetora para os membros dos arranjos domiciliares pobres, o que tende a ser agravado pelas características dos seus instrumentos econômicos e da sua composição domiciliar.

Tabela 21 - Taxa de participação segundo sexo e posição no domicílio, conforme a PNAD no Estado de São Paulo - 2006

	Em %	
Taxa de participação	Domicílios pobres	Total
Total	50,4	62,5
Sexo		
Homens	59,3	71,7
Mulheres	42,4	54,0
Posição no domicílio		
Pessoa de referência	76,5	75,6
Cônjuge	45,8	58,6
Filho	32,6	53,4
Outros	39,0	50,5
Homens		
Pessoa de referência	84,4	82,3
Cônjuge	...	82,8
Mulheres		
Pessoa de referência	61,2	59,2
Cônjuge	42,0	56,4

Fonte: Fundação IBGE - PNAD 2006

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

A taxa de participação no Estado de São Paulo é de 62,5% da população em idade ativa (PIA) segundo a PNAD (tabela 21) e 58,3% pela PCV (tabela 22). Contudo, para os indivíduos pertencentes aos domicílios pobres essa taxa se reduz para 50,4% pela PNAD (tabela 21) e 48,0% pela PCV (tabela 22).

Outro resultado que se verifica em ambas as pesquisas é a maior taxa de participação dos homens em comparação com a das mulheres, o que ocorre tanto para o total dos domicílios quanto para os domicílios pobres (tabelas 21 e 22).

Tabela 22 - Taxa de participação segundo sexo e posição no domicílio, conforme a PCV no Estado de São Paulo - 2006

		Em %
Taxa de participação	Domicílios pobres	Total
Total	48,0	58,3
Sexo		
Homens	55,9	67,4
Mulheres	41,5	50,2
Posição no domicílio		
Chefe	72,4	70,1
Cônjuge	44,8	52,6
Filho	29,6	51,6
Outros	36,4	46,3
Homens		
Chefe	79,7	77,1
Cônjuge	...	73,6
Mulheres		
Chefe	58,7	53,2
Cônjuge	43,9	51,6

Fonte: Fundação Seade - PCV 2006

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

Embora nas últimas décadas tenha ocorrido um forte aumento dos níveis de participação e de escolaridade das mulheres, os resultados confirmam a persistência de uma situação de desigualdade de gênero devido à manutenção da tradicional divisão sexual do trabalho doméstico. Os dados da PNAD em 2006 sobre afazeres domésticos confirmam que há uma maior dedicação das mulheres às funções domésticas no Brasil em comparação com os ho-

mens, o que se verifica nos arranjos monoparentais e naqueles formados por casal, com ou sem filhos (DEDECCA, RIBEIRO, ISHII, 2008).

A articulação trabalho-família para as mulheres pobres com filhos é mais difícil. Essa situação torna-se bastante complexa quando envolve arranjos com chefes e cônjuges jovens e sem outros parentes, que não contam com a renda de benefícios previdenciários e dependem basicamente da renda do trabalho. As mulheres dos arranjos biparentais e monoparentais isolados possuem predominantemente ocupações precárias, com menores níveis salariais, o que têm efeitos negativos sobre o rendimento domiciliar *per capita* médio, conforme apontam alguns autores (FUNDAÇÃO SEADE, 2007; SORJ, 2004).

Segundo Lavinias (2006), a presença de filhos provoca a redução do conjunto de oportunidades de emprego para as mulheres pobres, seja porque não podem adquirir os serviços de cuidado existentes no mercado, seja devido às limitações das políticas públicas de apoio ao cuidado com as crianças. Assim, essas mulheres tendem a adquirir ocupações precárias e com menor nível de qualificação que permitem a realização de uma jornada de trabalho mais reduzida e, assim, a concatenação entre o trabalho e as funções domésticas.

Nesse sentido, os resultados desta análise da PNAD e da PCV de 2006 mostram um importante diferencial de nível de participação em termos de posição no domicílio e de sexo, não somente entre os pobres, mas também para o conjunto da PIA. De modo particular, os níveis de participação e de ocupação feminina observados indicam uma situação de desigualdade de gênero.

A taxa de participação das pessoas de referência é superior a de cônjuges, filhos e outros parentes, em ambas as pesquisas. Esses resultados também se verificam entre os membros dos domicílios pobres. Para o conjunto dos domicílios paulistas, a taxa de participação para as pessoas de referência é de 75,6% pela PNAD (tabela 21) e 70,1% pela PCV (tabela 22), sendo que essas proporções são levemente superiores para os domicílios pobres: 76,5% pela PNAD e 72,4% pela PCV.

Em termos de sexo, a taxa de participação dos homens chefes de domicílio é superior a das mulheres chefes e cônjuges em ambas as pesquisas, não somente entre as pessoas pobres, mas para o conjunto da PIA. Também se constata que a taxa de participação das mulheres chefes é maior que a das mulheres cônjuges (tabelas 21 e 22).

A taxa de participação dos filhos para o conjunto dos indivíduos é de 53,4% pela PNAD e 51,6% pela PCV, enquanto que, entre os domicílios pobres, essas taxas são menores: 32,6% pela PNAD e 29,6% pela PCV (Tabelas 21 e 22). Essa menor taxa de participação dos filhos entre os pobres em comparação com o total da população pode ser atribuída à existência de uma maior proporção de filhos dependentes entre 10 e 18 anos nos domicílios pobres. A maior parte dos filhos está fora do mercado de trabalho porque só estudam, cuidam dos irmãos mais novos ou tornaram-se pais (ou mães) sem cônjuge e cuidam do seu filho.

Além disso, a ocorrência de filhos de 18 anos ou mais é menor entre os domicílios pobres em comparação com o total. Enquanto esse grupo de filhos está presente em um terço dos domicílios, entre os pobres a proporção é de 24,8% pela PNAD (tabela 12) e 24,1% pela PCV (tabela 13). Assim, a inserção dos filhos dessa faixa etária no mercado de trabalho permite um incremento do rendimento domiciliar.

A menor taxa de participação para o conjunto dos domicílios é a dos “outros parentes”, que constituem um grupo menor de indivíduos em comparação com chefes, cônjuges e filhos (tabelas 21 e 22). Uma hipótese para essa menor participação é a de que os outros parentes são formados preponderantemente por pessoas jovens fora do mercado de trabalho (por exemplo, netos da pessoa de referência ou do cônjuge do domicílio) ou por idosos que seriam aposentados e pensionistas.

Considerando a composição domiciliar discutida, somente uma pequena parcela dos arranjos domiciliares pobres possui pessoas idosas. Isso ocorre principalmente nos arranjos de casais sem filhos, em que a taxa de participação da pessoa de referência é inferior à média dos domicílios pobres (Tabelas 23 e 24), mas possuem um maior nível de rendimento *per capita* médio. Esses arranjos domiciliares com pessoas idosas podem contar com uma fonte estável de recursos – basicamente pensões e aposentadorias – que contribui para um maior nível de rendimento e constitui um elemento de segurança protetora, o que não ocorre nos arranjos biparentais e monoparentais com pessoas de referência e/ou cônjuges mais jovens e sem outros parentes, que dependem principalmente da renda do trabalho para a manutenção das funções domésticas.

A taxa de participação das pessoas de referência dos casais e filhos é a mais elevada entre os pobres em ambas as pesquisas (tabelas 23 e 24). Isso estaria relacionado ao fato de que

a renda domiciliar depende preponderantemente do trabalho, visto que a maior parte desses arranjos possui pessoas de referência das faixas etárias de 15 a 34 anos e de 35 a 49 anos.

Tabela 23 - Taxa de participação das pessoas de referência do domicílio, conforme a PNAD no Estado de São Paulo - 2006

	Em %	
Tipo de arranjo domiciliar	Domicílios pobres	Total
Total	76,5	75,6
Pessoa sozinha	...	58,1
Só casal	43,5	70,0
Casal e filhos	88,7	87,8
Casal com parentes	...	61,6
Monoparental	69,3	66,1
Monoparental e parentes	59,8	55,0
Biparental e parentes	85,3	82,6
Outros arranjos com parentes	...	66,9
Núcleos aparentados	64,3	63,8
Arranjos com não parentes

Fonte: Fundação IBGE - PNAD 2006

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

As pessoas de referências dos arranjos de chefe e filhos possuem uma taxa de participação inferior a observada para casal e filhos (tabelas 23 e 24). Tais arranjos possuem predominantemente chefia feminina, o que evidencia dificuldades para inserção no mercado de trabalho associadas à articulação trabalho-família.

A análise de instrumentos econômicos mostra que o rendimento *per capita* médio dos arranjos domiciliares pobres com pessoas na condição de filhos é extremamente baixo (tabelas 15 e 16) e, por conseguinte, insuficiente para cobrir os gastos do orçamento doméstico. Essa situação torna difícil o pagamento dos serviços privados de uma empregada, uma escola de educação infantil ou uma creche para o cuidado das crianças menores de seis anos. Nesse sentido, a ausência de políticas públicas de coletivização das atribuições familiares de cuidado das crianças prejudicaria não somente a inserção das mulheres com filhos no mercado de trabalho, mas a formação e o bem-estar das crianças (BARTHOLO, 2009), com possíveis efeitos sobre a condição de agente dessas crianças a longo prazo.

Tabela 24 - Taxa de participação das pessoas de referência do domicílio, conforme a PCV no Estado de São Paulo - 2006

		Em %
Tipo de arranjo domiciliar	Domicílios pobres	Total
Total	72,4	70,1
Pessoa sozinha	...	52,1
Só casal	35,6	60,0
Casal e filhos	86,5	84,1
Casal com parentes	...	61,2
Monoparental	66,5	63,9
Monoparental e parentes	51,6	52,1
Biparental e parentes	75,9	71,7
Outros arranjos com parentes	...	58,7
Núcleos aparentados	...	67,8
Arranjos com não parentes

Fonte: Fundação Seade - PCV 2006

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

Segundo Lavinias (2008), dois fatores importantes para o aumento da jornada de trabalho fora de casa e da renda das mulheres pobres com filhos são a presença de outro parente no domicílio que possa compartilhar o trabalho doméstico e a disponibilidade de creches e escolas de educação infantil em tempo integral.

No caso dos arranjos ampliados, uma mulher aposentada ou pensionista pode assumir algumas funções domésticas e contribuir para o incremento da renda domiciliar, facilitando a inserção das mães no mercado de trabalho. Contudo, a maior parte dos arranjos domiciliares pobres é formada por casal e filhos ou chefe e filhos. Tais arranjos não contam com outros parentes e, assim, a inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos dependeria essencialmente do acesso a serviços públicos de educação infantil.

Nesse sentido, pode ser feita uma análise mais aprofundada da educação infantil pelos dados da PCV. Em 2006, no Estado de São Paulo somente 45,0% das crianças de 0 a 6 anos frequentam creche ou pré-escola (anexo II). Além disso, cerca de 75,0% dessas crianças estão matriculadas em unidades de educação infantil públicas, 5,0% em unidades privadas sem pagamento e 20,0% unidades privadas com pagamento (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

Para o chefe da família ou seu cônjuge, pergunta-se qual é o principal motivo de não frequentar creche ou pré-escola. Os resultados são: “é muito cedo, a criança ainda é pequena” (38,5%), “tem quem cuide da criança em casa” (26,3%), “falta de vagas em creches públicas perto de casa ou do trabalho” (22,8%), “frequenta ensino fundamental” (3,8%), “acha que em casa se educa melhor” (2,1%) e outros motivos (6,4%) conforme Fundação Seade (2006a).

Assim, para os principais tipos de arranjos entre os domicílios pobres, possivelmente é a própria mãe quem se encarrega do cuidado das crianças de 0 a 6 anos, o que dificulta a sua inserção no mercado de trabalho. Também é possível que a mãe tenha um baixo nível de escolaridade, o que representa uma dificuldade adicional para o seu crescimento profissional e pode levá-la a realizar ocupações precárias na sua própria residência (por exemplo, costureira). A opção de ter alguém para cuidar da criança em casa envolveria o auxílio de outros parentes, amigos e vizinhos, o que facilitaria a procura de um trabalho fora de casa. Esse resultado pode estar relacionado à maior ocorrência de redes sociais para os membros dos domicílios pobres, como veremos mais adiante. Finalmente, confirma-se que uma parcela considerável dos domicílios aponta o problema da falta de vagas em creches públicas, confirmando uma lacuna da política educacional no Estado de São Paulo.

No entanto, chama a atenção o resultado a respeito do tempo de permanência das crianças que frequentam unidades de educação infantil, que também parece ser desfavorável para a inserção das mães no mercado de trabalho ou para o aumento das suas horas de trabalho fora de casa (anexo II). Constata-se que um terço das creches não oferece educação infantil em tempo integral, ou seja, pelo menos sete horas diárias de permanência no estabelecimento. Ademais, 90,0% das pré-escolas não oferecem educação infantil em tempo integral.

Para os chefes ou os cônjuges dos domicílios que disseram que as crianças de 0 a 6 anos frequentam estabelecimentos de educação infantil, a PCV também investiga com quem fica a criança após sair da creche ou pré-escola. Segundo Fundação Seade (2006a), as respostas são: com os pais (74,0%), com parentes maiores de 14 anos (19,7%), com parentes até 14 anos (1,1%), com empregada ou babá maior de 14 anos (2,7%), com vizinhos (1,9%), outras opções (0,7%).

Tais resultados confirmam a hipótese de que a oferta limitada de equipamentos públicos de educação infantil em tempo integral torna mais difícil articular as horas de trabalho dentro

e fora de casa das mulheres com filhos de 0 a 6 anos. Essa situação tende a ampliar a ocorrência de ocupações precárias entre as mulheres pobres com efeitos sobre os recursos econômicos domiciliares, de modo particular para os arranjos com casal e filhos e chefe e filhos.

Nesse sentido, além dos problemas relativos ao nível de participação, a taxa de desemprego para os membros dos domicílios pobres é substancialmente maior do que a observada para o total da população economicamente ativa (PEA), em ambas as pesquisas. De modo particular, a taxa de desemprego das mulheres é superior a dos homens.

De acordo com a bibliografia discutida no capítulo 2, a taxa de desemprego estimada pela PCV compreende o desemprego aberto e oculto, enquanto o da PNAD refere-se ao desemprego aberto. Segundo a PNAD (Tabela 25), a taxa de desemprego da PEA para os membros dos domicílios pobres (30,6%) é o triplo da observada para toda a PEA do Estado (10,2%). A PCV aponta uma taxa de desemprego total de 38,1% da PEA para os membros dos domicílios pobres e de 15,3% para o conjunto da PEA (Tabela 26).

Tabela 25 - Taxa de desemprego, segundo sexo e posição no domicílio, conforme a PNAD no Estado de São Paulo - 2006

		Em %
Taxa de desemprego	Domicílios pobres	Total
Total	30,6	10,2
Sexo		
Homens	23,7	7,7
Mulheres	39,3	13,3
Posição no domicílio		
Pessoa de referência	19,1	4,6
Cônjuge	36,8	10,2
Filho	48,4	18,3
Outros	33,4	14,2
Homens		
Pessoa de referência	15,6	3,6
Cônjuge
Mulheres		
Pessoa de referência	28,6	8,0
Cônjuge	39,6	10,5

Fonte: Fundação IBGE - PNAD 2006

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

Em termos da taxa de desemprego aberto, a PCV aponta uma taxa para os membros dos domicílios pobres de 27,3% e de 10,8% para toda a PEA do Estado (tabela 27). Assim,

quando se observa somente a taxa de desemprego aberto, as estimativas da PCV são mais próximas às da PNAD.

Observa-se um importante diferencial de ocupação em termos de sexo. Enquanto a taxa de desemprego dos homens é de 7,7% pela PNAD, para as mulheres é de 13,3%. Considerando os membros dos domicílios pobres, essas taxas se ampliam para 23,7% para os homens e 39,3% para as mulheres (tabela 25).

Segundo a PCV (tabela 26), a taxa de desemprego entre os homens atinge 12,8% e entre as mulheres 19,9%, sendo que entre os domicílios pobres a taxa masculina é de 32,3% e a taxa feminina é de 44,6%.

Tabela 26 - Taxa de desemprego, segundo sexo e posição no domicílio, conforme a PCV no Estado de São Paulo - 2006

	Em %	
Taxa de desemprego	Domicílios pobres	Total
Total	38,1	15,3
Sexo		
Homens	32,3	12,8
Mulheres	44,6	19,9
Posição no domicílio		
Chefe	25,6	8,1
Cônjuge	43,4	16,4
Filho	57,1	24,3
Outros	56,3	23,9
Homens		
Chefe	24,7	7,4
Cônjuge
Mulheres		
Chefe	27,8	11,9
Cônjuge	45,0	17,5

Fonte: Fundação Seade - PCV 2006

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

Além disso, a taxa de desemprego dos membros dos arranjos domiciliares pobres para todas as posições no domicílio é maior que a observada para o total da PEA. As pessoas de referência possuem os maiores níveis de ocupação em relação às demais posições em ambas

as pesquisas. Constatase também que a taxa de desemprego dos cônjuges é praticamente o dobro da taxa das pessoas de referência, para os membros dos domicílios pobres, tanto na PNAD (Tabela 25) quanto na PCV (Tabelas 26).

Em termos de sexo e posição no domicílio, verifica-se que a taxa de desemprego dos homens chefes de domicílio é menor que a das mulheres chefes e cônjuges, não somente entre as pessoas pobres, mas para toda a PEA (Tabelas 25 e 26).

Os resultados de taxa de desemprego em termos de sexo e posição no domicílio para o Estado de São Paulo são semelhantes aos resultados observados para o Brasil por Lavinas (2006). Segundo essa autora, a inserção feminina no mercado de trabalho, em todas as classes de renda, é mais desfavorável para a posição de cônjuge em comparação com as chefes de domicílio. É possível que a posição subalterna da cônjuge esteja mais relacionada com o baixo nível de participação do que com a presença de prole. Devido à tradicional divisão sexual do trabalho doméstico, o custo social da conjugalidade seria maior para as mulheres do que para os homens, pois prejudica a sua trajetória ocupacional. Assim, a sobrecarga de jornada de trabalho é evidente tanto para as mulheres chefes dos arranjos monoparentais, que têm de assumir exclusivamente a responsabilidade pela provisão econômica, quanto para as mulheres cônjuges, pelas restrições ao seu crescimento profissional.

O desemprego atinge níveis elevados para pessoas na condição de filhos. Há uma maior taxa de desemprego para essas pessoas em comparação com chefes e cônjuges em ambas as pesquisas (Tabelas 25 e 26). A maior parte dos filhos das pessoas de referência que estão no mercado de trabalho são jovens entre 18 e 24 anos, que enfrentam dificuldades para conseguir o seu primeiro emprego. À medida que a pessoa adquire mais anos de escolaridade ou mais experiência no mercado de trabalho, tende a se ampliar os níveis de ocupação e o rendimento médio do trabalho (FUNDAÇÃO SEADE, 2007).

A taxa de desemprego para outros parentes também é elevada (Tabelas 25 e 26). Como vimos para as taxas de participação, é possível que a maior parte dessas posições envolva netos ou pais da pessoa de referência (ou do cônjuge) do domicílio, ou seja, jovens ou idosos com dificuldades para adquirir uma nova ocupação.

Os dados da PCV confirmam os maiores níveis de desemprego oculto experimentados pelas pessoas pobres em comparação com o total da PEA, para todas as posições no domicílio (Tabela 27). As maiores taxas de desemprego oculto são verificadas para filhos e outros parentes. Observa-se também que a taxa de desemprego aberto e oculto das mulheres cônjuges é superior a das chefes.

Tabela 27 - Taxa de desemprego total, aberto e oculto, segundo sexo e posição no domicílio, conforme a PCV no Estado de São Paulo - 2006

Taxa de desemprego	Domicílios pobres			Total		
	Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto
Total	38,1	27,3	10,8	15,3	10,8	4,5
Sexo						
Homens	32,3	21,3	10,9	12,8	8,5	4,3
Mulheres	44,6	33,9	10,7	19,9	14,6	5,3
Posição no domicílio						
Chefe	25,6	17,0	8,6	8,1	5,1	3,0
Cônjuge	43,4	31,6	11,8	16,4	11,7	4,7
Filho	57,1	42,8	14,3	24,3	18,1	6,3
Outros	56,3	42,5	13,8	23,9	17,7	6,2
Homens						
Chefe	24,7	15,5	9,2	7,4	4,5	3,0
Cônjuge
Mulheres						
Chefe	27,8	20,8	7,0	11,9	8,1	3,9
Cônjuge	45,0	32,9	12,2	17,5	12,5	5,0

Fonte: Fundação Seade - PCV 2006

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

Em termos da classificação domiciliar, as taxas de desemprego para as pessoas de referência de todos os tipos de arranjo entre os arranjos domiciliares pobres são superiores às observadas para o total, em ambas as pesquisas (tabelas 28 e 29). Tais arranjos possuem predominantemente pessoas de referência de grupos etários mais jovens, de modo que estão mais expostos ao desemprego (FUNDAÇÃO SEADE, 2007). Além disso, como veremos adiante, as pessoas de referência dos arranjos domiciliares pobres possuem menor nível de

escolaridade, o que tende a dificultar a sua inserção no mercado de trabalho e ampliar a ocorrência de ocupações precárias e com baixo nível de remuneração (LAVINAS, 2008).

Tabela 28 - Taxa de desemprego das pessoas de referência do domicílio, segundo tipo de arranjo domiciliar, conforme a PNAD no Estado de São Paulo - 2006

	Em %	
Tipo de arranjo domiciliar	Domicílios pobres	Total
Total	19,1	4,6
Pessoa sozinha	...	3,5
Só casal	28,3	3,4
Casal e filhos	14,8	4,0
Casal com parentes	...	4,9
Monoparental	27,6	7,7
Monoparental e parentes	24,6	8,1
Biparental e parentes	10,3	3,3
Outros arranjos com parentes	...	7,6
Núcleos aparentados	16,4	5,3
Arranjos com não parentes

Fonte: Fundação IBGE - PNAD 2006

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

Portanto, as mulheres na condição de pessoa de referência dos arranjos monoparentais e de cônjuge dos arranjos biparentais enfrentam maiores dificuldades para ingressar no mercado de trabalho, pois não contam com a ajuda de outros parentes para o cuidado dos filhos ou com acesso a educação infantil em período integral e tendem a procurar ocupações precárias com horário de trabalho mais flexível, tais como o trabalho autônomo (por exemplo, ocupações de vendedores de produtos cosméticos ou de costureira que trabalha em casa) ou serviços domésticos (ARRIAGADA, 2004; FUNDAÇÃO SEADE, 2007). Adicionalmente, o menor nível de escolaridade, principalmente para mulheres de coortes mais antigas, tende a reforçar o ingresso no mercado de trabalho em ocupações precárias (BRUSCHINI; RICOLDI, 2009).

Tabela 29 - Taxa de desemprego das pessoas de referência do domicílio, segundo tipo de arranjo domiciliar, conforme a PCV, no Estado de São Paulo - 2006

Em %		
Tipo de arranjo domiciliar	Domicílios pobres	Total
Total	25,6	8,1
Pessoa sozinha	...	7,4
Só casal	40,4	5,5
Casal e filhos	22,3	7,0
Casal com parentes	...	10,4
Monoparental	27,3	13,6
Monoparental e parentes	22,6	11,0
Biparental e parentes	22,4	7,2
Outros arranjos com parentes	...	11,8
Núcleos aparentados	...	11,5
Arranjos com não parentes

Fonte: Fundação Seade - PCV 2006

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

As condições desfavoráveis de mercado de trabalho para os membros dos domicílios pobres parecem ampliar a exposição à pobreza e restringir a segurança protetora. Pode-se dizer que algumas características da composição domiciliar prejudicam os níveis de participação e ocupação dos membros dos arranjos domiciliares pobres, em particular daqueles com pessoas de referência ou cônjuges jovens e com a presença de filhos, principalmente crianças e adolescentes até 14 anos. Adicionalmente, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho podem ser mais intensas para mulheres pobres porque envolvem a questão de gênero relativa ao dilema envolvido no tempo dedicado aos afazeres domésticos e ao mercado de trabalho.

Pode-se concluir que a ampliação da oferta pública de educação infantil em tempo integral contribuiria enormemente para a inserção das mulheres com filhos no mercado de trabalho e para o aumento da renda do trabalho, pois permitiria a obtenção de empregos menos precários e beneficiaria o seu crescimento profissional.

Além disso, devido ao seu peso no conjunto da população, os arranjos domiciliares pobres formados por arranjos biparentais e monoparentais e com pessoa desempregada teriam de ser alvos prioritários dos programas públicos de transferência de renda.

Os arranjos pobres com casal sem filhos e com pessoa desempregada também poderiam ser um alvo desses programas públicos de transferência de renda. Ainda que uma parte desses arranjos possa contar com a renda de pensões e aposentadorias, essa fonte de renda parece não ser suficiente para a manutenção das funções domésticas.

Os domicílios unipessoais pobres possuem um nível extremamente baixo de rendimento *per capita* médio. Ainda que não seja possível verificar a estimativa do nível de desemprego desses arranjos pobres, o peso da renda de trabalhos ocasionais permite supor que seja mais elevado em comparação com o total dos domicílios. Assim, as pessoas só desempregadas poderiam ser também um alvo dos programas públicos de transferência de renda.

A fim de avaliar a segurança protetora associada aos programas sociais governamentais de transferência de renda, examina-se o nível de acesso dos domicílios a esses programas segundo a classificação de arranjos domiciliares.

Os programas de transferência de renda parecem atender a população mais pobre no Estado de São Paulo em 2006, pois enquanto esses programas contribuem com 0,4% da massa de rendimentos do total dos domicílios (Tabela 19), entre os domicílios pobres essa proporção é de 5,1% (Tabela 20).

Segundo a PCV e a PNAD, quase um milhão de domicílios recebe ajuda dos programas públicos de complementação de renda, o que equivale a cerca de 8,0% do total de domicílios (Tabelas 30 e 31). Entre os arranjos domiciliares pobres, o nível de cobertura dos programas de transferência de renda é de cerca de 30,0% em ambas as pesquisas. Assim, existe um nível razoável de focalização do conjunto dos programas de complementação de renda, ainda que atinjam menos de um terço dos domicílios pobres.

Em ambas as pesquisas, o maior nível de acesso a algum programa de transferência de renda segundo a classificação dos arranjos domiciliares é encontrado para os arranjos pobres com filhos, ou seja, casal e filhos, biparental e parentes, monoparental, monoparental e parentes, núcleos aparentados (Tabelas 30 e 31). Esses arranjos possuem as maiores taxas de desemprego para as pessoas de referência, de modo que carecem de recursos para a manutenção das funções domésticas e, de fato, necessitam desse tipo de complementação de renda.

Tabela 30 - Acesso a programas de transferência de renda, segundo tipo de arranjo domiciliar, conforme a PCV no Estado de São Paulo - 2006

Em %

Tipo de arranjo domiciliar	Domicílios pobres		Total	
	Tem acesso	Não tem acesso	Tem acesso	Não tem acesso
Total	28,4	71,6	8,3	91,7
Pessoa sozinha	0,5	99,5
Só casal	4,0	96,0	0,9	99,1
Casal e filhos	31,2	68,8	10,2	89,8
Monoparental	32,8	67,2	14,1	85,9
Monoparental e parentes	28,2	71,8	14,4	85,6
Biparental e parentes	41,6	58,4	12,7	87,3
Outros arranjos com parentes	2,7	97,3
Núcleos aparentados	46,7	53,3	15,1	84,9
Arranjos com não parentes

Fonte: Fundação Seade - PCV 2006

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

Os resultados obtidos pela PNAD são semelhantes aos da PCV, com exceção de alguns arranjos ampliados. Nota-se que, entre os domicílios pobres, há uma menor proporção de arranjos biparentais com parentes e de núcleos aparentados com acesso a algum programa de transferência de renda na PNAD em comparação com a PCV. Essa variação estaria relacionada às diferenças metodológicas relativas à medição de famílias conviventes em um domicílio dessas pesquisas, pois uma parcela dos núcleos aparentados pela PNAD seria considerada como arranjos biparentais com parentes pela PCV.

Chama a atenção o baixo nível de acesso a programas de transferência de renda para os arranjos com pessoa sozinha e só casal. Segundo Bartholo (2009), o desenho e o próprio nome do Programa Bolsa Família (PBF) podem induzir a percepção de que pessoas de arranjos domiciliares sem filhos não poderiam se inscrever nesse programa, ainda que tenham esse direito conforme as regras de cadastro. A expressiva representatividade do PBF entre os programas sociais explicaria, em parte, a menor proporção de acesso para os arranjos formados por casais sem filhos e pessoas sozinhas.

Tabela 31 - Acesso a programas de transferência de renda, segundo tipo de arranjo domiciliar, conforme a PNAD no Estado de São Paulo - 2006

Em %

Tipo de arranjo domiciliar	Domicílios pobres		Total	
	Tem acesso	Não tem acesso	Tem acesso	Não tem acesso
Total	27,9	72,1	7,8	92,2
Pessoa sozinha	0,8	99,2
Só casal	5,5	94,5	1,5	98,5
Casal e filhos	30,9	69,1	9,5	90,5
Monoparental	30,0	70,0	9,9	90,1
Monoparental e parentes	30,4	69,6	13,0	87,0
Biparental e parentes	29,3	70,7	12,2	87,8
Outros arranjos com parentes	6,8	93,2
Núcleos aparentados	33,5	66,5	14,7	85,3
Arranjos com não parentes

Fonte: Fundação IBGE - PNAD 2006

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

Conforme Fundação Seade (2006c), os três maiores programas governamentais de complementação de renda no Estado de São Paulo são o Programa Bolsa Família (PBF), o Programa Renda Cidadã e os Programas de Renda Mínima das Prefeituras Municipais.⁴ Tais programas se caracterizam por um conjunto de ações similares quanto à definição de público-alvo e pelo cumprimento de condicionalidades ou compromissos relativos à educação e saúde pelas famílias beneficiárias.

Tanto os resultados da PNAD quanto da PCV mostram que o PBF é o programa governamental de transferência de renda com maior nível de cobertura no Estado de São Paulo. Em torno de 75,0% do total de arranjos domiciliares do Estado com acesso a algum programa de transferência de renda recebem recursos do PBF. Entre os domicílios pobres, essa proporção amplia-se para cerca de 85,0%.

⁴ Em conjunto, Programa Bolsa Família, Renda Cidadã e Renda Mínima respondem por mais de 90,0% das famílias atendidas por programas públicos de transferência de renda no Estado de São Paulo (anexo III).

Ambas as pesquisas medem o nível de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), que atende pessoas idosas e portadoras de necessidades especiais em situação de risco social com renda *per capita* familiar inferior a um quarto do salário mínimo vigente (BRASIL, 2011). Contudo, não foi possível desagregar os dados para os domicílios pobres porque as estimativas estão acima do coeficiente de variação definido para esta análise.

A PNAD avalia especificamente se as pessoas que receberam o Benefício de Prestação Continuada (BPC) pertencem à sua população-alvo, ou seja, pessoas idosas e pessoas portadoras de necessidades especiais. Confirma-se que mais de 95,0% dos domicílios com acesso ao BPC possuem pessoas com esses atributos.

Os resultados da PCV permitem verificar a existência de complementaridade entre os programas de transferência de renda e os de transferência não monetária. De acordo com Fundação Seade (2006c), em relação às famílias atendidas pelos três programas sociais com maior cobertura no Estado de São Paulo, nota-se que apenas 30,0% delas têm acesso a benefícios públicos de ajuda não monetária: benefícios alimentícios (cesta básica, leite e outros alimentos), medicamentos e roupas. Entre as famílias atendidas e que têm acesso a algum desses benefícios, cerca de 85,0% delas recebem doações de medicamentos, 31,5% recebem benefícios alimentícios e o volume de benefícios relativos a roupas é quase nulo.

Segundo a análise de Fundação Seade (2006c), a PCV permite investigar os efeitos propiciados pelos programas de transferência de renda sobre percepção de pobreza quanto à capacidade financeira de cobrir gastos com diferentes itens do orçamento doméstico. Assim, é feita uma comparação entre famílias-alvo dos programas de transferência de renda e famílias atendidas: (i) famílias atendidas: corresponde a todas as famílias beneficiárias de pelo menos um dos três programas sociais com maior cobertura no Estado, independentemente do rendimento auferido; (ii) famílias-alvo: corresponde a todas as famílias cuja renda mensal familiar *per capita* seja igual ou inferior a R\$120,00 independentemente de serem ou não beneficiárias dos programas sociais analisados.⁵

⁵ O rendimento familiar *per capita* de R\$120,00 corresponde ao parâmetro adotado pelo Programa Bolsa Família em 2006 (FUNDAÇÃO SEADE, 2006c).

Os resultados sobre percepção de pobreza quanto à capacidade financeira são apresentados na tabela 32. A proporção de famílias atendidas e famílias-alvo que declaram não ter capacidade financeira para cobrir gastos com itens do orçamento doméstico é maior do que a do total das famílias, um resultado esperado para famílias em situação de pobreza. No entanto, a comparação entre famílias atendidas e famílias-alvo indica uma situação um pouco mais favorável para o grupo de famílias atendidas. Assim, as transferências de renda contribuem para a diminuição das restrições orçamentárias e a ampliação do consumo de itens básicos da estrutura de gastos domésticos das famílias atendidas. A percepção da capacidade de cobrir gastos das famílias atendidas em comparação com as famílias-alvo é maior, de modo particular, para os gastos de alimentação, medicamentos, transporte e bens comprados a prazo (FUNDAÇÃO SEADE, 2006c).

Tabela 32 - Distribuição das famílias pesquisadas que declaram realizar gastos com itens do orçamento doméstico, por grupos e percepção da capacidade da família em cobrir esses gastos, segundo itens selecionados, no Estado de São Paulo - 2006

Em %

Itens do orçamento doméstico	Famílias atendidas pelos programas sociais (1)			Famílias-alvo (2)			Total		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Alimentação	64,2	35,8	100,0	54,6	45,4	100,0	82,6	17,4	100,0
Medicamentos	47,2	52,8	100,0	41,7	58,3	100,0	75,7	24,3	100,0
Transporte	59,9	40,1	100,0	49,8	50,2	100,0	82,0	18,0	100,0
Prestação de Carro, Eletrodoméstico, Outros Bens Comprados a Prazo	51,0	49,0	100,0	37,3	62,7	100,0	73,2	26,8	100,0
Aluguel/Prestação de Moradia	80,4	19,6	100,0	74,4	25,6	100,0	86,6	13,4	100,0
Água, Luz, Gás, Telefone, IPTU, Lixo, Condomínio	71,6	28,4	100,0	63,0	37,0	100,0	86,0	14,0	100,0

Fonte: Fundação Seade (2006c)

(1) Famílias Atendidas pelo Programa Bolsa Família, Programa Renda Cidadã e/ou Renda Mínima.

(2) Famílias-Alvo são aquelas com renda familiar *per capita* até R\$120,00.

Portanto, esses resultados indicam que os programas de complementação de renda atuam efetivamente como instrumentos de proteção social, pois são eficientes em termos da focalização do atendimento para os arranjos domiciliares pobres, em particular para aqueles com

crianças e adolescentes. Tais programas ampliam, em parte, a capacidade financeira de cobrir gastos com orçamento doméstico. No entanto, o nível de cobertura dos programas – abaixo de 30,0% do total de domicílios pobres em 2006 – ainda pode ser considerado insatisfatório para a segurança protetora da população pobre do Estado.

Além disso, dada a relevância da presença de pessoas idosas e pessoas portadoras de necessidades especiais entre os arranjos domiciliares pobres, seriam necessários novos estudos que avaliem especificamente a cobertura previdenciária e do BPC e os efeitos desses benefícios previdenciários e assistenciais sobre a condição de agente dessas pessoas.

As redes sociais de solidariedade também podem atuar como instrumentos de segurança protetora. Nesse sentido, a PCV permite avaliar a efetividade das redes de apoio à vizinhança em termos de proteção social para os arranjos domiciliares pobres.

A análise realizada por Fundação Seade (2006c) investiga os dados da PCV sobre a existência de participação em redes de apoio à vizinhança, por meio de favores tais como empréstimos de alimentos e mantimentos, dinheiro, utensílios ou equipamentos domésticos, ajuda em reformas e construções e cuidado de crianças, idosos ou doentes. A tabela 33 aponta que há um maior nível de participação em redes de apoio à vizinhança nas famílias-alvo (42,1%) em relação ao total de famílias (25,1%). A ocorrência dessas redes sociais de solidariedade mantém-se para as famílias atendidas pelos programas sociais. Assim, esses resultados estão de acordo com a literatura que mostra a relevância das redes sociais como instrumentos complementares de segurança protetora para as famílias em situação de pobreza.

Tabela 33 - Distribuição das famílias pesquisadas, por grupos, segundo participação em redes de apoio à vizinhança nos últimos 12 meses no Estado de São Paulo - 2006

Em %			
Participação em redes de apoio	Famílias atendidas pelos programas sociais (1)	Famílias-alvo (2)	Total
Total	100,0	100,0	100,0
Sim	41,9	42,1	25,1
Não	58,1	57,9	74,9

Fonte: Fundação Seade (2006c)

(1) Famílias Atendidas pelo Programa Bolsa Família, Programa Renda Cidadã e/ou Renda Mínima.

(2) Famílias-Alvo são aquelas com renda familiar *per capita* até R\$120,00.

3.4 Oportunidades sociais

As oportunidades sociais (*social opportunities*) são analisadas por meio da escolaridade das pessoas de referência do domicílio conforme a classificação de arranjos domiciliares e do acesso a equipamentos sociais.

A dinâmica atual da economia paulista e das suas regiões mais industrializadas requer um elevado grau de escolaridade que parece estar muito além do observado entre os membros dos arranjos domiciliares pobres. Segundo Araújo (2001), a reestruturação produtiva ampliou as exigências de escolaridade e de qualificação profissional para as ocupações dos segmentos industriais mais modernos e para os serviços especializados voltados à produção na Região Metropolitana de São Paulo, o que parece ter ocorrido também no Estado. Para uma parcela significativa dessas ocupações exige-se ao menos ensino médio completo. Somente ocupações precárias relacionadas a serviços pessoais aceitam pessoas com nível de escolaridade fundamental ou inferior, com menores remunerações em relação aos serviços especializados voltados à produção (ARAÚJO, 2001).

Assim, diversos trabalhos mostram que a falta de níveis adequados de escolaridade restringem as oportunidades de emprego e de mobilidade social no Brasil (LOPES; MACEDO; MACHADO, 2003; LAVINAS, 2008). Segundo Fundação Seade (2008), a taxa de desemprego observada para indivíduos com ensino médio completo é menor do que a observada para pessoas com grau inferior de escolaridade no Estado de São Paulo.

Os resultados da PNAD e da PCV confirmam a existência de reduzidos níveis de escolaridade entre as pessoas de referência dos domicílios pobres em comparação com o total de domicílios. Observa-se que metade das pessoas de referência possui ensino fundamental completo, ou seja, contam com pelo menos oito anos de escolaridade (tabela 34). Porém, entre os arranjos domiciliares pobres, somente 30,0% das pessoas de referência concluíram o ensino fundamental (Tabela 35).

Tabela 34 - Distribuição das pessoas de referência dos domicílios, segundo tipo de arranjo domiciliar e grupos de anos de escolaridade - Estado de São Paulo - 2006

Em %

Tipo de arranjo domiciliar	Grupos de anos de escolaridade									
	PNAD					PCV				
	0-7	8-10	11-14	15 ou mais	Total	0-7	8-10	11-14	15 ou mais	Total
Total	47,8	14,8	26,4	11,0	100,0	52,1	13,8	25,4	8,6	100,0
Pessoa sozinha	6,4	1,3	2,9	1,6	12,2	7,0	1,5	2,9	1,5	12,8
Só casal	6,2	1,6	3,6	1,8	13,2	7,0	1,5	3,5	1,4	13,4
Casal e filhos	19,2	7,9	13,1	5,2	45,4	19,5	7,1	12,3	3,6	42,6
Casal com parentes	0,8	...	0,3	...	1,4	0,9	...	0,3	...	1,4
Monoparental	6,0	1,7	2,9	0,9	11,4	7,4	1,6	2,8	1,0	12,9
Monoparental e parentes	1,7	0,4	0,5	...	2,7	3,5	0,5	1,0	...	5,1
Biparental e parentes	1,7	0,7	0,9	...	3,6	3,7	0,9	1,3	...	6,2
Outros arranjos com parentes	1,8	0,5	1,3	0,6	4,2	2,0	0,4	1,1	0,5	4,0
Núcleos apartados	4,0	0,7	1,0	...	5,8	0,9	1,4
Arranjos com não parentes

Fonte: Fundação Seade - PCV 2006; Fundação IBGE - PNAD 2006

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

Há um volume ainda menor de pessoas de referência com ensino médio completo. Constatou-se que pouco mais de um terço das pessoas de referência dos arranjos domiciliares possui ensino médio completo. Entre os domicílios pobres essa proporção diminuiu para 15,0%. Além disso, enquanto aproximadamente 10,0% das pessoas de referência possuem 15 anos ou mais de escolaridade – o que corresponde a ensino superior completo ou incompleto –, essa proporção é praticamente nula entre as pessoas de referência dos domicílios pobres.

Essa considerável sobre-representação de pessoas de referência com menos de oito anos de escolaridade entre os domicílios pobres ocorre em todos os tipos de arranjos domiciliares, em ambas as pesquisas (Tabela 35). Desse modo, persiste uma situação de inferioridade em termos educacionais entre os domicílios pobres.

Tabela 35 - Distribuição das pessoas de referência dos domicílios pobres, segundo tipo de arranjo domiciliar e grupos de anos de escolaridade no Estado de São Paulo - 2006

Em %

Tipo de arranjo domiciliar	Grupos de anos de escolaridade									
	PNAD					PCV				
	0-7	8-10	11-14	15 ou mais	Total	0-7	8-10	11-14	15 ou mais	Total
Total	68,3	16,0	15,1	...	100,0	70,8	14,7	14,3	...	100,0
Pessoa sozinha	3,0	4,5	3,1	4,6
Só casal	4,0	5,0	5,4	6,1
Casal e filhos	34,6	10,3	8,7	...	53,9	33,1	8,2	7,8	...	49,2
Casal com parentes
Monoparental	10,8	2,5	2,5	...	15,8	14,0	3,2	3,4	...	20,7
Monoparental e parentes	3,6	4,6	5,8	7,2
Biparental e parentes	2,5	3,8	5,3	7,0
Outros arranjos com parentes	2,8	3,5	1,8	2,6
Núcleos aparentados	6,3	8,0
Arranjos com não parentes

Fonte: Fundação Seade - PCV 2006; Fundação IBGE - PNAD 2006

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

Nesse sentido, segundo dados da PCV, constata-se que os níveis de escolaridade observados entre os jovens das famílias de baixa renda são muito inferiores aos observados para aqueles das famílias mais ricas. Seria esperado que a maior parte dos jovens de 18 a 24 anos tivesse ensino médio completo. Porém, enquanto cerca de 90,0% dos jovens das famílias do 5º quintil do rendimento familiar *per capita* concluíram o ensino médio, para o 1º quintil essa proporção se reduz para um terço em 2006 (FUNDAÇÃO SEADE, 2006a).

As principais variações dos resultados de escolaridade das pesquisas domiciliares se observam entre as pessoas de referência dos arranjos ampliados. Há volumes discrepantes de núcleos aparentados, arranjos biparentais com parentes e monoparentais com parentes, um resultado esperado por causa das diferenças metodológicas de contagem das famílias conviventes em um arranjo domiciliar.

Portanto, apesar da retomada da atividade econômica na década de 2000, o menor nível de escolaridade entre os membros dos domicílios pobres constitui uma restrição de oportunidades sociais. Essa situação restringe os instrumentos econômicos e a segurança protetora pelos efeitos desfavoráveis que possui sobre a inserção no mercado de trabalho e a mobilidade social.

Além do nível de escolaridade, as oportunidades sociais podem ser analisadas em termos da existência de equipamentos sociais, públicos ou privados, próximos aos domicílios pobres, o que é feito para alguns equipamentos de educação, saúde, esporte, cultura e lazer com dados da PCV.

Conforme discutido na bibliografia pertinente, a presença de um equipamento social tende a ampliar ou reforçar o capital social das comunidades pobres. A tabela 36 apresenta a condição de acesso dos moradores a esses equipamentos em termos do total dos arranjos domiciliares e somente entre os pobres.

Tabela 36 - Proporção de domicílios, segundo equipamentos sociais localizados próximos à moradia no Estado de São Paulo - 2006

	Em %	
Equipamentos sociais e outros próximos à moradia	Domicílios pobres	Total
Educação		
Creche	60,2	57,4
Escola de Ensino Fundamental	75,0	75,9
Escola de Ensino Médio	63,4	66,4
Saúde		
Hospital/Pronto-Socorro/ Clínicas Médicas	22,5	29,3
Centro ou Posto de Saúde	62,8	60,7
Outros equipamentos		
Equipamentos de Cultura e Esporte (1)	19,0	26,1
Praça ou Parque Público	39,1	48,7

Fonte: Fundação Seade - PCV 2006

(1) Inclui clube esportivo, associação cultural, centro de lazer, cinema, teatro, quadra de escola de samba, etc.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

A proporção de acesso a escolas de ensino fundamental para o total de domicílios e entre os pobres é de cerca de 75,0%. Contudo, o nível de acesso para as escolas de ensino médio é

menor. Assim, o nível de acesso poderia ser ampliado por meio da criação de unidades educativas mais próximas aos arranjos domiciliares pobres, porque possuem uma maior ocorrência de pessoas na condição de filhos menores de 18 anos em comparação com o total dos domicílios.

Em termos da educação infantil, as creches foram consideradas próximas para 57,4% dos membros dos domicílios, sendo que entre os domicílios pobres essa proporção é de 60,0%. Contudo, dado que há uma maior ocorrência de pessoas na condição de filhos de zero a seis anos entre os domicílios pobres em comparação com o total, seria esperada uma proporção ainda maior de creches nas comunidades pobres. Além disso, ainda que existam creches públicas nas comunidades pobres, a oferta de vagas é insuficiente para atender a demanda.

Observa-se a existência de um centro ou um posto de saúde próximo ao local de residência para cerca de 60,0% dos arranjos domiciliares, o que também ocorre entre os pobres. A proximidade de hospital, pronto-socorro ou clínicas médicas é menor. Enquanto 29,3% dos moradores declaram ter tais equipamentos próximos ao domicílio, essa ocorrência diminui para 22,5% entre os pobres.

Um resultado expressivo se refere ao atendimento do Programa Saúde da Família (PSF). Entre 1998 e 2006 teria ocorrido uma importante expansão do PSF no país, segundo Monteiro *et al.* (2009). Contudo, a PCV aponta que, nos doze meses anteriores à pesquisa, enquanto a proporção de domicílios que recebeu pelo menos uma visita do PSF é de 26,7% para o total de domicílios, entre os pobres é um pouco maior (33,1%). Assim, confirma-se que ainda existe um nível reduzido de cobertura do PSF no Estado de São Paulo em 2006.

Finalmente, os equipamentos de esporte, lazer e cultura são mais escassos entre os domicílios pobres em comparação com o total. Enquanto a proporção de equipamentos de cultura e esporte próximos ao domicílio é de 26,1% para o total de domicílios, entre os pobres essa proporção se reduz para 19,0%. Observa-se também um menor nível de acesso a praças e parques para os arranjos domiciliares pobres, o que demonstra a menor presença do Estado nas comunidades pobres.

3.5 Liberdades políticas e garantias de transparência

As liberdades políticas (*political freedoms*) e as garantias de transparência (*transparency guarantees*) podem ser parcialmente avaliadas pelas pesquisas domiciliares. Algumas informações dessas pesquisas podem ajudar a conhecer melhor as liberdades políticas relativas à participação associativa e à garantia da fruição dos direitos civis por parte dos órgãos governamentais. As garantias de transparência podem ser analisadas no aspecto referente à existência de documentação da posse do imóvel para os arranjos domiciliares pobres.

Em relação à participação associativa, a PNAD permite mensurar o nível de associação a sindicatos das pessoas ocupadas no período de referência de 365 dias. Constatou-se que mais de 20,0% das pessoas de referência ocupadas dos arranjos domiciliares são associadas a algum sindicato. Essa participação se reduz para cerca de 10,0% entre as pessoas de referência dos arranjos domiciliares pobres.

A PCV permite um escopo maior de análise da participação associativa em relação à PNAD. A Tabela 37 apresenta os resultados de participação associativa conforme a PCV. Percebe-se que o nível de participação cidadã para as pessoas de referência dos arranjos domiciliares pobres (24,3%) é um pouco inferior ao das pessoas de referência do total dos domicílios (27,7%). As atividades com maior nível de participação são de caráter religioso, ligada a entidades evangélicas e católicas. Em seguida, destacam-se a participação em atividades de sindicatos de trabalhadores ou patronais e o trabalho voluntário.

O menor nível de participação em associações culturais ou esportivas das pessoas de referência dos domicílios pobres em comparação com o total dos domicílios pode ser explicado, em parte, pelo acesso restrito a equipamentos de cultura e esporte, o que foi discutido anteriormente em termos das oportunidades sociais.

Tabela 37 - Proporção dos domicílios, segundo participação associativa da pessoa de referência no Estado de São Paulo - 2006

Em %		
Participação associativa	Domicílios pobres	Total
Total	24,3	27,7
Associação de bairro ou de moradores	...	3,6
Partido ou associação política	...	2,5
Associação ou movimento ligados à luta de minorias (1)	...	1,0
Associação de Pais e Mestres	...	1,2
Associações culturais ou esportivas (2)	...	7,0
Ação Pastoral ou Comunidade Eclesial de Base	...	1,7
Atividades de Igrejas Católicas	32,7	37,0
Atividades de Igrejas Evangélicas	55,9	40,4
Atividades de outras religiões (3)	...	4,4
Sindicato de trabalhadores ou patronal	4,7	10,4
Atividades de trabalho voluntário	7,8	11,8

Fonte: Fundação Seade - PCV 2006

(1) Negro, mulher, homossexuais, meninos de rua e outros.

(2) Time de futebol, clube esportivo, escola de samba, grupos de dança, música ou teatro.

(3) Cultos afro-brasileiros (umbanda e candomblé) ou espiritismo kardecista.

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%

Uma garantia de transparência relevante para os membros de um domicílio é a que se refere à documentação de posse da moradia. A tabela 38 apresenta os resultados sobre formas de apropriação de moradia com dados da PCV. Percebe-se que pouco mais de 20,0% dos domicílios são apropriados como aluguéis, tanto para o total de domicílios como entre os pobres.

Os domicílios apropriados por ocupação ou invasão respondem por cerca de 10,0% dos domicílios pobres, de modo que os moradores desses domicílios encontram-se claramente em uma situação de insegurança em relação à posse do imóvel.

Os domicílios próprios e cedidos respondem por 73,7% do total de domicílios, sendo que essa proporção se reduz para 67,7% entre os pobres. Essa seria a situação mais segura do ponto de vista da apropriação do domicílio. No entanto, a PCV investiga a documentação

de posse dos domicílios próprios e cedidos e constata-se que uma parcela razoável não conta com garantias legais em relação à posse do imóvel.

Tabela 38 - Distribuição dos domicílios, segundo forma de apropriação da moradia, no Estado de São Paulo - 2006

Em %		
Forma de apropriação da moradia	Domicílios pobres	Total
Total	100,0	100,0
Própria ou cedida	67,7	73,7
Alugada	22,9	22,5
Ocupada ou invadida	9,4	3,8

Fonte: Fundação Seade - PCV 2006

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

A tabela 39 apresenta o tipo de documentação de posse do imóvel e a forma de ocupação urbana dos domicílios próprios e cedidos. Observa-se que 18,0% dos domicílios pobres localizam-se em favelas e cortiços, sendo que para o conjunto dos domicílios essa proporção é de 8,4%.

Tabela 39 - Distribuição dos domicílios próprios ou cedidos, segundo tipo de documentação de posse da moradia e forma de ocupação urbana, no Estado de São Paulo - 2006

Em %								
Forma de ocupação urbana	Tipo de documentação de posse da moradia							
	Domicílios pobres				Total			
	Escritura registrada em cartório	Outro documento de posse (1)	Nenhum documento de posse	Total	Escritura registrada em cartório	Outro documento de posse (1)	Nenhum documento de posse	Total
Total	39,5	39,4	21,2	100,0	59,2	30,8	10,0	100,0
Favela	0,0	6,6	6,8	13,4	0,0	3,1	2,6	5,7
Cortiço	2,2	1,1	1,3	4,7	1,5	0,7	0,5	2,7
Moradia não-precária (2)	37,2	31,7	13,0	82,0	57,7	26,9	6,9	91,6

Fonte: Fundação Seade - PCV 2006

(1) Declaração ou termo de concessão de uso; recibo ou contrato particular de compra e venda; outro documento de posse.

(2) Edificação isolada, condomínio fechado, conjunto habitacional popular e vila.

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Nota-se uma maior insegurança em relação à posse do imóvel entre os domicílios pobres. Enquanto os imóveis com escritura registrada em cartório representam quase 60,0% do total de domicílios, entre os pobres essa proporção se reduz para 39,5%. Além disso, enquanto cerca de 10,0% do total de domicílios não possuem nenhum documento de posse, entre os pobres essa proporção é de mais de 20,0%. Assim, a falta de documentação de posse se verifica não somente para os imóveis localizados em favelas e cortiços, mas também para moradias não precárias. Essas situações de insuficiente documentação de posse constituem uma preocupante privação de garantia de transparência, de instrumentos econômicos e de segurança protetora para os membros dos arranjos domiciliares pobres.

Finalmente, os resultados sobre a presença de equipamento policial próximo ao domicílio parecem indicar uma limitada ação do Estado em relação à fruição dos direitos civis, de modo particular nas comunidades pobres. Para quase um terço do total dos arranjos domiciliares, existe um posto policial ou uma delegacia próxima à moradia. Essa proporção se reduz para cerca de 25,0% entre os arranjos domiciliares pobres. Isso representa uma grave privação do exercício dos direitos civis e, portanto, uma restrição da condição de agente, visto que os maiores índices de violência urbana e de mortalidade por agressões ocorrem em favelas e áreas próximas a favelas (MAIA; CARDOSO; SILVA, 2004), onde existe uma maior concentração de domicílios pobres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A caracterização demográfica da organização dos arranjos domiciliares feita neste trabalho parece constituir um aperfeiçoamento empírico relevante para a análise da pobreza segundo a “perspectiva das capacidades”. A relevância do estudo das famílias para tal análise decorre não somente do fato de que a maior parte dos arranjos domiciliares envolve relações familiares, mas também das características referentes à sua estrutura familiar, ao ciclo de vida familiar e à presença de dependentes.

No capítulo 1, a discussão sobre o conceito e a mensuração da pobreza mostra os limites dos indicadores sintéticos que pretendem reunir em um único parâmetro de análise a realidade complexa da pobreza. Nesse sentido, justifica-se a adoção de uma abordagem da pobreza baseada em indicadores setoriais vinculados aos diferentes tipos de capacidades básicas que promovem o desenvolvimento, ou seja, a liberdade real que as pessoas têm para viver como desejariam.

A literatura discutida no capítulo 1 evidencia a importância das redes de parentesco para a manutenção das funções domésticas, com efeitos diretos sobre o bem-estar e a liberdade dos membros dos arranjos domiciliares. Os estudos empíricos mostram que a pobreza é vivenciada em um contexto familiar. De modo particular, as famílias possuem um papel relevante na rede de segurança social das pessoas pobres. Contudo, as relações de gênero dentro das famílias interferem na divisão sexual do trabalho doméstico e têm efeitos sobre a condição de agente das mulheres. Além das redes de parentesco, outras redes sociais e as políticas públicas podem contribuir fortemente para o fortalecimento da condição de agente das pessoas, em particular no que se refere à segurança protetora e às oportunidades sociais dos componentes das famílias pobres.

O capítulo 2 discute a PCV e a PNAD como importantes fontes de dados para os estudos empíricos da relação família-pobreza conforme a “perspectiva das capacidades”, apesar de suas diferenças metodológicas.

A caracterização dos arranjos domiciliares paulistas é feita por meio do estudo da composição, da chefia e do ciclo de vida a partir de uma classificação domiciliar específica. As diferenças metodológicas de formas de operacionalização dos conceitos de família e domicílio das fontes de dados produzem variações nos volumes dos arranjos domiciliares ampliados, isto é, arranjos monoparentais com parentes, arranjos biparentais com parentes e núcleos aparentados.

As variáveis da PNAD e da PCV permitem uma avaliação de alguns tipos de privação de capacidades básicas dos arranjos domiciliares pobres. Há diferenças em termos da medição da renda domiciliar, o que é explicado pelos seus planos de amostragem. Embora o volume estimado de arranjos domiciliares pobres pela PCV seja maior do que o da PNAD, os resultados da caracterização das variáveis socioeconômicas de fontes de rendimento, mercado de trabalho e escolaridade não têm diferenças significativas em termos da classificação domiciliar, com exceção das estimativas dos arranjos domiciliares ampliados.

Em termos da discussão a respeito da seleção de variáveis das fontes de dados para esta análise da pobreza, conclui-se que a PCV identifica melhor a composição dos recursos econômicos dos arranjos domiciliares pobres por meio da investigação da renda de trabalhos ocasionais e dos programas sociais governamentais de complementação de renda.

Além disso, a PCV oferece um conjunto maior de informações para o estudo da segurança protetora em comparação com a PNAD, de modo particular para as variáveis de mercado de trabalho, acesso a programas de transferência de renda e redes sociais. No entanto, uma temática que somente pode ser estudada pela PNAD é a do tempo de trabalho por meio das variáveis de afazeres domésticos, o que contribui para o estudo da diferenciação da jornada total de trabalho entre homens e mulheres.

Embora ambas as pesquisas avaliem a escolaridade, a PCV conta com uma investigação mais abrangente da educação infantil, o que permite aprofundar o estudo da articulação entre trabalho e família para as mulheres pobres com filhos. Ademais, a PCV investiga o acesso a equipamentos sociais de saúde, educação, cultura, esporte e lazer em termos de sua proximidade do domicílio, o que contribui para avaliar a presença do Estado nas comunidades pobres.

Algumas liberdades políticas e garantias de transparência podem ser analisadas pelas variáveis da PCV, que dispõe de uma base de dados mais ampla que a da PNAD para essas capacidades. Nesse sentido, a PCV coleta informações a respeito da participação dos cidadãos em entidades ou associações como sindicatos, partidos políticos, igrejas, associação de moradores, de minorias e outros tipos de associação, além de investigar a realização habitual de atividades em caráter voluntário. A PCV também coleta dados sobre equipamentos policiais, forma de apropriação da moradia e documentação de posse do domicílio que permitem a análise de garantias de transparência e segurança protetora.

A discussão dos resultados da análise da pobreza no capítulo 3 reafirma a necessidade de se levar em consideração as características da organização domiciliar associadas a privações de capacidades no estudo da pobreza e na elaboração das políticas sociais de combate à pobreza.

Assim, verifica-se uma importante sobre-representação de pessoas na condição de filhos entre os arranjos domiciliares pobres. Enquanto esses arranjos respondem por cerca de dois terços dos domicílios, entre os pobres tais arranjos representam em torno de 85,0% dos domicílios pobres. Os menores níveis de rendimento domiciliar *per capita* médio são registrados para os arranjos com filhos.

Ainda que em menor volume que o de pessoas na condição de filhos, também há uma sobre-representação de pessoas portadoras de necessidades especiais entre os domicílios pobres – cerca de 10,0% – em comparação com o total de domicílios.

Diferentemente, os idosos se encontram sub-representados nos arranjos domiciliares pobres. Não obstante, aproximadamente 10,0% dos domicílios pobres possuem pessoas idosas, que provavelmente estão fora do mercado de trabalho e cuja renda de pensões e aposentadorias pode ser insuficiente para a manutenção das funções domésticas.

A presença de pessoas na condição de filhos, portadoras de necessidades especiais ou idosas entre os domicílios pobres indica variações na relação entre recursos econômicos, bem-estar e liberdade. O custo de manutenção das funções domésticas de saúde, educação, lazer e alimentação nesses domicílios parece ser impactado por tais características sociodemográficas. Isso se reflete no fato de que os arranjos domiciliares pobres recorrem a mecanismos de

ajuda monetária e não monetária da administração pública e das redes sociais. Nesse sentido, seria relevante que as políticas sociais considerassem tais características familiares e pessoais em seus programas de combate à pobreza.

Em ambas as pesquisas, a análise da classificação dos arranjos domiciliares confirma uma sobre-representação de arranjos ampliados entre os domicílios pobres. Além disso, as diferenças metodológicas das pesquisas em termos de contagem de famílias em um domicílio têm efeitos sobre a composição interna de tais arranjos.

No entanto, a sobre-representação entre os domicílios pobres é ainda maior para os arranjos biparentais e monoparentais isolados em comparação com os ampliados, o que confirma a maior vulnerabilidade ao empobrecimento desses arranjos no Estado de São Paulo em 2006, de modo semelhante ao que indica a literatura estudada sobre família e pobreza para as regiões metropolitanas brasileiras. Assim, a maior parte das pessoas de referência desses arranjos isolados pertence a grupos etários mais jovens, isto é, de 15 a 34 anos e de 35 a 49 anos. Para essas estruturas familiares são observadas formas interdependentes de privação de capacidades que estariam associadas à fase de expansão e de consolidação quanto ao ciclo de vida, em ambas as pesquisas.

Os arranjos formados por casal jovem e filhos constituem o agrupamento domiciliar mais frequente entre os domicílios pobres no Estado de São Paulo. A privação de recursos econômicos nesses arranjos parece estar muito relacionada aos elevados níveis de desemprego encontrados para chefe, cônjuge e filhos, mesmo após o recente período de crescimento da economia brasileira. Verifica-se também que a maior parte das pessoas de referência desses arranjos não possui ensino fundamental completo. Somente um terço desses arranjos tem acesso a programas de transferência de renda.

Os arranjos monoparentais são o segundo tipo de arranjo mais frequente entre os pobres. De modo particular, percebe-se que as mulheres chefes enfrentam sérias dificuldades para a inserção no mercado de trabalho, o que também se observa para as mulheres cônjuges dos arranjos biparentais. Juntamente com a renda do trabalho, a renda de pensões e aposentadorias tem um peso significativo para a manutenção das funções domésticas. Também se confirma o menor nível de escolaridade para as pessoas de referência deste tipo de arranjo. Apesar do

acesso limitado a programas de transferência de renda, essa fonte de renda é importante para a massa de rendimento total desses arranjos.

Segundo ambas as pesquisas, os programas de transferência de renda são focalizados efetivamente para os arranjos domiciliares pobres, porém o seu nível de cobertura atinge menos de 30,0% desses arranjos. Além disso, esses programas beneficiam preponderantemente os arranjos com pessoas na condição de filhos, com menor ocorrência para outros tipos de arranjo sem pessoas na condição de filhos.

Outro dado que revela o maior empobrecimento de certas configurações domiciliares se refere às necessidades habitacionais, conforme dados da PCV. Constata-se uma maior proporção de domicílios com necessidades habitacionais para os arranjos com presença de filhos e para aqueles com pessoa de referência até 29 anos.

Em termos das oportunidades sociais, os reduzidos níveis de escolaridade entre as pessoas de referência e entre os jovens de 18 a 24 anos indicam sérias dificuldades para a inserção no mercado de trabalho e a mobilidade social dos arranjos domiciliares pobres.

Além disso, o menor nível de participação no mercado de trabalho e as elevadas taxas de desemprego entre os membros dos domicílios pobres constituem uma restrição importante não somente de recursos econômicos, mas em termos do exercício da condição de agente, de modo particular para as mulheres. Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho doméstico predominante nos arranjos domiciliares remete à desigualdade de gênero associada à dupla jornada de trabalho das mulheres para o mercado e para a reprodução social, conforme dados da PNAD. Assim, a jornada total de trabalho para as mulheres chefes e cônjuges é superior a dos homens. Contudo, as políticas públicas de educação infantil não contribuem para a melhoria da articulação entre trabalho e família das mulheres pobres com filhos.

Juntamente com as dificuldades relacionadas à questão da organização domiciliar, os arranjos domiciliares pobres ainda têm de enfrentar o acesso limitado a equipamentos de educação, saúde, esporte, cultura e lazer, o que constitui outra restrição de oportunidades sociais.

Em termos das liberdades políticas, constata-se uma menor participação associativa das pessoas de referência dos arranjos domiciliares pobres em comparação com o total. Em parte,

isso se deve à falta de proximidade entre equipamentos sociais de esporte, cultura e lazer e domicílios pobres.

Esses resultados apontam para a ausência do Estado nas comunidades pobres. Isso pode ser observado também em relação à percepção de que os equipamentos policiais não estão próximos da moradia para a maior parte dos arranjos domiciliares pobres, com efeitos graves sobre a garantia do exercício dos direitos de cidadania e, conseqüentemente, da condição de agente.

Observa-se também que uma parcela considerável dos arranjos domiciliares pobres não possui garantias de documentação de posse das suas moradias. Quase 10,0% dos domicílios pobres localizam-se em áreas ocupadas ou invadidas, 22,9% são imóveis alugados e dois terços são próprios ou cedidos. No entanto, entre os domicílios pobres avaliados como próprios ou cedidos, cerca de 20,0% estão localizados em favelas ou cortiços, o que aponta a fragilidade em relação à sua posse. Além disso, a maior parte dos demais domicílios próprios ou cedidos não possui escritura registrada em cartório, o que restringe a segurança jurídica e as possibilidades de transações com o imóvel.

Isso posto, pode-se dizer que as pesquisas domiciliares discutidas nesta dissertação mostram-se úteis para o estudo da pobreza segundo a “perspectiva das capacidades”. Ainda que não esgotem as diversas privações que podem ser vivenciadas pelas pessoas pobres, esta análise aponta traços importantes da relação entre família e pobreza. Finalmente, cabe destacar que a evidente ausência do Estado nas comunidades pobres parece reforçar tanto as privações de bem-estar social quanto de capacidades dos membros dos arranjos domiciliares pobres.

ANEXO I

Tabela 1 - Distribuição dos domicílios, segundo tipo de arranjo domiciliar no Estado de São Paulo - 2006

Tipo de arranjo domiciliar	PNAD				PCV			
	Domicílios pobres		Total		Domicílios pobres		Total	
	Nº absoluto (1)	%						
Total	1.548.638	100,0	11.833.987	100,0	1.830.532	100,0	10.240.243	100,0
Pessoa sozinha	69.083	4,5	1.456.613	12,3	83.946	4,6	1.401.487	13,7
Só casal	77.414	5,0	1.561.762	13,2	111.475	6,1	1.343.078	13,1
Casal e filhos	835.269	53,9	5.375.198	45,4	900.163	49,2	4.343.506	42,4
Monoparental	244.602	15,8	1.350.677	11,4	378.126	20,7	1.321.898	12,9
Monoparental e parentes	71.014	4,6	317.411	2,7	131.039	7,2	550.991	5,4
Biparental e parentes	58.731	3,8	429.100	3,6	127.949	7,0	585.100	5,7
Outros arranjos com parentes	67.394	4,4	652.386	5,5	69.541	3,8	549.013	5,4
Núcleos aparentados	123.423	8,0	683.948	5,8	25.998	1,4	133.785	1,3
Arranjos com não parentes

Fonte: Fundação Seade - PCV 2006; Fundação IBGE - PNAD 2006

(1) Inclui os domicílios com informação sobre rendimento nominal mensal.

Notas: Dados trabalhados pelo autor.

(...) Esta categoria possui coeficiente de variação acima de 20%.

Tabela 2 - Distribuição dos núcleos aparentados, segundo número de famílias no Estado de São Paulo - 2006

Número de famílias por domicílio	Em %	
	PNAD	PCV
Total	100,0	100,0
Duas	93,0	96,9
Três	6,4	3,1
Quatro	06	0,0

Fonte: Fundação Seade - PCV 2006; Fundação IBGE - PNAD 2006

Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Tabela 3 - Distribuição das pessoas de referência das famílias adicionais dos núcleos aparentados, segundo relação de parentesco com a pessoa de referência do domicílio, no Estado de São Paulo - 2006

	Em %	
Relação com a pessoa de referência do domicílio	PNAD	PCV
Total	100,0	100,0
Filho	71,1	51,1
Outro parente	28,9	48,9

Fonte: Fundação Seade - PCV 2006; Fundação IBGE - PNAD 2006

Nota: Dados Trabalhados Pelo Autor.

ANEXO II

Tabela 1 - Distribuição das crianças de 0 a 6 anos, segundo condição de frequência à creche/pré-escola no Estado de São Paulo - 2006

		Em %
Condição de frequência	Crianças de 0 a 6 anos	
Total	100,0	
Frequenta	45,2	
Não Frequenta	54,8	
Creche		
Total	100,0	
Pública	77,0	
Privada	23,0	
Pré-Escola		
Total	100,0	
Pública	74,0	
Privada	26,0	

Fonte: Fundação Seade. **Documentação da base de dados da PCV**. São Paulo, 2006.

Tabela 2 - Distribuição das crianças de 0 a 6 anos que frequentam creche e pré-escola, segundo tempo de permanência na escola no Estado de São Paulo - 2006

		Em %
Tempo de permanência na escola	Crianças de 0 a 6 anos	
Total	100,0	
Creche	35,8	
Pré-Escola	64,2	
Creche		
Total	100,0	
Até 4 horas	20,3	
4 a 6 horas	12,5	
7 horas e mais	67,2	
Pré-escola		
Total	100,0	
Até 4 horas	67,2	
4 a 6 horas	22,9	
7 horas e mais	9,9	

Fonte: Fundação Seade. **Documentação da base de dados da PCV**. São Paulo, 2006.

Tabela 3 - Distribuição das crianças de 0 a 6 anos que não frequentam creche ou pré-escola, segundo motivo de não-frequência no Estado de São Paulo - 2006

	Em %
Motivo de Não-Frequência	Crianças de 0 a 6 anos
Total	100,0
Tem Quem Cuide da Criança em Casa	26,3
É Muito Cedo, a Criança Ainda é Pequena	38,5
Falta de Vagas em Creches Públicas Perto de Casa ou do Trabalho	22,8
Acha que em Casa se Educa Melhor	2,1
Frequenta a 1ª série do ensino fundamental	3,8
Outro Motivo	6,4

Fonte: Fundação Seade. **Documentação da base de dados da PCV.** São Paulo, 2006.

ANEXO III

Distribuição das famílias atendidas, segundo programas públicos de transferência de renda no Estado de São Paulo - 2006

Em %

Programa de transferência de renda	Famílias atendidas
Estado de São Paulo	100,0
Bolsa Família	69,7
Pró-Jovem/Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano/Ação Jovem	3,2
Benefício da Prestação Continuada - BPC	3,0
Renda Cidadã	6,5
Renda Mínima	5,1
Bolsa Trabalho/Operação Trabalho/Frente de Trabalho/Capacita Sampa	1,1
Outros programas da Prefeitura Municipal	1,4
Recebe de pelo menos 2 programas, sendo uma combinação dos programas Bolsa Família, Renda Cidadã e Renda Mínima	8,0
Recebe de pelo menos 2 programas, sendo um deles o Bolsa Família	1,7
Recebe de pelo menos 2 programas, sendo um deles o Renda Cidadã	0,1
Recebe de pelo menos 2 programas, sendo um deles o Renda Mínima	0,0
Recebe de pelo menos 2 programas, não sendo nenhum deles os programas Bolsa Família, Renda Cidadã e Renda Mínima	0,1

Fonte: Fundação Seade. **Pesquisa referente à cobertura e efetividade dos programas focalizados no Estado de São Paulo.** São Paulo, 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANAND, S.; SEN, A. Concepts of human development and poverty: a multidimensional perspective. In: FUKUDA-PARR, S.; KUMAR, A. K. S. (Org.). **Readings in Human Development: Concepts, Measures and Policies for a Development Paradigm**. Oxford: Oxford University Press, p. 204-219, 2003.

ARAÚJO, M. F. I. Reestruturação produtiva e transformações econômicas - Região Metropolitana de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 20-30, 2001.

ARRIAGADA, I. **Estructuras familiares, trabajo y bienestar en América Latina**. Serie Seminarios y Conferencias. Santiago de Chile: CEPAL, n. 42, 2004.

BARROS, R.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. **Pobreza multidimensional no Brasil**. Textos para Discussão. Brasília: IPEA, n. 1227, 2006.

BARTHOLO, L. **Articulação trabalho-família, bem-estar infantil e o aproveitamento da janela de oportunidades demográfica: a proteção social brasileira das crianças entre 0 e 6 anos no início do século XXI**. Dissertação (Mestre) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

BENDER, D. R. A refinement of the concept of household: families, co-residence and domestic functions. **American Anthropologist**, Washington, v. 69, n. 5, p. 493-504, 1967.

BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. Fecundidade em declínio: breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no Brasil. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 74, p. 11-15, 2006.

BILAC, E. D. Convergências e divergências nas estruturas familiares no Brasil. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo: Anpocs, 1991.

BILAC, E. D. **Estruturas familiares e padrões de residência**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2003. Mimeografado.

BORGES, A. Impactos do desemprego e da precarização sobre famílias metropolitanas. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 223-245, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Assistência Social: relação de Benefícios Assistenciais. Benefício de Prestação Continuada. Brasil, 2011. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc>>. Acesso em 20 jun. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. PNDS 2006. **Pesquisa nacional de demografia e saúde da criança e da mulher**. Brasília, DF: MS, 2008. 283p. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/pnds/img/relatorio_final_pnds2006.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2011.

BRASIL. Presidência da República. Resolução n. 145, de 15 de outubro de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 out. 2004.

BRUSCHINI, M. C. A.; RICOLDI, A. M. Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 136, p. 93-123, 2009.

BURCH, T. K. Theories of household formation: progress and challenges. In: IMHOFF, E. *et al.* (Ed.) **Household demography and household modeling**. New York: Plenum Press, p. 85-108, 1995.

CAMARANO, A. A. *et al.* O processo de constituição de família entre os jovens: novos e velhos arranjos. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a Vida Adulta ou Vida Adulta em Transição?**. Rio de Janeiro: IPEA, p. 199-223, 2006.

CAMARGO, A. B. M.; YAZAKI, L. M. A fecundidade recente em São Paulo: abaixo do nível da reposição?. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto, MG. **Anais...** Ouro Preto, MG: ABEP, 2002. 1 CD-ROM.

CARVALHO, J. A. M.; BRITO, F. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Campinas, vol. 22, n. 2, p. 351-369, 2005.

CEPAL. **Entender la pobreza desde la perspectiva de género**. Serie Mujer y Desarrollo. Santiago de Chile: CEPAL, n. 52, 2004.

CHANT, S. Las unidades domésticas encabezadas por mujeres en México y Costa Rica: perspectivas populares y globales sobre el tema de las madres solas. In: GONZÁLEZ DE LA ROCHA, M. (Org.). **Divergencias del modelo tradicional: hogares de jefatura femenina en América Latina**. México, DF: Ciesas: Plaza y Valdes, p. 97-124, 1999.

COSTA, J. S. *et al.* **A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil**. Textos para Discussão. Brasília: IPEA, n. 1137, 2005.

COSTA, M. A. N. Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: a favela da Mangueira no Rio de Janeiro. **Revista de Sociologia e Política**, n. 21, p. 147-163, 2003.

DEDECCA, C. S. A redução da desigualdade no Brasil: uma estratégia complexa. In: PAES DE BARROS, R.; FOGUEL, M. N.; LYSSEA, G. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, v. 1, p. 299-330, 2007.

DEDECCA, C. S.; RIBEIRO, C. S. M. F.; ISHII, F. H. Ocupação e Tempo de Trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu, MG: ABEP, 2008. 1 CD-ROM.

FONSECA, C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**, vol. 14, n. 2, p. 50-59, 2005.

FUNDAÇÃO IBGE. **Projeção da população do Brasil - Parte 1: níveis e padrões da mortalidade no Brasil à luz dos resultados do Censo 2000**. Rio de Janeiro, 2003.

FUNDAÇÃO IBGE. **Notas metodológicas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2006**. Rio de Janeiro, 2006a.

FUNDAÇÃO IBGE. **Questionário da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2006**. Rio de Janeiro, 2006b.

FUNDAÇÃO SEADE. **Pesquisa de Condições de Vida de 1990**. Notas Metodológicas. São Paulo, 1992.

FUNDAÇÃO SEADE. **Relatório de análise do diagnóstico das condições habitacionais de municípios com menos de 50 mil habitantes na área urbana**. São Paulo, 2003.

FUNDAÇÃO SEADE. **Documentação da base de dados da PCV**. São Paulo, 2006a.

FUNDAÇÃO SEADE. **Manual do Entrevistador da PCV**. São Paulo, 2006b.

FUNDAÇÃO SEADE. **Pesquisa referente à cobertura e efetividade dos programas focalizados no Estado de São Paulo.** São Paulo, 2006c.

FUNDAÇÃO SEADE. **Boletim mulher e trabalho.** São Paulo, n. 17, 2007.

FUNDAÇÃO SEADE. **Relatório metodológico do Indicador de Vulnerabilidade Social das Famílias.** São Paulo, 2008.

FUNDAÇÃO SEADE. **Relatório sobre necessidades habitacionais no Estado de São Paulo.** São Paulo, 2010.

FUNDAÇÃO SEADE. Fecundidade continua em queda em São Paulo. **SP Demográfico**, São Paulo, ano 11, n. 5, 2011. Disponível em:

<<http://www.seade.gov.br/produtos/spdemog/index.php>>. Acesso em: 20 de jul. 2011.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOLDANI, A. M. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **CADERNOS Pagu**, Campinas, n. 1, p. 67-110, 1993.

GOLDANI, A. M. Relações intergeracionais e reconstrução do estado de bem-estar. Por que se deve repensar essa relação no Brasil?. In: CARAMANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros.** Rio de Janeiro: IPEA, p. 211-250, 2004.

HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, A. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, 2006.

IPEA. **PNAD 2008. Primeiras análises:** demografia, trabalho e previdência. Comunicados da Presidência. IPEA, n. 31. Brasília, 2009.

IPEA. **PNAD 2009. Primeiras análises:** distribuição de renda entre 1995 e 2009. Comunicados do IPEA, n. 63. Brasília, 2010a.

IPEA. **PNAD 2009. Primeiras análises:** tendências demográficas. Comunicados do IPEA, n. 64. Brasília, 2010b.

IPEA. **Gastos com a política social:** alavanca para o crescimento com distribuição de renda. Comunicados do IPEA, n. 75. Brasília, 2011.

JANNUZZI, P. de M. Indicador de pobreza auto-declarada: discussão e resultados para a região metropolitana em 1998. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 13, n. 2, p.41-65, 2001.

JANNUZZI, P. de M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações.** Campinas: Alínea, 2004.

LAVINAS, L.; NICOLL, M. Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco?. In: **DADOS – Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: v. 49, n. 1, p. 67-97, 2006.

LAVINAS, L. Pobreza urbana no Brasil: trade-off entre investimentos sociais e transferências de renda. In: **Procesos de urbanización de la pobreza y nuevas formas de exclusión social. Los retos de las políticas sociales de las ciudades latinoamericanas del siglo XXI.** Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Clacso-Crop, 2008.

LOPES, H.M.; MACEDO, P.B.R.; MACHADO, A.M. **Indicador de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro.** Textos para Discussão. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, n. 223, 2003.

MAIA, P. B.; CARDOSO, G. F.; SILVA, D. W. T. Mortalidade por agressão: um exercício com as informações do atestado de óbito georreferenciadas para município de São Paulo. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu/MG. **Anais...** Caxambu, MG: ABEP, 2004. 1 CD-ROM.

MEDEIROS, M. A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina. **Planejamento e Políticas Públicas,** Brasília, v. 22, p. 47-71, 2000.

MEDEIROS, M.; OSORIO, R. G.; VARELLA, S. **O levantamento de informações sobre as famílias nas PNADs de 1992 a 1999.** Textos para Discussão. Brasília: IPEA, n. 860, 2002.

MONTALI, L. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e desemprego. **Revista Brasileira de Estudos de População,** Campinas, v. 23, n. 2, p. 223-245, 2006.

MONTALI, L.; TAVARES, M. Família, pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População,** Campinas, v. 25, n. 2, p. 211-231, 2008.

MONTEIRO, C. A. *et al.* Causas do declínio da desnutrição infantil no Brasil: 1996-2007. **Revista de Saúde Pública,** São Paulo, v. 43, n. 1, p. 35-43, 2009.

OLIVEIRA, S.; SABÓIA, A. L.; SOARES, B. C. Gênero e participação social: dimensões preliminares da responsabilidade feminina por domicílios. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto, MG. **Anais...** Ouro Preto, MG: ABEP, 2002. 1 CD-ROM.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 1999**. Lisboa: Trinova Editora, 1999.

ROCHA, S. **Renda e pobreza**: medidas *per capita versus* adulto-equivalente. Textos para Discussão. Brasília: IPEA, n. 609, 1998.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003. 244p. il.

ROCHA, S. O Programa Bolsa Família: evolução e efeitos sobre a pobreza. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 1 (41), p. 113-139, 2011.

SEN, A. Cooperation, Inequality, and the Family. **Population and Development Review**, v. 15, Supplement: Rural Development and Population: Institutions and Policy, p. 61-76, 1989.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409p.

SORJ, B. Trabalho remunerado e trabalho não remunerado. In: OLIVEIRA, S.; RECAMÁN, M.; VENTURI, G. (Org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 107-119, 2004. 248p.

THERBORN, G. **Sexo e poder**: a família no mundo 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2006. 510p.

TORRES, H.G.; BICHIR, R.M.; CARPIM, T.P. Uma pobreza diferente?. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 74, p. 17-22, 2006.

VEIGA, J. E. da. Neodesenvolvimentismo: quinze anos de gestação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 83-94, 2006.